

O PENSAMENTO LINGUÍSTICO DE ANCHIETA E DE CARL VON MARTIUS: ESTUDOS HISTORIOGRÁFICOS

Leonardo Ferreira Kaltner



Atena
Editora

Ano 2020

O PENSAMENTO LINGUÍSTICO DE ANCHIETA E DE CARL VON MARTIUS: ESTUDOS HISTORIOGRÁFICOS

Leonardo Ferreira Kaltner



Atena
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof^a Dr^a Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Prof^a Dr^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof^a Dr^a Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof^a Dr^a Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Prof^a Dr^a Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof^a Dr^a Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Prof^a Dr^a Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Prof^a Dr^a Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof^a Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Dr^a Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof^a Dr^a Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Eivaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza

Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

O pensamento linguístico de Anchieta e de Carl Von Martius: estudos historiográficos

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Luiza Alves Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: O Autor
Autor: Leonardo Ferreira Kaltner

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

K14p Kaltner, Leonardo Ferreira.
O pensamento linguístico de Anchieta e de Carl Von Martius
[recurso eletrônico] : estudos historiográficos / Leonardo Ferreira
Kaltner. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5706-333-0
DOI 10.22533/at.ed.330202108

1. Linguagem e línguas. 2. Linguística. I. Título.

CDD 410

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
PARTE I - ESTUDOS SOBRE SÃO JOSÉ DE ANCHIETA, SJ (1534-1597)	
CAPÍTULO 1	10
O BRASIL QUINHENTISTA E A HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA: INTERFACES	
CAPÍTULO 2	23
OS CURSOS DE LETRAS NO BRASIL QUINHENTISTA E OS MONUMENTA ANCHIETANA: UMA ANÁLISE À LUZ DA HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA	
CAPÍTULO 3	38
O DICTIONARIUM LATINO LUSITANICUM ET VICE VERSA LUSITANICO LATINUM DE JERÓNIMO CARDOSO (1508-1569) À LUZ DA HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA	
CAPÍTULO 4	43
O LATIM NA COLONIZAÇÃO DO BRASIL QUINHENTISTA	
PARTE II – ESTUDOS SOBRE DR. MED. CARL FR. PH. VON MARTIUS (1794-1868)	
CAPÍTULO 5	58
ANOTAÇÕES SOBRE A BIOGRAFIA DO NATURALISTA CARL FRIEDRICH PHILIPP VON MARTIUS	
CAPÍTULO 6	64
TOPÔNIMOS LATINIZADOS NA FLORA BRASILIENSIS: O RELATO DE 1818 DA MISSÃO AUSTROALEMÃ	
CAPÍTULO 7	78
TOPÔNIMOS LATINIZADOS NA FLORA BRASILIENSIS: O ANO DE 1819 DA MISSÃO AUSTROALEMÃ NO BRASIL	
CAPÍTULO 8	88
O PENSAMENTO LINGUÍSTICO DE CARL FR. PH. VON MARTIUS (1794-1868) E O IDIOMA NACIONAL NO BRASIL OITOCENTISTA	
CAPÍTULO 9	98
OS GLOSSARIA LINGUARUM BRASILIENSIIUM (1863) NA HISTORIOGRAFIA DA LINGUÍSTICA	

INTRODUÇÃO

Consiste o presente livro em coletânea de artigos, já publicados anteriormente, na área de Historiografia da Linguística no Brasil (HL). O intuito da obra é facilitar acesso aos artigos aos estudiosos da área de HL. Os estudos aqui publicados dialogam com a Linguística Missionária, a História da Gramática (Gramaticografia), a Lexicografia, a Filologia Românica e a Crítica Textual. Para isso, foram selecionados dois autores: São José de Anchieta, SJ (1534-1597) e Dr. med. Carl Friedrich Phillipp von Martius (1794-1868), de períodos históricos diferentes, mas que atuaram na descrição de línguas indígenas no Brasil, um, como missionário, no início do período colonial, o outro, como naturalista, no final do período colonial¹.

Palavras-chave, para enquadramento da obra: Historiografia da Linguística, Gramaticografia, Lexicografia, História das Ciências.

A Historiografia da Linguística (HL) é um dos temas principais das pesquisas do grupo de pesquisas 'Filologia, línguas clássicas e línguas formadoras da cultura nacional' (FILIC/UFF/CNPq) da Universidade Federal Fluminense, em que o livro se insere. O tema se vincula à disciplina de HL que é componente curricular do Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem da UFF, alocada na Linha de Pesquisa 3: História, Política e Contato Linguístico. A ementa da disciplina de HL abarca os seguintes temas: a construção do saber linguístico; meta-historiografia: princípios e metodologia; gramatização; história dos estudos linguísticos no Brasil; gramaticografia do português e das línguas indígenas brasileiras; linguística missionária; periodização dos estudos linguísticos: percurso, continuidades e rupturas; arquivos e documentação linguística; formação do linguista e do historiógrafo da linguística.

O principal teórico da área de HL, que inspira as pesquisas do grupo, internacionalmente, é Pierre Swiggers da Katholieke Universiteit Leuven (Universidade Católica de Lovaina), na Bélgica. Outro teórico internacional digno de menção, por idealizar e organizar a área, é o filólogo Konrad Koerner da Universidade de Göttingen, como editor e fundador da revista Historiographia linguistica. O Centro de Documentação em Historiografia

1. This book consists of a collection of articles, previously published, in the field of Historiography of Linguistics in Brazil (HL). The aim of the work is to facilitate access to these articles for HL scholars. The studies published here dialogue with Missionary Linguistics, the History of Grammar (Gramaticography), Lexicography, Romanic Philology and Textual Criticism. For this, two authors were selected: São José de Anchieta, SJ (1534-1597) and Dr. med. Carl Friedrich Phillipp von Martius (1794-1868), from different historical periods, but who acted in the description of indigenous languages in Brazil, one, as a missionary, at the beginning of the colonial period, the other, as a naturalist, at the end of the colonial period.

da Linguística da Universidade de São Paulo (CEDOCH/USP), coordenado por Cristina Altman é o introdutor da disciplina no Brasil. Na Universidade Federal Fluminense, o prof. Dr. Ricardo Cavaliere desenvolveu a área no Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem. Atualmente, o GT da Anpoll de Historiografia da Linguística Brasileira desenvolve a área de pesquisa no Brasil, que é registrada na Associação Brasileira de Linguística (Abralin).

Definição de HL, por Cristina Altman:

(...) a Historiografia Linguística tem como objeto a história dos processos de produção e de recepção das ideias linguísticas e das práticas delas decorrentes que, por sua vez, geraram novas ideias e novas práticas, em um processo de continuidades e descontinuidades, de avanços e de retomadas, inerentes à busca de conhecimento. As maneiras pelas quais o conhecimento linguístico se produziu, desenvolveu, foi divulgado e percebido também fazem parte, em suma, da sua história (ALTMAN, 2019, p. 31).

O BRASIL QUINHENTISTA E A HISTORIOGRAFIA LINGÜÍSTICA: INTERFACES¹

1. Inicialmente publicado em KALTNER, L. F. O Brasil quinhentista e a Historiografia Linguística: interfaces. CADERNOS DO CNLF (CIFEFIL), v. 23, p. 424-439, 2019. Disponível em: http://www.filologia.org.br/xxiii_cnlf/cnlf/tomo01/31.pdf. Acesso em 23 de abril de 2020.

SIXTEENTH-CENTURY BRAZIL AND LINGUISTIC HISTORIOGRAPHY: INTERFACES

RESUMO: Consiste o presente artigo em estudo acerca do Brasil quinhentista à luz da Historiografia Linguística. A descrição historiográfica se dá a partir da análise do contexto de produção (ZWARTJES, 2011; BATISTA, 2013) da *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil* de Anchieta (1595). Na primeira parte do estudo, é apresentada uma proposta de periodização do Brasil quinhentista, para a análise do contato linguístico entre as comunidades linguísticas indígenas da costa do Brasil e os colonizadores europeus, com a utilização de *pidgins* para comunicação (FARACO, 2016; LUCCHESI, 2009). Na segunda parte do texto, é analisada a presença de intérpretes, os *língoas*, na primeira fase do contato linguístico na América portuguesa, que tem por ápice a fundação de São Vicente e o registro da missão franciscana *Mbiaça*. Na terceira parte do texto, é analisada a institucionalização do contato linguístico, com a presença dos jesuítas no Brasil quinhentista.

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia Linguística, Humanismo Renascentista, Gramática Missionária.

ABSTRACT: This article is a study of sixteenth-century Brazil in the light of Linguistic Historiography. The historiographic description is based on the analysis of the production context (ZWARTJES, 2011; BATISTA, 2013) of the *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil* by Anchieta (1595). In the first part of the study, a chronology of events that took place in sixteenth - century Brazil was presented to analyze the linguistic contact between the indigenous linguistic communities of the coast of Brazil and the European colonizers, using pidgins for communication (FARACO, 2016; LUCCHESI, 2009). In the second part of the text, the presence of interpreters, the *lingoas*, is analyzed in the first phase of the linguistic contact in Portuguese America, whose apex is the foundation of St. Vincent village and the record of the Franciscan indigenous mission *Mbiaça*. In the third part of the text, the institutionalization of linguistic contact is analyzed, with the presence of the Jesuits in sixteenth - century Brazil.

KEYWORDS: Linguistic Historiography, Renaissance Humanism, Missionary grammar.

1 | INTRODUÇÃO

O Brasil quinhentista é um período histórico em que o processo de colonização e contato linguísticos podem ser analisados pelo viés da Historiografia Linguística (HL). A gramática missionária de Anchieta de 1595, documento que registra esse processo de contato e colonização linguísticos, é um objeto de estudos interdisciplinar, sendo a pedra angular da gramaticografia no Brasil e da Linguística Missionária. Logo uma abordagem historiográfica para analisar o trabalho gramatical de Anchieta depende de uma releitura e interpretação de documentos históricos dos diversos atores envolvidos no processo de estabelecimento da colônia na América portuguesa, a fim de que seja compreendido em seu contexto de produção. De acordo com Otto Zwartjes, referência nas pesquisas na área de gramática missionária e gramaticografia, Anchieta ocupa lugar de relevo na tradição gramatical do século XVI:

José Anchieta was born on March 19th, 1534, in S. Cristóval de La Laguna, Tenerife. His father, Juan de Anchieta, was a Basque from Guipúzcoa. In 1551, he entered the Jesuit order in Coimbra and for reasons of health, he was sent to Brazil (Martins1954: 9). He arrived in Salvador Bahia in 1553 accompanied by Manoel da Nóbrega (1517–1570), who had begun his mission in Brazil earlier in 1549. With da Nóbrega, Anchieta founded the Jesuit college in São Paulo de Piratininga (Leite & Franchetto 2006: 23) on January 25th, 1554. Anchieta wrote the first grammar of Tupi to be printed, and also composed literary works in Castilian, Portuguese, Latin and Tupi. According to Martins (1954: 9), he authored the dictionary *Vocabulário na Língua Brasileira*, of which there is a seventeenth-century manuscript in the Coleção Departamento de Cultura of the Prefeitura de São Paulo, but this is uncertain. (ZWARTJES, 2011, p. 148).

Nesse aspecto, cumpre salientar que a chegada da língua portuguesa às Américas não significa propriamente que ocorra a sua adoção unânime pela comunidade linguística que formava o Brasil quinhentista¹. A adoção da língua portuguesa ocorreu em um contexto complexo, em que as tentativas de colonização contínuas levaram ao choque entre indígenas e portugueses até que alianças se estabeleceram. Enquanto na Bahia, o núcleo colonial se firma em língua portuguesa e na língua-geral de Guiné, sobretudo com a instalação do governo-geral em 1548, em São Vicente, graças a uma aliança luso-tupi, predomina a língua indígena. Cada núcleo colonial teria possuído uma história singular, no que se refere ao contato e à colonização linguísticos:

There is a disagreement concerning the language described by Anchieta, since he did not give a name to the language. According to Rodrigues (1997) the language described by Anchieta was Tupinambá, but Navarro states that it was the Tupi language (1997: 660). The importance of Tupi-speaking tribes in the regions around Bahia diminished after the destruction of 130 tribes by Mem de Sá in 1557. Other Tupiniquim-speaking communities were destroyed in Ilhéus and Porto Seguro. The only surviving Tupinambá-speaking region was the Capitania de São Vicente, while the speakers of the language elsewhere were annihilated in the period between 1557 and 1584 (Rodrigues, *ibid.*). Not only were Tupiniquim-speaking tribes massacred, but also Tupinambá-speaking tribes,

1. Cf. FARACO, 2016, p. 57: “A partir de meados do século XV, a língua portuguesa, na esteira da expansão marítima de Portugal, sai de suas fronteiras europeias e se torna uma língua internacional, com falantes seus se estabelecendo em enclaves ao longo da costa ocidental e oriental do continente africano, alcançando a Índia em 1498, a América em 1500, a China em 1513, o Timor em 1515 e o Japão em 1543”.

speakers of Tamoio and other languages. The consequence of these reductions was that other tribes, such as the Aimoré, established new settlements along the coast, where earlier Tupispeaking tribes and Tamoios had lived (ZWARTJES, 2011, p. 148-149).

Entretanto, para compreendermos esse *momentum*, a época em que a gramática de Anchieta é escrita e publicada, produzida já no contexto missionário jesuítico, a partir de meados do século XVI, devemos retroceder ao início do processo de colonização e das navegações.:

Historicamente, a preparação do Renascimento em Portugal – época determinante para o entendimento dos mecanismos político-culturais que alicerçaram a colonização do Brasil – tem sua origem na Revolução de 1383, indo até a Tomada de Ceuta, em 1415, quando de fato inicia-se o Renascimento Português. Com o advento do Renascimento na Europa, portanto, inicia-se o longo processo dos descobrimentos ultramarinos, no qual se inscreve o episódio do descobrimento do Brasil e toda a política linguística que determinaria a transplantação para o território brasileiro da língua portuguesa (SILVA, 2014, p. 37).

Grosso modo, podemos afirmar que as políticas linguísticas no Brasil quinhentista têm por base o estabelecimento de contato linguístico com a população autóctone do território da América portuguesa, na época de formação territorial da colônia ultramarina, oriunda de autorização de colonização pela *Bula Inter Coetera* e ratificada pelo *Tratado de Tordesilhas*², sendo os esforços iniciais dos colonizadores empregados, neste sentido, de comunicação e, posteriormente, de formação de alianças com os povos indígenas, havendo nesse ínterim um desenvolvimento de atividades econômicas incipientes, como a extração de pau-brasil. Quando a comunicação não era possível, ao invés de alianças, se desenvolvia a guerra. Sobre o contato linguístico inicial e seu desenvolvimento ao longo do século XVI, escreve Dante Lucchesi:

Os primeiros povoadores portugueses que, no início do século XVI, vieram para o Brasil entraram em contato com as tribos indígenas que habitavam a costa e, por falarem línguas muito aparentadas do tronco tupi, eram capazes de se comunicarem entre si utilizando uma espécie de *koiné*, decalcada da língua tupinambá. Essa língua franca, que viria a ser denominada língua geral da costa brasileira — ou simplesmente língua geral — foi o instrumento de comunicação adotado pelos portugueses para integrar a força de trabalho indígena inicialmente na extração do pau-brasil e posteriormente no cultivo da cana-de-açúcar, do tabaco e do algodão (LUCCHESI, 2009, p. 43).

No dia 23 de abril de 1500, uma quinta-feira, é registrada por Caminha a primeira tentativa de contato linguístico entre portugueses e indígenas. Ainda que o intérprete Gaspar da Gama se encontrasse na esquadra portuguesa, o contato linguístico foi apenas gestual, pelo fato de o barulho do mar, segundo o escrivão da carta, ter impedido a comunicação pela fala:

quando obatel chegou aaboca do rrio heram aly xbiiij ou xx homee[n]s pardos todos nuus sem nhuu[m]a cousa que lhes cobrisse suas vergonhas.traziam arcos nas mãos esuas seetas. vijnham todos rrijos perao batel e nicolao coelho lhes fez sinal que posesem os arcos. e eles os poseram. aly nom pode deles auer fala ne[m] ente[n]dimento que aproueitasse polo mar quebrar na costa. soomente deulhes huu[m] barete vermelho e

2. Segundo Pontin: “Outro ponto relevante, é que o Papa Alexandre VI ‘na bula *Inter Coetera*’, faz doações não apenas de terras, mas também dos mares. Balboa tomou posse do Oceano Pacífico para o rei de Espanha” (PONTIN, 2012, p. 183).

huu[m]a carapuça de linho que leuaua na cabeça e huu[m] sombreiro preto. E huu[m] deles lhe deu huu[m] sombreiro de penas daues compridas cõ huu[m]a copezinha pequena de penas vermelhas epardas coma de papagayo e outro lhe deu huu[m] rramal grande de com tinhas brancas meudas que querem parecer daljaueira as quaaes peças creio queo capitam manda avossa alteza e com jsto se volueo aas naaos por seer tarde e nom poder deles auer mais fala por aazo do mar.

(quando o batel chegou à boca do rio, eram ali 18 ou 20 homens, pardos, todos nus, sem nenhuma cousa que lhes cobrisse suas vergonhas. Traziam arcos nas mãos e suas setas. Vinham todos rijos para o batel e Nicolau Coelho lhes fez sinal que pusessem os arcos; e eles os puseram. Ali não pode deles haver fala nem entendimento que aproveitasse, por o mar quebrar na costa. Somente deu-lhes um barrete vermelho e uma carapuça de linho, que levava na cabeça, e um sombreiro preto. E um deles lhe deu um sombreiro de penas d'aves, compridas, com uma copazinha pequena de penas vermelhas e pardas, como de papagaio. E outro lhe deu um ramal grande de continhas brancas, miúdas, que querem parecer d'aljaveira, as quais peças creio que o capitão manda a Vossa Alteza. E com isto se volueu às naus por ser tarde e não poder deles haver mais fala, por azo do mar) (CAMINHA, 2018).

Mesmo a tentativa de colonização francesa posterior, na Baía de Guanabara, a França Antártica, entre os anos de 1555 e 1567, se iniciou pelo contato linguístico realizado sem fala, sendo a relação comercial estabelecida por trocas de objetos, por escambo, como Anchieta narra em seu poema épico *De Gestis Mendi de Saa* (Sobre os feitos de Mem de Sá), escrito em latim renascentista e publicado em 1563:

Hos adeunt Galli saeuae commercia gentis / Optantes, mutant merces, gladiisque coruscis / Falcibus, atque hamis et multa forcipe, diros / Demulcent Indorum animos, et rubra reportant / Ligna, uerecundo quae uestimenta colore / Inficiunt, atque acre piper pictasque uolucres / Humanos et quae referunt animalia gestus v. 20.

(A estes juntam-se os franceses, que desejam fazer negócios com o selvagem povo. Trocam mercadorias tanto por espadas e brilhantes foices quanto por ganchos e muitas pinças, assim acalmam os terríveis ânimos dos indígenas, também adquirem toras de pau-brasil, que tingem as vestimentas com cor enrubescida, e a acre pimenta, além de aves coloridas e animais que imitam os gestos humanos) (KALTNER, 2010).

Podemos propor uma divisão do tempo, uma periodização, em relação aos marcos históricos (*milestones*) do Brasil quinhentista para compreender a dinâmica do contato linguístico na formação da colônia ultramarina na América portuguesa. Essa divisão do tempo não cria propriamente períodos progressivos e de expansão, mas o início de projetos de tentativa de ocupação territorial, ainda que descontínuos. O ápice desse processo, em relação ao contato linguístico, é a publicação da *Arte de Gramática da Língua mais Usada na Costa do Brasil* em 1595 (ANCHIETA, 1595), escrita por São José de Anchieta (1534-1597), documento que sintetiza os esforços de contato linguístico entre europeus e indígenas e simboliza o processo de ocupação efetiva do território que se constitui em uma colônia ultramarina na América portuguesa, o Brasil quinhentista.

Cada uma das etapas propostas nessa periodização necessita ser estudada a parte, a fim de que se compreenda o processo de contato linguístico na formação do Brasil quinhentista como um todo, em relação tanto ao contato estabelecido quanto à colonização linguística, que implantaria a Língua Portuguesa nas Américas. Veremos, em seguida,

alguns aspectos referentes a algumas destas etapas, em relação às políticas linguísticas concernentes ao contato linguístico, assim como uma possível rede de instituições envolvidas no processo de ocupação territorial, projeção de políticas linguísticas e formação do Brasil quinhentista, o que redundava na organização e publicação da gramática de Anchieta.

Apresentamos um quadro-síntese com uma cronologia de momentos históricos no Brasil quinhentista que poderiam ter influenciado as políticas linguísticas concernentes ao contato linguístico:

Data	Marco histórico
1500- até o fim do século.	Operações militares de navegação na costa (guarda-costas), utilizando-se, por vezes, de intérpretes que atuavam no Oriente e na África, os <i>línguas</i> , sem sucesso. Organização de feitorias, com trocas comerciais por escambo e comunicação gestual, sem necessidade de fala. Envio de degredados para o território das colônias.
1530-1532	Estabelecimento de Martim Afonso de Souza e a fundação de São Vicente. Vínculos de parentesco entre indígenas e portugueses. Início de desenvolvimento de uma língua de contato, a partir de aliança luso-tupi para a colonização.
1533	Chegada dos primeiros africanos no Brasil em São Vicente, na condição de escravos, para a criação do primeiro engenho de açúcar, no início do ciclo escravocrata da Guiné.
1534	Fundação de capitânicas hereditárias, com o transplante e imigração de população oriunda de Portugal para colonizar o território.
1538-1548	Missão franciscana com indígenas carijós em <i>Mbiaça</i> .
1548	Estabelecimento do governo-geral e fundação da primeira cidade no Brasil, a capital de São Salvador, do Estado do Brasil, província do império ultramarino português. Uso da Língua Portuguesa na administração e o início do processo de uma política educacional colonial.
1549	Chegada dos jesuítas, fundação de colégios, escolas, mosteiros e missões indígenas. A política de conversão do gentio, com influência da educação humanística cristã renascentista pauta a política linguística da época, no Brasil. A educação jesuítica dialoga com correntes intelectuais vinculadas à Universidade de Coimbra.
1555-1567	Tentativa de colonização francesa na Baía de Guanabara, a França Antártica, com a presença de missionários calvinistas.
1556	A gramática de Anchieta já circula, como manuscrito, entre os jesuítas.
1573	Primeiro quilombo registrado no Brasil.
1580	União Ibérica, após a morte de D. Sebastião, com administração espanhola no Brasil. O período marca a chegada de outras ordens religiosas ao Brasil. A colonização avança aos sertões, acarretando o contato com grupos indígenas diversos.
1595	Publicação da gramática de Anchieta.
1599	Publicação da <i>Ratio Studiorum</i> , documento que sintetiza a educação humanística jesuítica e a política linguística que seria vigente no século XVII.

Tabela 1. Marcos históricos no Brasil quinhentista em relação às políticas linguísticas.

Nesse quadro, sobre alguns marcos e acontecimentos do Brasil quinhentista, cumpre salientar que a consolidação do processo de estabelecimento de contato linguístico entre europeus e povos indígenas se dá na publicação da gramática de Anchieta em 1595, ainda que já estivesse em uso desde 1556. A gramática registra a tentativa de institucionalização de uma língua para a conversão indígena. Esse documento, que é uma síntese dos esforços de comunicação empreendidos ao longo do século, é resultante da operação coordenada de instituições educacionais, missionárias e administrativas na colônia da América

portuguesa, retratando o caráter pragmático das relações interculturais estabelecidas com as alianças entre europeus e indígenas para o desenvolvimento do Brasil quinhentista, a partir do contato linguístico.

2 | A PRIMEIRA FASE (1500-1548): OS INTÉRPRETES (LÍNGOAS), MISSIONÁRIOS, NÁUFRAGOS E DEGREDADOS; A MISSÃO FRANCISCANA MBIANÇA

O esforço inicial dos portugueses, em relação ao contato linguístico, durante a marcha expansionista das navegações e descobrimentos, não foi travado com os povos indígenas das Américas no século XVI. Desde o início do período de expansão pelas navegações, com a política africana do século XV até a chegada às Índias, os portugueses travaram contato com povos e nações diversas³, sendo o contato linguístico fator essencial para o estabelecimento de relações comerciais e atividades missionárias, com comunidades linguísticas variadas, desde o Norte e a costa da África, até o extremo Oriente, no caminho das Índias. O multiculturalismo de que surgiu Portugal contribuiu à marcha expansionista⁴.

Nos vastos territórios da costa da África e no caminho das Índias, a variedade linguística obrigava o uso de intérpretes constantemente, sendo o conhecimento de línguas semíticas e das variadas línguas africanas uma preocupação para o contato linguístico, com comunidades linguísticas do Norte da África e até do extremo Oriente. O conhecimento de árabe e de hebraico era um fator que facilitava o contato linguístico com comunidades que possuíam como língua materna uma língua semítica, mas nem sempre isso era o suficiente para se estabelecer a comunicação em todo continente africano, como temos narrado na *Chronica do descobrimento e conquista de Guiné* do século XV de Zurara, e no posterior contato com os reinos do Congo e de Angola:

3. Cf. FERRO, 2006, p. 45: “Quando Vasco da Gama chegou às águas indianas, em 1498, certos soberanos locais, como os samorins de Calicute e os sultões de Gujerate, exerciam sua autoridade, mas não controlavam o oceano, que permanecia na mão dos árabes. Chegando a Calicute, Vasco da Gama exigiu para seu rei a soberania dos mares indianos, o que evidentemente os samorins recusaram, mas, em Cochim, os rivais destes aliam-se aos recém-chegados, cuja esquadra era impressionante. O sultão do Egito respondeu ao apelo dos samorins, mas, depois de uma vitória naval, seu almirante voltou para casa. Então, retornando com força total, os portugueses de Afonso de Albuquerque ocuparam Goa, depois a ilha de Socotora, Ormuz e Málaca (atual *Melaka*), conseguindo, assim, controlar toda a parte ocidental do Oceano Índico.”

4. Cf. PINTO, 2010, p. 194: “Além das alterações no papel do português, do castelhano e do latim, acentua-se, nos séculos XIV e XV, a diversidade linguística observada em Portugal desde a sua fundação e expansão para sul. Apesar do início do seu abandono, a partir do século XIV, e da proibição da sua utilização em escrituras, por volta de 1400, o árabe continuou a ser a língua materna de muitos portugueses. Os que abandonavam a língua, nem sempre abandonavam o seu alfabeto, adotando-o na escrita do português, a escrita aljamiada. Durante o século XV, a comunidade arabófona tornou-se mais numerosa, na sequência das conquistas portuguesas no norte de África – Ceuta (1415), Alcácer-Seguer (1458), Tânger (1471) e Arzila (1471) –, e alguns dos seus membros integraram, como intérpretes, as primeiras expedições ao longo da costa ocidental africana. À medida que estas expedições avançavam para sul, desembarcavam no Algarve e em Lisboa falantes de línguas até então desconhecidas dos portugueses e dos restantes europeus. A partir de 1441, falantes de línguas africanas do grupo ocidental atlântico e, depois de 1482, falantes de línguas bantas vindos de um continente de que, até então, se considerava que o árabe era a única língua autóctone. Em Lisboa, haveria escravos-intérpretes de todas as ‘novas’ línguas africanas identificadas, de modo a garantir que em cada viagem houvesse um intérprete capaz de assegurar a comunicação indispensável com as gentes da costa. Em 1477, foi concedida a alforria ao primeiro escravo-intérprete africano de que há notícia, João Garrido, natural da Guiné”.

...comendador da Ordem de Cristo, Gomes Eanes Zurara (1410-1474), ressalta as dificuldades iniciais relativas à comunicação entre nativos africanos e portugueses, na costa ocidental da África, durante os primeiros contatos. A diversidade linguística com que as expedições portuguesas se deparavam quanto mais ao sul avançavam ia de encontro a uma concepção de homogeneidade linguística em que um mouro de língua mourisca fosse capaz de dialogar com os cativos que iam capturando (DESTRO, 2014, p. 327).

Dessa forma, há uma participação de judeus sefarditas, marranos, cristãos-novos, mouriscos, ciganos caló⁵, africanos cativos, entre outros, como intérpretes⁶, que atuavam empiricamente como tradutores, para o comércio ultramarino, ou que eram simplesmente abandonados nos territórios recém-ocupados como degredados, nessa primeira fase de tentativa de estabelecimento de um contato linguístico com comunidades linguísticas da África, Ásia e, posteriormente, América, tornando-se o império ultramarino português uma verdadeira Babel linguística.

Os franciscanos também foram missionários pioneiros, antes mesmo das navegações portuguesas, tendo atuado em Marrocos e em Jerusalém desde o século XIII, e tendo chegado às Índias, na costa do Malabar, em 1500, na esquadra de Pedro Álvares Cabral. Os franciscanos chegaram a fundar igrejas, conventos e colégios na Índia, ao longo dos séculos XVI e XVII:

Uma forma de favorecer a divulgação do Evangelho era o conhecimento das línguas nativas. Há mais referências a obras compostas por franciscanos em concani, língua falada em Goa (Faria, 2013, pp. 186-194), mas foi possível identificar indícios do conhecimento de línguas do sul da Índia e do Ceilão. Por exemplo, frei Miguel de São Boaventura ordenou, em 1602, que “a língua malabar e a chingala” fossem estudadas no Ceilão (Trindade, 1962, v.1, pp. 328, 350-353). Trindade afirmou que existiam vários franciscanos que pregavam e escreviam nessas línguas, como os frades Pantaleão da Madre Deus, Francisco de Santo Antônio, Antônio de São Bernardino, Mateus de Cristo, Antônio de São Bernardino e Gaspar dos Anjos, conhecedores do tâmil (FARIA, 2014, p. 455).

As línguas de contato (*pidgins*)⁷ não eram padronizadas, sendo usados, em muitos casos, dialetos da navegação, como o vêneto, ou a mistura de línguas como espanhol, ladino e árabe. Como exemplo de intérpretes, os *língoas*, dos séculos XV e XVI, temos João Garrido na Guiné e Gaspar da Gama (LIPINER, 1987, p. 106; FARACO, 2016, p. 68), intérprete encontrado por Vasco da Gama na Índia, que acompanhou a esquadra de Cabral ao Brasil em 1500. A missão franciscana *Mbiaça*, no Brasil, entre 1538 e 1548, é tema que carece de maior atenção, sobre o contato linguístico nesse período histórico.

5. Cf. COSTA, 1998, p. 37-40. A população cigana teria chegado possivelmente a Portugal no século XV, em seguida, as penas de degredo se tornariam comuns nos séculos XV e XVI.

6. Havia nos séculos XV e XVI a concepção de que o hebraico era a língua primitiva, de que todas as outras derivavam, BASSETTO, 2013, p. 29: “Nos séculos XV e XVI, as línguas nacionais se firmam e surgem gramáticas de todas elas, bem como dicionários e manuais. A grande preocupação é a origem das línguas, embora os estudos não tenham base científica nem filológica: assim, sob influência da Bíblia, um número considerável de autores considerava o hebraico como a língua primitiva, entre outros, G. Postel, em *De Originibus seu de Hebraicae Linguae et Gentis Antiquitate* (Das Origens, ou da Antiguidade da Língua e do Povo Hebreus) (Paris, 1538); e Bibliander, em *De Ratione communi omnium linguarum et litterarum commentarius* (Comentário sobre a razão comum de todas as línguas e letras) (Zurique, 1548).”

7. Cf. FARACO, 2016, p. 68 e seguintes.

A primeira fase do contato linguístico entre europeus e outros povos, na formação do vasto império ultramarino português, é caracterizada por uma organização empírica do contato linguístico. Uma tradição universitária e acadêmica que cogitasse sobre a diversidade linguística da época se desenvolveria em momento posterior, com o desenvolvimento do humanismo renascentista cristão em Portugal, a partir da reforma das universidades, sobretudo a Universidade de Coimbra, e o posterior desenvolvimento da Companhia de Jesus, que se tornaria instrumento missionário nos domínios mais afastados do império colonial ultramarino português: “Portugal não estava desligado nem da situação cultural europeia da Idade Média, do Humanismo e do Renascimento, nem da discussão linguística que teve lugar com o Humanismo” (LEITE, 2007, p. 81).

3 | A SEGUNDA FASE (1548-1595): A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CONTATO LINGUÍSTICO, O GOVERNO-GERAL, MISSÕES, COLÉGIOS E A GRAMATIZAÇÃO DA LÍNGUA-GERAL

No Brasil quinhentista, o ápice do processo de estabelecimento de contato linguístico com comunidades indígenas, de forma empírica, ocorre com Martim Afonso de Souza em São Vicente, que consegue estabelecer uma aliança duradoura a ponto de convencer a participação de indígenas e mamelucos diretamente no processo de colonização⁸. João Ramalho, o chefe indígena Tibiriçá e Martim Afonso de Souza teriam liderado um processo intercultural que permitiria o estabelecimento da colônia na América portuguesa, abrindo espaço para a instalação dos primeiros engenhos no Brasil quinhentista, com mão-de-obra escrava traficada da África (NEVES, 2007).

Para analisarmos esse *momentum* histórico, de transição de uma etapa de contato linguístico empírico, por *pidgins*, com intérpretes, para uma fase de institucionalização das políticas linguísticas no Brasil quinhentista, devemos evidenciar a figura do teólogo Diogo de Gouveia (1471-1557), como possível conselheiro das políticas linguísticas adotadas por Portugal em suas colônias ultramarinas, e seu sobrinho, o humanista André de Gouveia (1497-1548).

Diogo de Gouveia iniciou seus estudos teológicos em Paris, onde obteve o título de *Magister Artis* (Mestre em Artes), tornando-se bibliotecário da Universidade de Paris em 1507. Atuou como diplomata do rei D. Manuel I no reino da França, entre 1512 e 1521. Em 1520, assumiu a direção do Colégio Santa Bárbara em Paris. Durante o reinado de D. João

8. Sobre a presença de cristãos-novos em São Vicente, FALBEL, 1999, p. 114: “quando, em 1532, Martim Afonso de Souza entrou no porto em São Vicente, dois anos após o estabelecimento das donatárias, já encontrara habitantes europeus, que no dizer de Paulo Prado seriam ‘remanescentes de naufrágios ou das viagens de 1501 ou 1503, das de d. Nuno Manuel, da nau Bretão, e de Christovam Jacques, ou de outras anônimas...’. A figura controversa e desconhecida do Bacharel de Cananéia, com o seu clã familiar que incluía Gonçalo da Costa, Antonio Rodrigues, Mestre Cosme, Duarte Peres (ou Pires) e também a não menos controversa personalidade de João Ramalho. Este último, sobre o qual derramou-se muita tinta devido ao suposto ‘kaf’ de sua assinatura, é mencionado na carta de Tomé de Souza dirigida ao rei d. João III, de 1o de junho de 1553, como natural de Coimbra e possuidor de uma prole abundante com muitos descendentes”.

III, que se iniciou em 1521, solicitou ao rei ajuda de custo para bolsistas e logo o colégio francês se transformaria em um reduto de formação de teólogos e humanistas ibéricos, como Jerônimo Osório, Diogo de Teive, e os futuros jesuítas Inácio de Loyola e Francisco Xavier, que lá teriam estudado as artes liberais e a teologia (PELLERIN, 2009, p. 46-49).

André de Gouveia, sobrinho de Diogo de Gouveia, assume a direção do Colégio Santa Bárbara em Paris entre 1529 e 1534, tornando-se reitor da Universidade de Paris em 1533. André de Gouveia, inspirado pela educação humanística, vigente no *Collège de France*, fundado em 1530, buscou implantar uma reforma educacional no Colégio Santa Bárbara. Em 1534, assumiu a direção do Colégio de Guiana, em Bordéus, em que teria estudado Montaigne. André de Gouveia permaneceu na França até 1547, quando retornaria a Portugal para dirigir o Real Colégio das Artes de Coimbra, que passaria a funcionar em 1548, o mesmo ano de sua morte, colégio em que Anchieta estudou:

O Colégio de Guiana gozava então de justa fama. Aliás, o ensino tinha-se renovado, de modo geral, em toda a França, na primeira parte do século XVI. Os estudos humanísticos, que começaram a adquirir nova importância na Itália, a partir de Petrarca, no século XIV, e que no século XV atingiram nas Repúblicas italianas verdadeiro esplendor, conquistaram no final deste século e princípio do seguinte, pouco a pouco, todas as nações cultas da Europa. O Colégio de França, fundado por Francisco 1, em 1530, após tentativas que anteriormente tinham resultado infrutíferas, marca apenas a consagração oficial da adoção dos novos programas e métodos de ensino. Noutras partes havia já colégios que tinham posto de lado os métodos medievais e se entregavam decididamente à orientação dos humanistas (FREIRE, 1963-1964, p. 9).

A institucionalização do contato linguístico, no Brasil quinhentista, inicia-se com a política de “conversão do gentio” do jesuíta Manuel da Nóbrega, desde 1549, a partir de seus esforços em Salvador junto ao governo-geral⁹ para implantar escolas e colégios para os indígenas conversos, tendo como referência a reforma educacional empreendida em Portugal, na adoção da educação humanística de tradição italiana e francesa (FARIA, 2006). Esse projeto, vinculado à educação humanística renascentista, seria reflexo das reformas educacionais que ocorriam em Portugal, no contexto da política cultural de D. João III, na reforma da Universidade de Coimbra, em 1537, e na criação do Real Colégio das Artes de Coimbra em 1548, que em 1555 passaria a ter administração jesuítica.

Diogo de Gouveia e o humanista André de Gouveia, que dirigiram os renomados colégios humanísticos franceses supracitados, o Colégio Santa Bárbara e o de Guiana, teriam auxiliado a reforma educacional empreendida por D. João III, na fundação do Real

9. No *Regimento que levou Tomé de Souza governador do Brasil*, publicado em Almerim, em 17/12/1548, considerada a primeira Constituição do Estado do Brasil, há a seguinte redação, sobre a política de conversão indígena: “45 – Porque parece que será grande inconveniente, os gentios, que se tornarem cristãos morarem na povoação dos outros, e andarem misturados com eles, e que será muito serviço de Deus e meu apartarem-se de sua conversação, vos encomendo e mando que trabalheis muito por dar ordem como os que forem Cristãos morem juntos, perto das povoações das ditas Capitánias, para que conversem com os ditos Cristãos e não com os gentios, e possam ser doutrinados e ensinados nas cousas de nossa Santa Fé. E aos meninos, porque neles imprimirá melhor a doutrina, trabalhareis por dar ordem como se façam Cristãos, e que sejam ensinados e tirados da conversação dos gentios; e aos Capitães das outras Capitánias direis, de minha parte, que lhes agradecerei muito ter cada um cuidado de assim o fazer em sua Capitania; e os meninos estarão na povoação dos portugueses, e em seu ensino folgaria de se ter a maneira que vos disse” (REGIMENTO, 2018).

Colégio das Artes de Coimbra, em 1548, em que Anchieta estudara adolescente, antes de sua vinda ao Brasil. O Real Colégio das Artes de Coimbra passou a ter administração jesuítica em 1555 e serviria como modelo para a fundação de outros colégios jesuíticos, como os do Brasil quinhentista.

O humanismo renascentista cristão em Portugal, movimento que envolveria a reforma católica, na fundação da Companhia de Jesus e no Concílio de Trento, passaria a fomentar a renovação dos estudos gramaticais e o pensamento linguístico em Portugal na mesma época da colonização do Brasil quinhentista. Seria, dessa forma, a catequese indígena no Brasil quinhentista relacionada à educação linguística, por fim. Dessa forma, podemos considerar que a gramática de Anchieta, já registrada como em uso desde 1556, mas publicada apenas em 1595, é uma publicação dentro de um contexto cultural e tradição tipográfica que se relacionava às gramáticas oriundas da educação humanística portuguesa, não sendo um documento isolado em sua produção e recepção.

Se, na primeira fase da ocupação territorial, tínhamos a predominância das navegações costeiras e dos missionários franciscanos na tentativa de catequese, em segundo momento, será a Companhia de Jesus responsável por implantar a política de conversão indígena, a partir de pressupostos da educação humanística renascentista cristã, com nítida influência do humanismo francês e italiano. Como resultado das reformas educacionais que afetam a Universidade de Coimbra no século XVI, são fundados no Brasil quinhentista as primeiras escolas e colégios jesuíticos, que implementariam a política linguística então vigente¹⁰, que seria sintetizada, posteriormente, em 1599, na *Ratio Studiorum*.

A política linguística nos colégios jesuíticos do Brasil quinhentista variou de acordo com as décadas de sua implantação e o contexto específico do momento histórico. Entretanto, seguem um padrão de alfabetização em língua portuguesa e tupi, com a possibilidade de estudos mais avançados em línguas clássicas, sobretudo o latim¹¹. A gramática de Anchieta foi escrita como um recurso didático para a catequese e o ensino nessas instituições, sendo um registro de técnica de gramatização de uma língua que inicialmente servia como instrumento apenas para o contato linguístico, mas aos poucos ganhava o *status*, no Brasil quinhentista, de língua de civilização: o tupi.

10. Para as línguas clássicas, as principais influências da educação humanística portuguesa teriam sido, em latim: Despautério, inicialmente, e em seguida Manuel Álvares. Para o grego e hebraico, as gramáticas de Nicolau Clenardo (NAVARRO, 2000, p. 385 e seguintes; ALTMAN, 2012, p. 18-19).

11. SHIGUNOV NETO, 2008, p. 177.



Imagem 1. Frontispício da gramática anchietana (1595)

4 | A GRAMÁTICA DE ANCHIETA DE 1595

A *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil* de Anchieta participa de um processo cultural amplo, que é o início da institucionalização do sistema educacional no Brasil quinhentista, estando inscrita em uma tradição de obras impressas em Portugal no século XVI. A tradição gramatical da educação humanística portuguesa, por influência francesa e italiana, estava pautada no ensino das línguas sapienciais: latim, grego e hebraico, sendo em um primeiro momento muito influente a gramática latina de *Despauterius*, as obras de Nicolau Clenardo, até que a Companhia de Jesus organizasse um cânon educacional (NAVARRO, 2000).

A gramática latina *De institutione grammatica libri tres* do jesuíta Manuel Álvares, de 1572, torna-se um dos primeiros esforços de sistematização da educação humanística portuguesa, sendo o principal instrumento para a educação jesuítica e para o processo de gramatização das línguas de contato, estabelecidas empiricamente nos longínquos domínios do império ultramarino colonial português. A partir da gramática de Manuel Álvares, surgiriam outras gramáticas, artes e métodos de descrição de línguas, desde as vernáculas até as de contato, desenvolvidas nos esforços de navegação e do processo missionário nos séculos XVI e XVII.

A tradição gramatical renascentista das línguas estrangeiras modernas próximas a Portugal, como a espanhola, com Nebrija, certamente, influenciara a tradição de descrição da língua portuguesa nas obras gramaticais de Fernão de Oliveira (1536) e de João de Barros (1540). Entretanto, cumpre salientar que a gramática de Anchieta está em um contexto cultural mais próximo à obra de Manuel Álvares, que serviria como cânon da educação jesuítica, a partir da publicação da *Ratio Studiorum* em 1599, dada sua formação humanística conimbricense.

Um fenômeno ainda a ser investigado, em relação à gramática de Anchieta, é

a sua intertextualidade com as gramáticas latinas do humanismo renascentista cristão português, principalmente com a obra de Manuel Álvares, e com as gramáticas que a teriam antecedido na educação humanística em Coimbra, como as de *Despauterius* e a de Clenardo. No período colonial, a gramática de Anchieta foi sucedida pela *Arte da Língua Brasílica* de Figueira (1621).

REFERÊNCIAS

- ALTMAN, Cristina. As partes da oração na tradição gramatical do Tupinambá/Nheengatu. **Revista Limite**, n.6, p. 11-51, 2012.
- ANCHIETA, José de. **Arte de grammatica da lingoa mais usada na costa do Brasil**. Coimbra: Antonio de Mariz, 1595.
- BASSETTO, Bruno Fregni. **Elementos de Filologia Românica**. São Paulo: EdUsp, 2013.
- BATISTA, Ronaldo de Oliveira. **Introdução à historiografia da linguística**. São Paulo: Cortez, 2013.
- CAMINHA, Pero Vaz de. **Carta de Pero Vaz de Caminha a El-Rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil**. Edição fac-símile de Jaime Cortesão. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- CAMINHA, Pero Vaz de. **Carta de Pêro Vaz de Caminha. 1 de maio de 1500. Portugal, Torre do Tombo, Gavetas, Gav. 15, mc. 8, n.º 2**. Disponível em: <<http://antt.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/17/2010/11/Carta-de-Pero-Vaz-de-Caminha-transcricao.pdf>>. Acesso em 01 ago. 2018.
- COSTA, Elisa Maria Lopes da. O povo cigano e o degredo: contributo povoador para o Brasil colônia. **Revista Textos de História**, v. 6, n. 1 e 2, p. 35-56, 1998.
- DESTRO, Letícia C. F. “Entre línguas”: os intérpretes nos primeiros contatos dos europeus com a costa da Guiné (século XV). **Revista de Ciências Humanas**, Viçosa, v. 14, n. 2, p. 326-338, jul./dez. 2014.
- FALBEL, Nachman. Sobre a presença dos cristãos-novos na Capitania de São Vicente e a formação da etnia paulista. **Revista USP**, São Paulo, n.41, p. 112-119, março/maio 1999.
- FARACO, Carlos Alberto. **História sociopolítica da língua portuguesa**. São Paulo: Parábola, 2016.
- FARIA, Patrícia Souza de. Os franciscanos no Malabar: experiências missionárias e mediações culturais no sul da Índia (século XVI). **Revista Sémata, Ciências Sociais e Humanidades**, v. 26, p. 447-469, 2014.
- FARIA, Patricia Souza de. **A conquista das almas do Oriente: franciscanos, catolicismo e poder colonial português em Goa (1540-1740)**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.
- FERRO, Marc. **História das colonizações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- FREIRE, José Galdes. Obra poética de Diogo Mendes de Vasconcelos. **Humanitas**, n. 15-16, Coimbra, p. 1-82, 1963-1964.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do Paraíso**. São Paulo: Publifolha, 2000.
- KALTNER, Leonardo Ferreira. A Baía de Guanabara no De Gestis Mendi de Saa. **Revista Brasil-Europa - Correspondência Euro-Brasileira**. n. 127/23 (2010:5). Disponível em: <<http://www.revista.brasil-europa.eu/127/Guanabara-no-De-Gestis.html>>. Acesso em 03 ago. 2018.

KALTNER, Leonardo Ferreira. As fontes do De Gestis Mendi de Saa e o trabalho filológico de Armando Cardoso. **Revista Philologus**, n. 70 (supl.), Rio de Janeiro, p 28-42, jan./abr. 2018.

LEITE, Marli Quadros. **O nascimento da gramática portuguesa: uso & norma**. São Paulo: Editora Paulistana, 2007.

LIPINER, Elías. **Gaspar da Gama: um converso na frota de Cabral**. Nova Fronteira, 1987.

LUCCHESI, D. História do contato entre línguas no Brasil. In: LUCCHESI, D., BAXTER, A., and RIBEIRO, I., orgs. **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009, pp. 41-73.

MEERSMAN, A. **The Ancient Franciscan Provinces in India**, Bangalore: Christian Literature Society, 1971.

NASCIMENTO, Sidnei Francisco do. Erasmo de Roterdã e a educação humanista cristã. **Revista Filosofia**, v. 19, n. 24, p. 47-60, jan./jun. 2007.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. O ensino da gramática latina, grega e hebraica no Colégio das Artes de Coimbra no tempo de Anchieta. In: PINHO, Sebastião Tavares de et alii. **Actas do Congresso Internacional Anchieta em Coimbra - Colégio das Artes da Universidade (1548-1998)**. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 2000, p. 385-406.

NEVES, Cylaine Maria das. **A Vila de São Paulo de Piratininga: fundação e representação**. São Paulo: Annablume, 2007.

PELLERIN, Agnès. **Les Portugais à Paris**. Paris: Chandaigne, 2009.

PINTO, Paulo F. Portugal. 1143-1496: uma pessoa política, muitas pessoas linguísticas. **Ideias e Temas**, n. 7, p. 190-196, 2010.

SHIGUNOV NETO, A.; MACIEL, L. S. B. O ensino jesuítico no período colonial brasileiro. **Educar**, Curitiba, n. 31, p. 169-189, 2008.

SILVA, Maurício. Luta de línguas: panorama histórico-cultural da língua portuguesa no Brasil do século XVI. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, n. 15(1), p. 36-49, 2014.

PONTIN, Rafael de Almeida Leme. As Bulas e Tratados dos séculos XV, XVI e XVIII na História do Direito brasileiro: seus reflexos na América portuguesa. *Cadernos jurídicos Unisal – Liceu Salesiano*, n. 4, p. 175-200, 2012.

REGIMENTO que levou Tomé de Souza governador do Brasil, Almerim, 17/12/1548. Lisboa, AHU, códice 112, fls. 1-9. Disponível em: <http://lemad.fflch.usp.br/sites/lemad.fflch.usp.br/files/2018-04/Regimento_que_levou_Tome_de_Souza_governador_do_Brasil.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2018.

ZWARTJES, Otto. **Portuguese missionary grammars in Asia, Africa and Brazil, 1550-1800**. Amsterdam: John Benjamins, 2011.

OS CURSOS DE LETRAS NO BRASIL QUINHENTISTA E OS MONUMENTA ANCHIETANA: UMA ANÁLISE À LUZ DA HISTORIOGRAFIA LINGÜÍSTICA¹

1. Inicialmente, enviado como artigo para a Revista Gragoatá, do Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da UFF. O artigo foi aceito por ambos os pareceristas, em avaliação de pares, porém, devido a questões técnicas, o número da revista foi suspenso.

RESUMO: No presente artigo, debatemos a educação linguística nos primeiros cursos de Letras e Humanidades no Brasil quinhentista, à luz da fundamentação teórico-metodológica da Historiografia Linguística (HL) e da Linguística Missionária (LM). Os cursos em questão são resultantes das primeiras atividades de docência de missionários da Companhia de Jesus, que chegaram ao Brasil a partir do ano de 1549 (FARIA, 1959; FRANCA, 1952; LEITE, 1938; SANTOS SOBRINHO, 2013). Nosso aparato teórico-metodológico consiste na modelagem proposta por Pierre Swiggers, a fim de descrever e analisar, por uma narrativa meta-histórica sobre o pensamento linguístico, os “pontos de ancoragem” e “agrupamento” (*anchoring points*); as “linhas de evolução”, os “conteúdos”, “formatos” e “estratégias” (ALTMAN, 2012; SWIGGERS, 2013) da educação linguística jesuítica quinhentista e sua vinculação com a corrente de pensamento do humanismo renascentista português, relacionando-a à reforma educacional da Universidade de Coimbra e à fundação do Real Colégio das Artes, à época de D. João III (MIRANDA, 2011; RAMALHO, 2013). Apresentamos a

narrativa de Simão de Vasconcelos da primeira experiência docente de Anchieta em São Vicente, na segunda classe de gramática do Brasil quinhentista (VASCONCELOS, 1672). Defendemos a hipótese de que as obras de Anchieta (*Monumenta Anchieta*) teriam sido utilizadas ao longo do século XVI nesses cursos, e daremos ênfase à análise da *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil* (ANCHIETA, 1595), pedra angular da Gramaticografia e da Linguística Missionária no contexto do Brasil quinhentista (ZWARTJES, 2011; BATISTA, 2005).

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia Linguística, Linguística Missionária, Gramaticografia, *Monumenta Anchieta*

THE LANGUAGE AND LITERATURE
COURSES IN SIXTEENTH-CENTURY BRAZIL
AND THE *MONUMENTA ANCHIETANA*: AN
ANALYSIS IN THE LIGHT OF LINGUISTIC
HISTORIOGRAPHY

ABSTRACT: In this article, I discuss the linguistic education at the first courses of Language and Humanities in Sixteenth-century Brazil. This discussion is developed in the light of the theoretical and methodological model of Linguistic Historiography (LH) and Missionary Linguistics (LM). These courses of Language

and Humanities are the first teaching activities of Jesuit missionaries, who arrived in Brazil in 1549 (FARIA, 1959; FRANCA, 1952; LEITE, 1938 and SANTOS SOBRINHO, 2013). My theoretical apparatus consists of the model proposed by Pierre Swiggers, in order to describe and analyze the linguistic thought, the ‘anchoring points’, the ‘lines of evolution’, the ‘contents’, ‘formats’ and ‘strategies’ (ALTMAN, 2012; SWIGGERS, 2013) of Sixteenth-century Jesuit linguistic education and its connection with the Portuguese renaissance humanism. I analyse also the educational reform of the University of Coimbra and the origin of the Royal College of Arts, at the time of D. João III (MIRANDA, 2011; RAMALHO, 2013). I present the narrative of Simão de Vasconcelos from Anchieta’s first teaching experience in São Vicente, the second grammar class of Sixteenth-century Brazil (VASCONCELOS, 1672). I defend the hypothesis that the Anchieta’s literary works (*Monumenta Anchieta*) would have been read throughout the Sixteenth century in these courses. I develop an analysis of *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil* (ANCHIETA, 1595), cornerstone of Gramaticography and Missionary Linguistics in the context of Sixteenth-century Brazil (ZWARTJES, 2011; BATISTA, 2005).

KEYWORDS: Linguistic Historiography, Missionary Linguistics, Gramaticography, *Monumenta Anchieta*

1 | INTRODUÇÃO: A HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA (HL) E OS *MONUMENTA ANCHIETANA*

A *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil* (1595) do missionário jesuíta José de Anchieta (1534-1597) pode ser considerada a pedra angular da gramaticografia no Brasil quinhentista, por ter sido o primeiro texto escrito com reflexões metalinguísticas a ser publicado como obra acadêmica nesse contexto (ALTMAN, 2012, p. 12). A obra esteve em uso com fins didáticos desde 1556, no Brasil, segundo Armando Cardoso, citando Augusto Magne (ANCHIETA, 1990, p. 9). Já sua publicação, em 1595, ocorre na tipografia de António de Mariz, em Portugal, no contexto da Universidade de Coimbra, dois anos antes da morte de Anchieta, quase quarenta anos após sua utilização inicial para o ensino, de forma contínua (ANCHIETA, 1595).

Antes de ser publicada em versão tipografada, a obra circulou no Brasil quinhentista em versão manuscrita, provavelmente copiada em cadernos, como outros textos que jesuítas e outros religiosos produziam na América portuguesa. Provavelmente circulou como carta, depois de composta em São Vicente e levada ao Colégio da Bahia, tendo em vista não existir tipografia no Brasil, durante o século XVI, e livros impressos terem sido raros no período inicial da colonização (LEITE, 1938, p. 549-551). A gramática de Anchieta pode ser considerada um dos primeiros materiais didáticos a ser utilizado para a educação linguística no Brasil quinhentista, logo a contextualização de seu uso é relacionada aos primeiros cursos e classes de Letras e Humanidades na América portuguesa do século XVI.

O título da obra: *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil* remete-se aos métodos da educação humanística renascentista e da tradição gramatical derivada desse contexto. O metatermo “arte” está vinculado à divisão das disciplinas em artes, no sistema das sete artes liberais, do trívio e do quadrívio, sendo a gramática a primeira das artes. O metatermo “gramática” é herança da tradição gramatical greco-latina, pela recepção renascentista. Já o conceito de “língua mais usada” acreditamos ser referente à noção de *usus*, conceito humanístico, que se opunha ao conceito de *ratio* na educação linguística renascentista: “no plano da teoria gramatical, a recuperação do *usus latinus* implica uma recusa dos esquemas teóricos medievais, nomeadamente da *grammatica speculativa* ou dos *modi significandi*” (ROMEO, 2009, p. 46; TORRES, 1998). Por fim, “a costa do Brasil” era o alcance do uso da gramática e da língua que Anchieta descreveu (RODRIGUES, 1966; LAGORIO & FREIRE, 2014).

A gramática de Anchieta era um dos materiais didáticos utilizados nos estabelecimentos de ensino jesuítas no Brasil quinhentista, sendo objeto de estudos tanto da Gramaticografia quanto da Linguística Missionária (LM), tendo em vista que a educação linguística no período colonial do Brasil esteve vinculada à finalidade missionária de catequese (ZWARTJES, 2011). O modelo teórico-metodológico da Historiografia Linguística (HL) proposto por Pierre Swiggers é uma das vertentes para a descrição e análise da educação linguística jesuítica no período colonial quinhentista, contexto em que se inserem as obras e atividades missionárias de José de Anchieta, entre outros missionários e humanistas, de que se tem registro.

A descrição e análise da HL consiste, de modo geral, em uma narrativa meta-historiográfica sobre o pensamento linguístico de um autor, texto, corrente de pensamento, escola acadêmica, tradição ou época. Swiggers define os principais conceitos utilizados nesse processo descritivo e analítico em alguns campos: “pontos de ancoragem” e “agrupamento” (*anchoring points*); as “linhas de evolução”, os “conteúdos”, “formatos” e “estratégias” (SWIGGERS, 2013). Em relação aos “pontos de ancoragem” e as “linhas de evolução”, os principais conceitos na descrição e análise, elencados por Swiggers são:

I. Pontos/entrelaces de “ancoragem” (*anchoring points*):

a) entidades individuais: textos, autores, usuários.

b) continua: redes, instituições, escolas, grupos (*theory groups*), círculos, sociedades.

II. Linhas de desenvolvimento:

a) rumo evolutivo: mudança, revolução, conversão, progresso/estagnação/regressão, conservação/perda/rejeição/recorrência, continuidade/descontinuidade, inovação, antecipação.

b) relações com o tempo: fonte, modelo, influência, “abrangência referencial (fr. *horizon de rétrospection*), embate de teorias (ing. *theory clash*).

c) etapas da evolução: programa de investigação, tradição (nacional, étnica, geográfica, modelada, linguístico-cultural, “tópica”), *cinosura*, paradigma” (SWIGGERS, 2013, p. 47-48).

Já em relação aos “conteúdos”, “formatos” e “estratégias” no pensamento linguístico, temos os seguintes fenômenos que podem ser observados, de acordo com Swiggers:

III. Conteúdos/ formatos/estratégias.

a) “rotulagem” (*labeling*): aqui se põem os termos para referir-se a um modelo, uma teoria, uma abordagem.

b) em relação a formatos:

b.1) conceitos e princípios teóricos.

b.2) técnicas e estilos de descrição (por exemplo, *Word and Paradigm, Item and Process, Item and Arrangement*).

b.3) termos T-teoréticos.

c) estratégias: “deslocamento de conceitos”, transposição, negociação, (ing. *bargaining*), empréstimo, adaptação, recontextualização, estratégias (retóricas e institucionais) de promoção ou descarte de teorias” (SWIGGERS, 2013, p. 47-48).

Como um dos “pontos de ancoragem”, para analisar os cursos de Letras e Humanidades, oferecidos nas escolas e colégios jesuíticos do Brasil quinhentista, temos a instituição do Governo-Geral em 1548, em cujo regimento se previa o início da educação colonial (REGIMENTO, 2018). Com a chegada dos jesuítas, a fundação das primeiras instituições oficiais se iniciaria no século XVI, em 1549, com três colégios e cinco escolas em funcionamento em 1584, como Anchieta relatou: “existem nesta província três Colégios e outras cinco residências da Companhia, que se sustentam de esmolos (...)” (ANCHIETA, 1933, p. 395).

Dessa forma, cumpre salientar que o padrão educacional para a educação linguística nesse contexto teria como referência a educação humanística cristã desenvolvida na Universidade de Coimbra e no Real Colégio das Artes da época, o que nos leva a outro “ponto de ancoragem” anterior, fundamental para se compreender o pensamento linguístico desse *momentum* histórico: a reforma da Universidade de Coimbra promovida por D. João III, que integra Portugal à rede de instituições que adotavam a educação humanística renascentista (TANNUS, 2007, p. 20).

José de Anchieta, que estudou Letras e Humanidades, entre 1548 e 1551, no Real Colégio das Artes de Coimbra, antes de ingressar na Companhia de Jesus e de ser enviado ao Brasil, vivenciou em sua formação esse processo de educação humanística tanto como discente na Europa como docente na América portuguesa (VIOTTI, 1966). Compreender a estrutura desses cursos humanísticos e a reforma de que surgiram é fundamental para se descrever e analisar o pensamento linguístico das obras quinhentistas em Portugal e no Brasil, que são as fontes dos primeiros cursos de Letras e Humanidades em meados do século XVI.

2 | HUMANISMO RENASCENTISTA PORTUGUÊS COMO CORRENTE DE PENSAMENTO LINGUÍSTICO

Petrarca (1304-1374) é considerado um dos fundadores do movimento cultural e espiritual conhecido na posteridade por humanismo renascentista. Com influência da descoberta e difusão do discurso ciceroniano *Pro Archia* (Em favor de Árquias), por Petrarca, o ensino humanístico foi idealizado como um novo padrão de educação linguística diverso do modelo europeu vigente até então, a escolástica aristotélico-tomista medieval, organizada pelo estudo de manuais do trívio e do quadrívio, com finalidade estritamente teológica. O humanismo renascentista impactou a educação linguística europeia nos séculos XV e XVI:

O discurso em favor do poeta Árquias tornou-se assim o primeiro texto destinado a chamar a atenção para a importância das letras e da actividade literária, quer do ponto de vista individual quer do ponto de vista social e colectivo. Não se trata, como se sabe, de uma obra-prima da eloquência forense, mas o discurso alcançou justamente o estatuto de *Magna Charta* do Humanismo, desde o momento em que Petrarca o descobriu em Liège (1333) e o difundiu na Itália e na Europa. Do ponto de vista histórico-cultural e literário, a defesa do poeta Árquias inaugura conceitos fundadores da cultura europeia, recheados de interesse para uma Faculdade que se celebra como lugar das Letras, das Artes, das Humanidades e da Cultura Humanística, e como espaço de recriação de novos saberes (MIRANDA, 2011, p. 13).

O conceito de uma formação em Letras, principalmente nas Letras Humanas, ou Humanidades, advindo da oratória ciceroniana, no discurso em que Cícero defende o poeta grego Árquias, influenciou profundamente na criação de um novo modelo de formação linguística no Renascimento: o humanista. A partir desse movimento inicial, surgiria a figura central de Erasmo de Roterdã (1466-1536) e da educação linguística do colégio trilingue de Lovaina, em 1517, que se tornou um padrão ao mundo europeu, no século XVI:

Na medida em que a nova fundação tinha por missão promover o saber humanístico, o Real Colégio das Artes de Coimbra era também uma réplica do *Collège Royal* (1530), que Francisco I criara em França a pedido de Guillaume de Budé, e para cujo corpo docente fora convidado o próprio Erasmo. O *Collège Royal*, por sua vez, inspirava-se no Colégio Trilingue de Lovaina (1517), fundado postumamente por Jerónimo de Busleiden, mas inspirado e tutelado pelo próprio Erasmo, para acender no meio académico a chama do humanismo, e para desenvolver o estudo das três línguas, o Latim, o Grego e o Hebraico (MIRANDA, 2011, p. 18).

Cícero no discurso em defesa ao poeta grego Árquias defende os *studia humanitatis* (os estudos de Humanidades), isto é, uma educação centrada na aquisição de línguas adicionais, no caso romano a língua grega, e uma educação centrada na leitura dos autores clássicos, que melhor se expressaram naquela língua (CÍCERO, 1986 p. 9-10). Dessa forma, a concepção do conceito *litterae* (letras), como tradução do vocábulo grego *paideia* (educação), já permitia no Renascimento a concepção de uma formação humanística em que se articulasse o estudo de línguas e de literaturas.

Se a Idade Média europeia foi uma época centrada nas *Litterae Divinae*, as *Sagradas Escrituras*, interpretadas pelos principais autores da patrística no mundo ocidental, e, posteriormente pela *Summa Theologica* de São Tomás de Aquino, a educação humanística renascentista seria baseada nas *Litterae Humaniores*, nas Letras Humanas, isto é, nos autores clássicos greco-romanos: “O humanismo, caracterizado pela redescoberta do valor autônomo das *humanae litterae* em relação às *litterae divinae* e, portanto, pela volta à leitura dos clássicos latinos e gregos” (MANACORDA, 2006, p. 175). A nomenclatura “letras” torna-se corrente à época, significando o processo de ensino-aprendizagem de línguas e literaturas clássicas.

O humanismo renascentista chega a Portugal no ano de 1485, com a vinda de Cataldo Parísio Sículo à corte de D. João II (RAMALHO, 2013, p. 113). O humanista itálico atuou como preceptor de nobres e secretário do rei, enviando correspondências oficiais em latim, atuou também como poeta e orador, registrando feitos da coroa portuguesa em versos latinos e peças retóricas. Como as instituições educacionais portuguesas adotavam na época a escolástica, a partir de D. Manuel I se inicia uma política de “bolseiros” para outras universidades europeias, a fim de se instruírem na educação humanística francesa e itálica (TANNUS, 2007, p. 18).

Após o período inicial do envio de “bolseiros” portugueses sobretudo ao reino da França, a política cultural e linguística da coroa portuguesa redundou na criação da primeira instituição educacional humanística administrada por portugueses. O teólogo Diogo de Gouveia assume a direção, no reino da França, do Colégio de Santa Bárbara, assim como o humanista André de Gouveia dirige o Colégio de Guiena (PINHO, 2000, p. 20). Essas instituições educacionais difundem o *modus parisiensis*, servindo à formação de diversos humanistas ibéricos e preparando o espaço para a reforma educacional mais ampla do ensino português no Renascimento.

O programa de estudos do Colégio da Guiena, publicado em latim pelo humanista Elias Vinet, o *Schola Aquitanica* (1583) demonstra como a educação humanística na primeira infância funcionava, para o ensino de latim e de língua vernácula (NAVARRO, 2000, p. 396-397). Dividido inicialmente em doze classes, posteriormente em nove e no documento final em dez classes (*ordines*), o documento apresenta o ensino de língua latina a partir da gramática de *Despauterius*, tendo servido de base para a educação jesuítica em período posterior.

Entre os alunos do Colégio Santa Bárbara em Paris, podemos citar o próprio Inácio de Loyola, que se tornaria o fundador da Companhia de Jesus. A educação linguística no *Schola Aquitanica* apresenta um método progressivo de contato com a língua latina de forma direta, incluindo o canto, a memorização e a arte retórica, tendo a obra de Cícero como principal referência, além da gramática de *Despauterius*. Esse modelo de educação humanística francesa, inspirada no *Collège de France*, inaugurado durante o reinado de Francisco I, teria profunda influência em Portugal e na educação jesuítica (NAVARRO,

2000).

No plano de estudos do *Schola Aquitanica*, para o ensino de latim, no *Decimus Ordo* (décima classe), que era a inicial, destinada às crianças de sete anos, se ensinavam as letras do alfabeto latino, de vinte e três letras, as orações cristãs dominicais: *Oratio Dominica* (Pai Nosso), *Salutatio Angelica* (Ave-Maria) e o *Symbolum Fidei* (Credo); e os sete salmos penitenciais (MASSEBIEAU, 1886, p. 5-9). Em seguida, era ensinada a morfologia nominal e verbal do latim, os *elementa* da gramática latina. No *Nonus Ordo* (nona classe), se aprofundava o ensino de gramática latina, com a obra de Catão, na oitava classe, a leitura das epístolas de Cícero, e assim, sucessivamente (MASSEBIEAU, p. 10-18).

Um “ponto de ancoragem” importante nesse contexto de recepção do humanismo renascentista em Portugal é, por fim, a reforma educacional da Universidade de Coimbra por D. João III. Posteriormente à reforma, há a fundação do Real Colégio das Artes em Coimbra também, no ano de 1548. Para se compreender qual era a educação linguística adotada na instituição quinhentista o discurso de abertura do primeiro ano letivo, proferido pelo humanista francês Arnaldo Fabrício, intitulado *De Liberalium Artium Studio Oratio* (Oração sobre o estudo das artes liberais) é um texto fundamental, que demonstra a recepção da educação humanística renascentista do Colégio da Guiena em Portugal, na fundação de uma *respublica litteraria* (MIRANDA, 2011, p. 28).

O pensamento linguístico na educação jesuítica quinhentista português é oriundo do *modus parisiensis*. Com finalidade missionária, o estudo de línguas à época das navegações portuguesas, servia para catequese e a comunicação intercultural, que estabeleceria os domínios ultramarinos do império português. Os pioneiros nesse aspecto foram os franciscanos, tanto na África quanto na Ásia, mas na América portuguesa, após a criação do governo-geral, no ano de 1549 chegam os primeiros jesuítas, que fundariam suas escolas elementares e colégios no Brasil colônia.

3 | OS PRIMEIROS CURSOS DE LETRAS NO BRASIL QUINHENTISTA

Os primeiros cursos de letras no Brasil quinhentista podem ser analisados na perspectiva da Linguística Missionária, tendo em visto que a finalidade do ensino era a catequese dos colonos que integravam a América portuguesa, sejam indígenas, europeus ou africanos, esses cursos seriam equivalentes ao *magister artis* (mestre em artes) da educação humanística renascentista (FARIA, 1959, p. 82 *apud* SANTOS SOBRINHO, 2013, p. 40-41):

Ainda no período que estamos estudando, surge o primeiro ensaio de um curso secundário sob a responsabilidade dos jesuítas, em que se dava uma atenção especial ao latim. Trata-se do chamado ‘curso intermediário’ ou das ‘artes’, que eram frequentados pelas ‘melhores famílias’ da colônia. Os que se formavam nesses cursos recebiam o grau de *mestre em artes* (o equivalente colonial do nosso bacharel em letras, no dizer de FARIA, 1959, p. 82).

Os cursos de Letras e Humanidades, no Brasil entre 1549 e 1599, antes da *Ratio atque Institutio Studiorum*, teriam tido influência, não só de Anchieta, mas sobretudo de Manuel da Nóbrega (SANTOS SOBRINHO, 2013, p. 42), com o ensino de português para indígenas, na escola de ler e escrever, também a doutrina cristã e o canto orfeônico, com orações católicas traduzidas para a língua geral, e, por fim, a gramática latina e alguns autores literários em latim. Há o registro de cursos de casos da consciência, de artes e filosofia, em 1585, na Bahia, por Anchieta:

As ocupações dos nossos com os próximos são: uma lição de teologia que ouvem dois ou três estudantes de fora, outra de casos de consciência que ouvem outros tantos, e, uma e outra, alguns de casa, um curso de artes que ouvem dez de fora e alguns de casa, escola de ler, escrever e contar que tem até setenta rapazes filhos dos Portugueses, duas classes de humanidades, na primeira aprendem trinta e na segunda quinze escolares de fora e alguns de casa (ANCHIETA, 1933, p. 415).

Como preconizava o *Pro Archia* de Cícero, discurso que influenciou na educação humanística, o estudo de línguas se dava em conjunto com a prática literária, dessa forma, acreditamos que a prática literária já estava presente nesses primeiros cursos de letras, com poesias de diversos gêneros, como lírico e épico, textos dramáticos, oratória e, sobretudo, a prática religiosa. A obra literária de Anchieta, além da finalidade missionária, se justifica nesse contexto como resultado da ação educacional humanística jesuítica. A prática literária era elemento crucial do pensamento linguístico da educação humanística renascentista. Assim, podemos analisar o conjunto dos *Monumenta Anchieta*, com obras escritas em português, espanhol, latim e tupi, como um dos materiais utilizados e produzidos nos primeiros cursos de Letras no Brasil quinhentista.

Dessa forma, a motivação de Anchieta ao compor obras literárias poderia ter sido o de fomentar os ideais da educação humanística, que incluíam o cultivo da literatura e o estudo de línguas, o que caracterizava a formação em Letras Humanas, à época. Ao emular os autores clássicos em diversos gêneros textuais, e de forma plurilíngue, Anchieta criava a primeira produção acadêmica e literária do Brasil, que além de ter finalidade missionária, se pautava na corrente de pensamento do humanismo renascentista português.

A fim de descrever e analisar o pensamento linguístico e o processo em que se insere a produção de Anchieta, é necessário evidenciar os *Monumenta Anchieta* como um conjunto de textos que dialogam entre si, através de sua intertextualidade. As obras literárias e as históricas de Anchieta dialogam com a gramática, por exemplo, na medida em que formam um programa de investigação sobre o Brasil quinhentista. Uma das hipóteses para análise dos *Monumenta Anchieta* é compreender o conjunto da obra de Anchieta como um material para o estudo das Letras e Humanidades no Brasil quinhentista, isto é, que o autor escreveu obras literárias com finalidade de promover a educação humanística na América portuguesa, sendo suas obras utilizadas e lidas com finalidade didática, além da catequética.

Vejam, a título de exemplo, uma passagem de Simão de Vasconcelos (1672) sobre as primeiras experiências de docência de Anchieta em Piratininga, em 1554. O biógrafo cita como Anchieta vincula sua atividade como docente de língua latina à produção literária, permitindo a leitura de que as obras de Anchieta teriam uma finalidade propedêutica, isto é, de ensino para a educação linguística de uma comunidade que precisava ao menos de quatro línguas para se comunicar. O Brasil quinhentista era uma sociedade multicultural e plurilíngue. Transcrevemos o texto biográfico sobre os *Monumenta Anchieta*, em seguida:

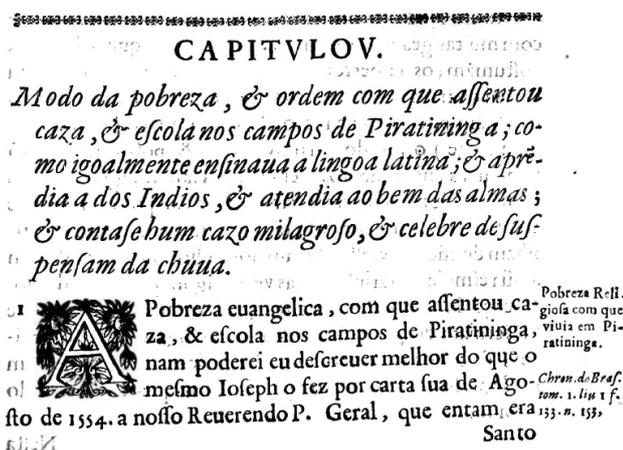


Fig. 1. Capítulo V da *Vida de Anchieta*, VASCONCELOS, 1672, p. 23.

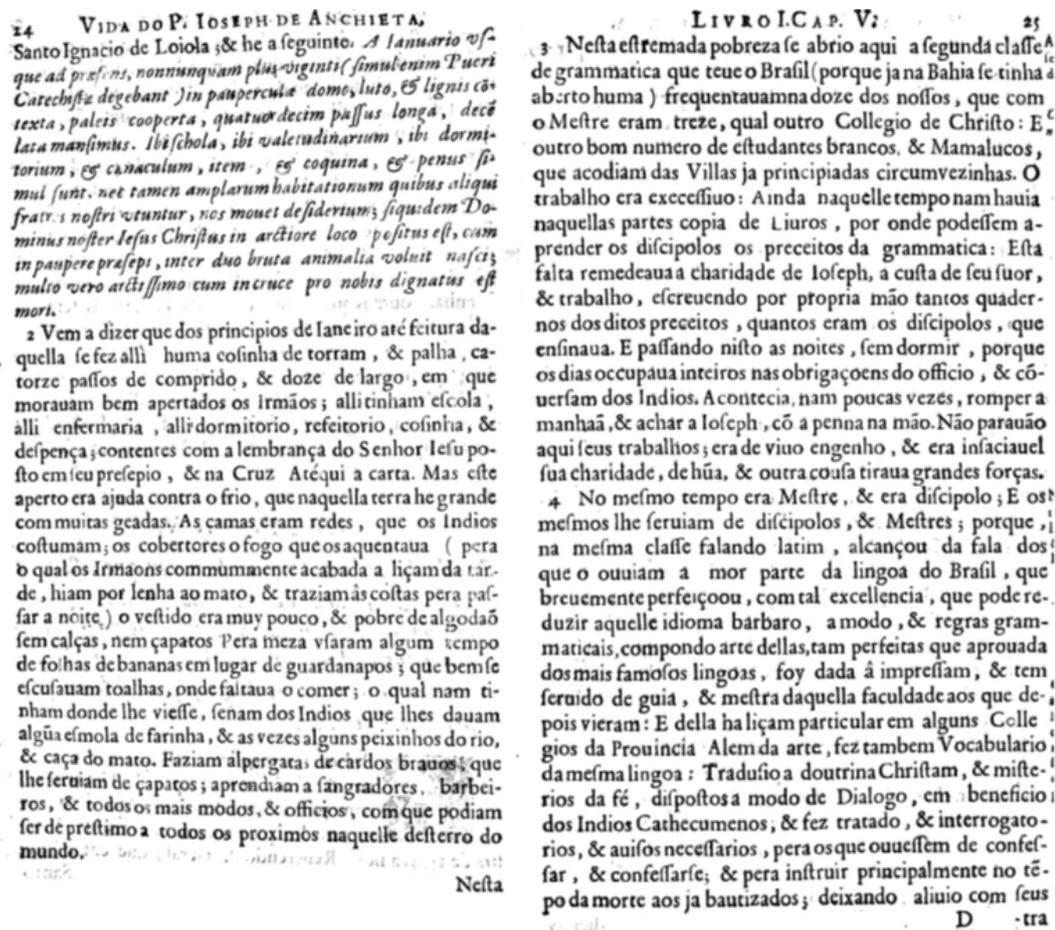


Fig. 2. Capítulo V da *Vida de Anchieta*, VASCONCELOS, 1672, p. 24-25.

26 VIDA DO P. JOSEPH ANCHIETA
 trabalhos aos vindouros, que se ouueffem de occupar no
 trato da faluaçam das almas.
 5 Em quatro lingoas era deffro, na Portugueza, Caste-
 lhana, Latina, & Brafilica, em todas ellas tradufio em ro-
 mances pios, com muita graça, & delicadeza, as canti-
 gas profanas, que andauam em vfo, com fructo das al-
 mas; porque deixadas as lasciuas, nam se ouuia pellos ca-
 minhos outra coufa, senam cantigas ao diuino, conuida-
 dos a iffo os entendimentos do doce metro de Ioseph.
 6 Compos nam só aqui, mas em varias partes do Bra-
 fil, com viuio, & raro engenho muitas obras poeticas, em
 toda a forte de metro, em que era muy facil, todas ao diui-
 no, & afim de euitar abufos, & entretenimentos menos
 honeftos. Entre estas foram as de mais tomo, o liuro da vi-
 da, & feitos heroicos de Mem de Sá terceiro Governador
 que foy deste Estado em verso heroico, latino; varias co-
 medias, paffos, & eglogas descripçoens deuotiffimas, que
 ainda hoje andam de fua mefma letra; & a vida da Virgem
 Senhora noffa em verso Elegiaco, de que em feu lugar fa-
 laremos De hũa das comedias he força fazer aqui menção.
 7 Em S. Vicête afim de impedir as indecécias que se com-
 tião em actos representados na Igreja, introduffio cõ aplau-
 fo dos moradores da Villã, & parecer do Padre Nobrega
 feu Superior, hum acto feu muito deuoto, a que chamaua
 Pregacam vniuerfal, porque feruia pera todos; Portugue-
 fes, & Indios; & confitaua de huma, & outra lingoa, por-
 que de todos foffe entendido: A este concorria a gente to-

Fig. 3. Capítulo V da *Vida de Anchieta*, VASCONCELOS, 1672, p. 26.

4 | TRANSCRIÇÃO

Capítulo V

Modo da pobreza, e ordem com que José de Anchieta assentou casa, e escola, nos campos de Piratininga, como igualmente ensinava a língua latina, e aprendia a dos índios, e atendia ao bem das almas, e conta-se um caso milagroso, e célebre, de suspensão da chuva.

A pobreza evangélica, com que assentou casa, e escola nos campos de Piratininga, não poderei eu descrever melhor do que o mesmo José o fez por carta sua de agosto de 1554 a nosso Reverendo Padre Geral, que então era Santo de Loyola, e é a seguinte: *A Ianuario usque ad praesens, nonnunquam plus viginti (simul enim Pueri Catechistae debebant) in pauperula domo, luto, & lignis contexta, paleis cooperta, quatuordecim passus longa, decem lata mansimus. Ibi schola, ibi valetudinarium, ibi dormitorium, et canaculum, item, et coquina, et penus simul sunt, nec tamen ampliarum habitationum quibus aliqui fratres nostri utuntur, nos mouet desiderium, siquidem Dominus noster Iesus Christus in arctiore loco positus est, cum in paupere praesepe, inter duo bruta animalia voluit nasci, multo vero arctissimo cum in cruce pro nobis dignatus est mori.*

Vem a dizer que, dos princípios de Janeiro até feitura daquela carta, se fez ali uma casinha de torrão, e palha, catorze passos de comprimento, e doze de largura, em que moravam bem apertados os irmãos, ali tinham escola, ali enfermaria, ali dormitório, refeitório, cozinha e despensa, contentes com a lembrança do Senhor Jesus posto em seu presépio e na Cruz. Até aqui a carta. Mas este aperto era ajuda contra o frio, que naquela terra é grande, com muitas geadas. As camas eram redes, que os índios costumam (usar), os cobertores, o fogo que os esquentava (pela qual os irmãos, comumente acabada a lição da tarde, iam em busca de lenha no mato, e traziam nas costas para passar a noite) o que

se tinha para se vestir era muito pouco, e pobre de algodão, sem calças, nem sapatos. Como mesa, usaram algum tempo de folhas de bananas em lugar de guardanapos, que bem se escusavam toalhas, onde faltava o que comer, o qual não tinham de onde lhes viesse, senão dos índios, que lhes davam alguma esmola de farinha, e, às vezes, alguns peixinhos do rio, e caça do mato. Faziam alpercatas, de cardos bravos, que lhes serviam de sapatos, atuavam como sangradores, barbeiros, e todos os mais modos, e ofícios com que podiam ser de préstimo a todos os próximos naquele desterro de mundo.

Nesta extremada pobreza, se abriu aqui a segunda classe de gramática que teve o Brasil, porque já na Bahia se tinha aberto uma, frequentavam-na doze dos nossos, que com o mestre eram treze, qual outro Colégio de Cristo, e outro bom número de estudantes brancos e mamelucos, que acodiam das vilas já principiadas circunvizinhas. O trabalho era excessivo. Ainda naquele tempo não havia naquelas partes cópia de livros, por onde pudessem aprender os discípulos os preceitos da gramática. Esta falta remediava a caridade de José, à custa de seu suor e trabalho, escrevendo por própria mão tantos cadernos dos ditos preceitos quantos eram os discípulos que ensinava. E passando nisso as noites sem dormir, porque os dias ocupava inteiros nas artes do ofício e conversão dos índios. Acontecia, não por poucas vezes, romper a manhã, e achar José com a pena na mão. Não paravam aqui seus trabalhos, era de vivo engenho, e era insaciável a sua caridade, de uma e outra coisa tirava grandes forças.

No mesmo tempo era mestre e era discípulo. E os mesmos lhe serviam de discípulos e mestres, porque na mesma classe falando latim, alcançou da fala dos que o ouviam a maior parte da língua do Brasil, que brevemente aperfeiçoou, com tal excelência que pode reduzir aquele idioma bárbaro a modo e regras gramaticais, compondo arte delas, tão perfeitas que aprovada dos mais famosos línguas foi dada à impressão, e tem servido de guia e mestra daquela faculdade aos que depois vieram. E dela já lição particular em alguns colégios da província. Além da arte, fez também vocabulário da mesma língua. Traduziu a doutrina cristã e mistérios da fé, dispostos a modo de diálogo, em benefício dos índios catecúmenos, e fez tratado e interrogatórios, e avisos necessários, para os que houvessem de confessar, e confessar-se, e para instruir principalmente no tempo da morte aos já batizados, deixando alívio com seus trabalhos aos vindouros, que se houvessem de ocupar no trato da salvação das almas.

Em quatro línguas era destro, na portuguesa, castelhana, latina e brasílica, em todas elas traduziu em romances pios, com muita graça e delicadeza, as cantigas profanas, que andavam em uso, com fruto das almas, porque deixadas as lascívias, não se ouvia pelos caminhos outra coisa, senão cantigas ao divino, convidados a isso os entendimentos do doce metro de José.

Compôs não só aqui, mas em várias partes do Brasil, com vivo e raro engenho muitas obras poéticas, em toda a sorte de metro, em que era muito hábil, todas ao divino, e a fim de evitar abusos, e entretenimentos menos honestos. Entre estas foram as de mais tomo,

o livro da vida e feitos heroicos de Mem de Sá, terceiro governador que foi deste Estado, em verso heroico latino, várias comédias, passos e éclogas, descrições devotíssimas, que ainda hoje andam de sua mesma letra, e a vida da Virgem Nossa Senhora nossa em verso elegíaco, de que em seu lugar falaremos. De uma de suas comédias é força fazer aqui menção.

5 I MONUMENTA ANCHIETANA COMO MATERIAL DIDÁTICO PARA UMA EDUCAÇÃO HUMANÍSTICA

O conjunto das obras completas de Anchieta é conhecido por *Monumenta Anchieta*, publicados pelas Edições Loyola no século XX, tendo como principais editores Armando Cardoso e Hélio Viotti. O plano editorial das obras completas de Anchieta previa inicialmente 17 volumes, alguns divididos em dois tomos, sendo alguns dos volumes dedicados à biografia de Anchieta e ao processo de canonização. As obras de Anchieta compõem os 11 primeiros volumes da série, sendo três desses volumes divididos em dois tomos (KALTNER, 2019).

Abaixo vemos uma tabela com as obras de Anchieta, editadas por Armando Cardoso e Hélio Viotti:

Título das obras	Data de publicação
1. <i>De Gestis Mendi de Saa – Poema Épico</i>	1970, 1986, 2ª edição
2. <i>De Eucharistia et aliis – Poemas Eucarísticos e Outros</i>	1975
3. <i>Teatro de Anchieta</i>	1977
4. <i>De Beata Virgine Dei Matre Maria – Poema da Bem-Aventurada Virgem Maria, Mãe de Deus (em dois volumes)</i>	1980
5. <i>Lírica portuguesa e Tupi I. Lírica espanhola II (em dois volumes)</i>	1984
6. <i>Cartas de Anchieta – Correspondência ativa e passiva</i>	1984
7. <i>Sermões de Anchieta</i>	1987
8. <i>Diálogo da Fé (em Tupi)</i>	1988
9. <i>Textos históricos</i>	1989
10. <i>Doutrina cristã (em Tupi). Tomo I: Catecismo brasílico. Tomo II: Doutrina autógrafa e confessionário (em dois volumes)</i>	1992
11. <i>Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil</i>	1990

Tabela 1. Obras de Anchieta nos Monumenta Anchieta, pelas Edições Loyola (KALTNER, 2019).

Duas obras de Anchieta foram publicadas ainda no século XVI, o poema *De Gestis Mendi de Saa* e a *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, em 1563 e 1595, respectivamente. Ambas as obras foram publicadas em Coimbra, no contexto da tipografia da universidade. As outras obras foram transmitidas em versões manuscritas e reeditadas apenas modernamente. A circulação da produção intelectual no Brasil quinhentista se dava por meio de textos manuscritos, não só com as cartas e textos administrativos, mas

também com os textos literários.

As obras literárias em latim de Anchieta, o poema épico *De Gestis Mendi de Saa*, o poema elegíaco *De Beata Virgine Dei Matre Maria*, o conjunto de poemas *De Eucharistia* poderiam ter sido utilizados como material didático para o ensino de latim nos primeiros cursos de Letras e Humanidades no Brasil quinhentista, ao lado dos autores clássicos que compunham o currículo desses cursos. Acreditamos que, dentro do padrão da educação humanística renascentista, e da função de Anchieta como docente no Brasil quinhentista, as obras teriam como usuários os missionários em formação nos colégios jesuíticos.

Já as obras em línguas vernaculares, à época, o português, o espanhol e o tupi, também teriam a função didática, além da catequética, no ensino dessas línguas. Além da lírica anchietana, relacionada ao canto, o teatro anchietano, que tem por referência as obras de Gil Vicente, poderia ter sido utilizado com função pedagógica na educação linguística no Brasil quinhentista, como ocorria com o teatro renascentista em Portugal.

A finalidade catequética e teológica das missões jesuíticas não era excludente da educação humanística e literária, inspirada no pensamento ciceroniano e erasmiano. O cultivo da prática poética, seja épica ou lírica, e teatral, da arte dramática, juntamente ao estudo de gramática, formam um padrão de educação clássica e cristã, que eram prototípicos da educação linguística do Renascimento português.

A gramática de Anchieta foi um dos materiais didáticos que chegou à posteridade, oriunda desse período da educação linguística no Brasil. O caráter plurilíngue inicial do Brasil quinhentista e o sistema de ensino de línguas pelo *modus parisiensis*, são perceptíveis na gramática e na educação humanística, que preconizava o ensino de línguas pelo método direto ou natural, o *usus*. Traços desse período histórico e da corrente de pensamento linguístico da época, que encontramos na obra de Anchieta.

A Linguística Missionária analisa o pensamento linguístico com finalidade missionária, o que se pode encontrar nas obras que compõem os *Monumenta Anchieta*. Com diversos traços da época, o conjunto de obras de Anchieta apresenta uma visão panorâmica do pensamento linguístico no Brasil quinhentista. José de Anchieta atuou como missionário, desde que chegou ao Brasil em 1553, com dezenove anos, até o ano de sua morte em 1597, aos sessenta e cinco anos (VIOTTI, 1966).

A sua obra literária, que perpassa por diversos gêneros, evidencia um projeto literário cuidadosamente construído, que preconizava o ensino de línguas pelo método direto, ou método natural. Uma das hipóteses de análise desse *corpus* é que suas obras literárias teriam a função de material didático para os cursos ministrados entre 1549 e 1599, antes da *Ratio atque Institutio Studiorum* ter sido efetivamente adotada. É necessário talvez ainda analisar mais fontes que corroborem essa hipótese, mas o fato de duas obras de Anchieta terem sido publicadas em Coimbra, em 1563 e 1595 se justificam na medida que esses textos poderiam ser lidos ou estudados por quem se transferisse para o Brasil, como parte de um projeto pedagógico.

REFERÊNCIAS

- ALTMAN, C. As partes da oração na tradição gramatical do Tupinambá / Nheengatu. *Limite*, Cáceres, n. 6, p. 11-51. 2012.
- ANCHIETA, J. de. *Artes de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*. Edição de Armando Cardoso. São Paulo: Edições Loyola, 1990.
- ANCHIETA, J. de. *Arte de grammatica da lingoa mais usada na costa do Brasil*. Coimbra: Antônio de Mariz, 1595.
- ANCHIETA, J. de. *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933.
- BATISTA, R. O. Descrição de línguas indígenas em gramáticas missionárias do Brasil colonial. *DELTA*, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 121-147. 2005.
- CÍCERO. *Em defesa do poeta Árquias*. Tradução de Maria Isabel Rebelo Gonçalves. Lisboa: Inquérito, 1986.
- FARIA, E. *Introdução à didática do latim*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1959.
- FRANCA, Leonel. *O método pedagógico dos jesuítas*. Rio de Janeiro: Agir, 1952.
- KALTNER, L. F. Monumenta Anchieta, Latinidade e o trabalho filológico de Armando Cardoso. In: SOUZA, I. V. (org.) *Grandes Temas da Educação Nacional 4*. Ponta Grossa: Atena Editora, 2019, p. 202-219.
- LAGÓRIO, C. A. & FREIRE, J. B. R. Aryon Rodrigues e as Línguas Gerais na historiografia linguística. *DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, São Paulo, n. 30 especial, p. 571-589. 2014.
- LEITE, S. *História da Companhia de Jesus no Brasil. Tomos I e II*. Porto: Tipografia Porto Médico, 1938.
- MANACORDA, M. A. *História da educação: da antiguidade aos nossos dias*. Tradução de Gaetano Lo Monaco. São Paulo: Cortez, 2006.
- MASSEBIEAU, L. *Schola Aquitanica – Programme d'études du Collège de Guyenne au XVIe siècle*. Paris: Delagrave, 1886.
- MIRANDA, M. As artes do Real Colégio das Artes. Entre a sua matriz e outra. *Biblos*, Coimbra, n. 9, p. 11-31. 2011.
- NAVARRO, E. A. O ensino da gramática latina, grega e hebraica no Colégio das Artes de Coimbra no tempo de Anchieta. PINHO, S. T. & al. *Actas do Congresso Internacional Anchieta em Coimbra – Colégio das Artes da Universidade (1548-1998) Tomo I*. Coimbra: Fundação Engenheiro António de Almeida, 2000, p. 385-406.
- PINHO, S. T. Palavras de abertura na sessão inaugural. In: PINHO, S. T. & al. *Actas do Congresso Internacional Anchieta em Coimbra – Colégio das Artes da Universidade (1548-1998) Tomo I*. Coimbra: Fundação Engenheiro António de Almeida, 2000, p. 19-25.
- RAMALHO, A. *Para a história do humanismo em Portugal – volume V*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.
- REGIMENTO que levou Tomé de Souza governador do Brasil, Almerim, 17/12/1548. Lisboa, AHU, código 112, fls. 1-9. Disponível em: http://lemad.fffch.usp.br/sites/lemad.fffch.usp.br/files/2018-04/Regimento_que_levou_Tome_de_Souza_governador_do_Brasil.pdf . Acesso em: 03 ago. 2018.

- RODRIGUES, A. D. Tarefas da linguística no Brasil. *Estudos Linguísticos (Revista Brasileira de Linguística Teórica e Aplicada)*, São Paulo, vol. 1, n. 1, p. 4-15. 1966.
- ROMEO, R. P. de L. Gramaticografia e lexicografia em Portugal durante o século XVI: do latim ao português. *Limites*, Cáceres, n. 9, p. 45-65. 2009.
- SANTOS SOBRINHO, J. A. *Dois tempos da cultura escrita em latim no Brasil: o tempo da conservação e o tempo da produção: discursos, práticas, representações, proposta metodológica*. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Programa de Pós-graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia. 2013.
- SWIGGERS, P. A Historiografia da Linguística: objeto, objetivos, organização. *Revista Confluência*, Rio de Janeiro, n. 44/45, p. 39-59. 2013.
- TORRES, A. Humanismo inaciano e artes de gramática de Manuel Álvares entre a “ratio” e o “usus”. In: TORRES, A. (org.). *Gramática e linguística. Ensaios e outros estudos*. Braga: Universidade Católica Portuguesa, 1998, p. 83-102.
- TANNUS, A. C. Um olhar sobre a literatura novilatina em Portugal. *Calíope, Presença Clássica*, Rio de Janeiro, n. 16, p.13-31. 2007.
- VASCONCELOS, S. de. *Vida do venerável padre Joseph de Anchieta da Companhia de Iesu*. Lisboa: Oficina de João da Costa, 1672.
- VIOTTI, H. A. *Anchieta – apóstolo do Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 1966.
- ZWARTJES, Otto. *Portuguese missionary grammars in Asia, Africa and Brazil, 1550-1800*. Amsterdam: John Benjamins, 2011.

O DICTIONARIUM LATINO LUSITANICUM ET VICE VERSA LUSITANICO LATINUM DE JERÓNIMO CARDOSO (1508-1569) À LUZ DA HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA¹

1. Paper apresentado no VII Simelp – Simpósio Mundial de Estudos da Língua Portuguesa, em 2019.

RESUMO: O humanista português Jerónimo Cardoso (1508-1569) pode ser considerado o principal lexicógrafo do período renascentista em Portugal, cujas obras lexicográficas, de latim e de português, se contextualizam em tradição iniciada por Nebrija em 1492, no contexto ibérico. Nascido em Lamego, Jerónimo Cardoso foi egresso da Universidade de Salamanca, atuando em seguida em Lisboa. Em sua época, a dicionarização da língua portuguesa se dava a partir do contraste com a língua latina, no contexto da educação humanística renascentista no ensino universitário. Na segunda edição de 1570 do *Dictionarium latino lusitanicum et vice versa lusitanico latinum* de Jerónimo Cardoso, foi dicionarizado pela primeira vez no léxico vernáculo o topônimo “Brasil: *Brasilia, -ae*”, tema que debateremos (VERDELHO, 2007). Analisaremos, por fim, a estrutura do *Dictionarium latino lusitanicum et vice versa lusitanico latinum* (CARDOSO, 1562, 1570, 1592) a partir de pressupostos da Historiografia Linguística, a saber, os três princípios de contextualização, imanência e adequação (KOERNER, 1996, BATISTA, 2013).

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia Linguística; Línguas Clássicas; Humanismo renascentista; Lexicografia; Jerónimo Cardoso.

ABSTRACT: The Portuguese humanist Jerónimo Cardoso (1508-1569) can be considered the main lexicographer of the Renaissance period in Portugal, whose lexicographic Latin and Portuguese works are contextualized in a tradition initiated by Nebrija in 1492, in the Iberian context. Born in Lamego, Jerónimo Cardoso was graduated from the University of Salamanca, then acting in Lisbon. In its time, the Portuguese language was registred by contrast with the Latin language, in the context of Renaissance humanistic education in the university tradition. The second edition of 1570 of the *Dictionarium latino lusitanicum and vice versa lusitanico latinum* of Jerónimo Cardoso was the first place in which the vernacular lexicon *Brasil: Brasilia, -ae*, is registred, this is a topic that I will discuss (VERDELHO, 2007). I will analyze, finally, the structure of the *Dictionarium Latino Lusitanicum and vice Versus Lusitanico Latinum* (CARDOSO, 1562, 1570, 1592) based on the theory of Linguistic Historiography, namely the three principles of contextualization, immanence and adequacy (KOERNER, 1996, BATISTA, 2013).

KEYWORDS: Linguistic Historiography; Classical Languages; Renaissance Humanism; Lexicography; Jerónimo Cardoso.

1 | INTRODUÇÃO

A Historiografia Linguística (HL) é um campo de investigação interdisciplinar entre a historiografia e a linguística, cujo objetivo é descrever e analisar historiograficamente o desenvolvimento do pensamento linguístico, suas continuidades e descontinuidades, o paradigma da construção do conhecimento científico e as correntes acadêmicas que desenvolveram a ciência (BATISTA, 2013; SWIGGERS, 2012). Entretanto, cumpre salientar que o discurso historiográfico não deve ser pautado em uma visão positivista de progresso, entre as diversas gerações de cientistas, sendo objeto de interesse da análise da HL o processo de continuidade e descontinuidade de constituição do conhecimento científico, paradigmas científicos, retomada de temas, redes de instituições e afins, o que constitui reflexão sobre a história geral das ciências e do conhecimento científico (KUHN, 2007).

A análise da ciência e do conhecimento científico, como prática cultural, guia esse campo de investigação interdisciplinar, a fim de analisar o impacto das descobertas científicas, da institucionalização do saber, da construção de redes de cientistas e do conhecimento em épocas e lugares diversos, sendo a contextualização histórica importante para trazer à luz da ciência contemporânea ao menos um vislumbre do desenvolvimento do fenômeno histórico e cultural em que o conhecimento científico se desenvolveu:

Pode ser definida como a disciplina (dentro do campo da Linguística [geral]) que visa proporcionar um relato descritivo e explicativo com base científica de como o conhecimento linguístico (ou seja, o que foi aceito num certo tempo como conhecimento, informação e documentação sobre questões relacionadas à língua) foi conquistado, e qual foi o transcurso do desenvolvimento desse conhecimento linguístico, desde o seu início até a era atual. (SWIGGERS, 2012, p. 38-39, *apud* LIMA, 2016 p. 3).

Nesse sentido, a análise de períodos recuados no tempo, como o caso do Humanismo renascentista português (1485-1596), se dá principalmente por fundo documental superveniente. Através de manuscritos e documentos tipografados da época, o fenômeno histórico da construção do conhecimento pode ser descrito e analisado, pela análise de instituições acadêmicas, como universidades, colégios, instituições missionárias, no contexto europeu renascentista e na corrente histórica de que se desenvolveu a educação humanística europeia, de modo geral.

Nesse contexto, as universidades portuguesas renascentistas são as instituições centrais para a descrição do pensamento linguístico vinculado ao movimento humanístico em Portugal, que, por sua vez tinha como premissa a utilização das línguas clássicas, latim e grego, além do hebraico, como língua sapiencial, no processo de educação linguística (TANNUS, 2008; RAMALHO, 2000). Nesse período histórico, a criação de tipografias nas universidades, que passam a adotar o livro impresso, fomenta o amplo desenvolvimento de disciplinas e debates sobre a linguagem, com a publicação de gramáticas, dicionários, textos didáticos e comentários sobre o aprendizado de línguas e técnicas de descrição linguística, pautadas sobretudo no uso da gramática latina. Nesse contexto, podemos analisar a obra lexicográfica de Jerónimo Cardoso.

2 | JERÓNIMO CARDOSO, HUMANISTA

O humanista português Jerónimo Cardoso (1508-1569) pode ser considerado o principal lexicógrafo do período renascentista em Portugal. Nascido em Lamego, Jerónimo Cardoso foi egresso da Universidade de Salamanca, atuando em seguida em Lisboa, cidade em que produziu sua obra lexicográfica. Nos estudos de dicionarística portuguesa quinhentista, a vida e obra de Jerónimo Cardoso se destacam:

O nosso autor foi um humanista operoso que dedicou a sua vida ao ensino do latim. Nasceu em data incerta, no início do século XVI, na cidade de Lamego. Foi estudar para Salamanca, onde recebeu a mensagem dos grandes mestres das artes “sermocinales” que ilustraram Salamanca nas primeiras décadas do século, ali teve a oportunidade de conhecer os novos manuais escolares, as gramáticas, as retóricas, os copiosos vocabulários (facilmente reproduzidos então pelos prodígios da tipografia, tornavam infinitamente mais fácil a tarefa dos estudantes). Instalou-se em Lisboa, no princípio dos anos trinta, como mestre de gramática e certamente com fama de bom latinista, porque mereceu ser convidado para proferir a lição inaugural, no ano lectivo de 1536, na Universidade de Lisboa, mesmo sem pertencer ao seu corpo docente. Em Lisboa continuou a viver, até ao fim da vida (c. 1569), certamente vigiado pela Inquisição, que entretanto lhe descobrira a condição de cristão-novo, por via das declarações de uma sua tia que fora presa em 1553 (VERDELHO & SILVESTRE, 2007, p. 163).

A obra de Jerónimo Cardoso compreende um *corpus* de textos publicados em latim renascentista, compostos por uma gramática latina, dicionários, poemas e cartas (VERDELHO & SILVESTRE, 2007, p. 163-164). Sua produção vinculava-se ao ensino de latim, sendo um mestre de Gramática em Lisboa no século XVI. Dessa forma, sua obra é prototípica do paradigma científico da época para os estudiosos de línguas, os humanistas. Vinculava-se ao círculo intelectual da Universidade de Lisboa da época, mesmo sem ter pertencido ao corpo docente, mas atuava em suas proximidades.

Da lavra de Jerónimo Cardoso foram publicados três dicionários, sendo o último uma publicação póstuma. O primeiro intitulado *Dictionarium Iuuentuti Studiosae Admodum Frugiferum* foi impresso em 1551, em Coimbra, tendo segunda edição em 1587, tendo sido, provavelmente, utilizado no Real Colégio das Artes. Já o segundo dicionário, cujo título é *Dictionarium ex Lusitanico in Latinum Sermonem*, foi publicado em 1562, em Lisboa, pelo tipógrafo João Álvares (CARDOSO, 2009, p. 21-22).

O terceiro dicionário de Jerónimo Cardoso é sua obra prima. Foi publicado em 1569, após o provável falecimento do autor, reunindo trinta e seis anos de trabalho de docência. O dicionário veio a lume com o título de *Dictionarium Latino lusitanicum et uiceuersa Lusitanico latinum cum Adagiorum fere omnium iuxta seriem alphabeticam per utili expositione ecclesiasticorum etiam vocabulorum interpretatione item de monetis, ponderibus et mensuris ad praesentem usum accomodatis* (CARDOSO, 2009, p. 22-23).

O humanista alemão Sebastião Stochamer (*Sebastianum Stokhamerum*, Sebastian Stockhammer), residente em Coimbra à época da publicação do dicionário, foi o responsável por coligir o espólio de Cardoso e organizar a edição póstuma a que se acrescentou um capítulo sobre topônimos e nomes próprios:

Como Jerónimo Cardoso morrera deixando a obra inacabada, ficou a sua conclusão a cargo de Sebastião Stochamer, alemão radicado em Coimbra, que reviu e completou o trabalho de Jerónimo Cardoso, acrescentou de sua lavra um *Dictionarium Aliud de Propriis Nominibus Celebriorum Virorum, Populorum, Regionum, Locorum, Insularum, Urbium, Oppidorum, Montium, Fluuiorum, & Fontium, nec non Aliorum-Complurium Scitu Dignorum Nominum ac Rerum*, e dedicou o conjunto ao rei D. Sebastião, de Coimbra, 20 de Junho de 1569 (CARDOSO, 2009, p. 22).

Como mestre de gramática, Jerónimo Cardoso também compôs uma arte gramatical de língua latina, texto de interesse para a gramaticografia, que foi publicada em 1552, cujo título é *Grammaticae Introductiones Breuiores et Lucidiores quam Ante hac Aliae in Lucem Editae Sunt*. Foi reimpressa em 1557 com o título *Institutiones in Latinam Linguam Breuiores, et Lucidiores, quam Antehac Aliae in Lucem Editae Sunt* (CARDOSO, 2009, p. 22-23).

O topônimo referente ao Brasil é registrado no dicionário publicado em 1570. Por ter sido obra editada e publicada postumamente, é possível que a entrada do topônimo no dicionário tenha sido feita pelo revisor da obra que a ampliou. Mesmo assim, esse é o primeiro registro oficial do topônimo Brasil em um dicionário de língua portuguesa, ainda que seja um dicionário de português e de latim, se valendo do vernáculo como língua de contraste.

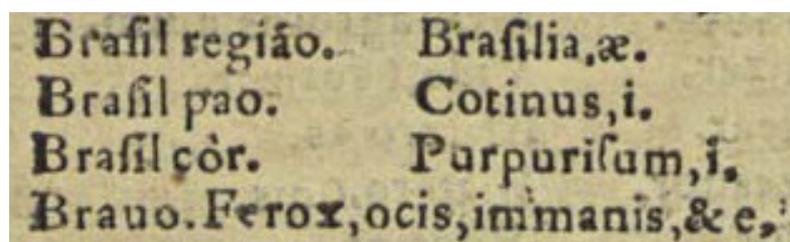


Imagem 1. Registro do topônimo Brasil (CARDOSO, 1570, p. 17).

O vocábulo é registrado como Brasil – região, tendo uma tradução para a língua latina em substantivo de primeira declinação: *Brasilia, -ae*. Após o registro do substantivo próprio Brasil, como topônimo de uma determinada região, há o registro do nome Brasil como o da árvore pau-brasil (*cotinus*) e o registro do substantivo comum brasil (*purpurifum*) com o valor de uma coloração, isto é, da tintura proveniente do pau-brasil.

Esse breve registro lexicográfico quinhentista é a primeira aparição do vocábulo dicionarizado no vernáculo. Vindo de uma tradição que remonta ao Humanismo renascentista português e ao ensino de latim à época, na educação humanística universitária da Renascença, o dicionário de Jerónimo Cardoso insere o topônimo na tradição descritiva da língua portuguesa e do latim renascentista. A repercussão de sua obra se dá em autores posteriores que continuam a tradição da dicionarística portuguesa até os dias de hoje.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Ronaldo de Oliveira. **Introdução à historiografia da linguística**. São Paulo: Cortez, 2013.

CARDOSO, Jerónimo. **Dictionarium Latino lusitanicum et uiceuersa Lusitanico latinum cum Adagiorum fere omnium iuxta seriem alphabeticam per utili expositione ecclesiasticorum etiam vocabulorum interpretatione item de monetis, ponderibus et mensuris ad praesentem usum accomodatis**. Conimbricae: Excussit Ioanes Barrerius, 1570.

CARDOSO, Jerónimo. **Obra literária. Tomo I. Prosa latina**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

LIMA, Nelci Vieira. Historiografia linguística: aspectos teóricos, metodológicos e analíticos. **Cadernos de Pós-graduação em Letras (Online)**, v. 16, n. 1, p. 3-16, 2016.

VERDELHO, Telmo & SILVESTRE, João Paulo. **Dicionarística portuguesa. Inventariação e estudo do património lexicográfico**. Aveiro: Universidade do Aveiro, 2007.

RAMALHO, Américo da Costa. **Para a História do Humanismo em Portugal**. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2000.

SWIGGERS, Pierre. Linguistic historiography: object, methodology, modelization. **Todas as Letras: Revista de Língua e Literatura**, v. 14, n. 1, p. 39-53, 2012.

TANNUS, C.A. K. Um olhar sobre a literatura novilatina em Portugal. **Calíope**, v. 16, p. 13-31, 2007.

O LATIM NA COLONIZAÇÃO DO BRASIL QUINHENTISTA¹

1. Publicado inicialmente em: KALTNER, L. F. O Latim na colonização do Brasil quinhentista. *CADERNOS DE LETRAS DA UFF*, v. 26, p. 39-60, 2016.

RESUMO: No presente artigo, analisamos a história do uso e do ensino de Latim no contexto do Humanismo renascentista português e a sua influência no Brasil quinhentista, como instrumento de colonização linguística para a América portuguesa. Para essa análise, selecionamos um excerto da obra novilatina *De Gestis Mendi de Saa* (Sobre os feitos de Mem de Sá), escrita no Brasil, pelo missionário jesuíta José de Anchieta.

PALAVRAS-CHAVE: Estudos Culturais, Colonização linguística, América Latina.

LATIN IN COLONIZATION OF SIXTEENTH CENTURY BRAZIL

ABSTRACT: In this article, I analyze the history and the use of Latin in teaching in the Portuguese Renaissance Humanism and its influence in Sixteenth century Brazil, as an instrument of linguistic colonization for Portuguese America. For this analysis, I selected an excerpt from the neo-latin work *De Gestis Mendi de Saa* (On the deeds of Mem de Sa), written in Brazil, by the Jesuit missionary José de Anchieta.

KEYWORDS: Cultural Studies, Linguistic Colonization, Latin America.

1. REES, 2005, p. 90: "In the 45 years after Gutenberg perfected his printing press and printed the Bible, from 1455 to 1500, more than 10 millions books were printed. By the year 1501, there were 1,120 print shops in 260 towns in 17 European countries".

Constitui-se o século XVI em interessante capítulo da história das ideias linguísticas, seja pelo Humanismo renascentista europeu, com intensa atividade de pesquisa e publicações, em tipografias e universidades, após o aperfeiçoamento da imprensa por Gutenberg¹, seja pelas navegações e pelo contato intercultural entre povos e civilizações diversas. Neste contexto, que envolve diversos atores políticos, está inserido o início do processo de colonização das Américas por reinos europeus absolutistas no século XVI. Para se analisar, em perspectiva pós-colonial, o processo de ocupação territorial, de que surgiu o Brasil no século XVI, um dos fatores centrais é a questão linguística, referente, sobretudo, ao contato linguístico inicial e à política de colonização linguística posterior:

No processo colonizador, circulam essas imagens sobre as línguas, sobre essas línguas constitutivas de povos culturalmente distintos que se defrontam em condições de produção tais que uma dessas línguas, chamada de língua colonizadora, visa impor-se sobre a(s) outra(s) colonizada(s). Isso rege, no devir do processo de colonização, a forma como vai sendo construída uma relação muito singular: o lugar de onde o colonizado fala se constitui no entremeio da heterogeneidade linguística inerente à colonização. Aquela que virá a ser a língua

nacional se organiza justamente aí, nessa disputa por espaços de comunicação, em meio ao confronto entre políticas de sentidos das línguas em confronto/contato, ou seja, entre diferentes produções de sentidos e de práticas sócio históricas que se encontram ligadas a cada língua específica (MARIANI, 2003, p. 74).

Constituíam-se os *regna Brasillia* do século XVI, territorialmente, de estreita faixa litorânea, concedida ao reino de Portugal pelo papado através da Bula *Inter Coetera* e do Tratado de Tordesilhas (1494), havendo apenas núcleos iniciais de colonização dispersos, conectados mais pela navegação do que por terra. Dessa forma, a colonização, que fora iniciada como empresa terceirizada, pelo falho regime de capitanias hereditárias, em 1534, logo se organizaria pela instituição de um governo-geral em 1548, tendo sua capital na cidade de Salvador (COSTA, 2011, p. 57). Grosso modo, o Estado brasileiro surgiu com a instituição do governo-geral, integrado ao modelo de Estado clássico absolutista português como colônia, subordinado ao papado, através da instituição do padroado.

Não só os portugueses e espanhóis, entre os europeus, ocuparam o território ao sul da América. Além de atos de pirataria constantes, houve a tentativa de colonização francesa do Rio de Janeiro entre 1555 e 1567, conhecida como França Antártica, custeada por Gaspar de Coligny e capitaneada por Villegagnon, cujos domínios se estendiam da Baía de Guanabara até Cabo Frio:

Em novembro de 1555 três navios franceses sob o comando por Nicolas Durand de Villegagnon, nobre cavaleiro da Ordem de Malta, chegaram à Baía da Guanabara com o intuito de fundar uma colônia. Havia muito que embarcações francesas navegavam por aquelas bandas, realizando o escambo com as populações indígenas, embarcando para a Europa grandes quantidades de pau-brasil. O projeto de fundação da França Antártica tinha o apoio de Henrique II, Rei de França, de Gaspar de Coligny, Almirante da Marinha Real, do Duque de Guise, cardeal de Lorena, e de comerciantes e armadores franceses. Um dos objetivos era garantir à França uma parcela do mercado de especiarias monopolizado pelos portugueses (BICALHO, 2008, p. 32).

O contexto de colonização linguística que se desenha no Brasil do século XVI é complexo, predominando documentos escritos nas línguas europeias modernas. A partir de observações sob a perspectiva destes documentos, desenvolve-se uma leitura não só do contexto linguístico do Brasil do século XVI, mas também do processo de colonização linguística que se instituiu como política para o estabelecimento da colônia, a fim de efetivar a posse do território e iniciar a produção de açúcar.

A comunidade urbana e multicultural que formava o projeto de colonização no Brasil, em meados do século XVI, é estimada em cerca de sessenta mil habitantes, que vivam em três cidades, Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro, e cerca de quatorze vilas, entre as quais se destacavam Olinda e o porto de Recife (RIBEIRO, 2002, p. 194). Estima-se que, em fins do século XVI, a população total relacionada ao projeto colonial no Brasil seria composta de cerca de cinquenta mil “brancos da terra”, em maioria mamelucos, havendo cerca trinta mil escravos africanos, cerca de cento e vinte mil índios integrados ao projeto colonial, cristianizados, sobretudo pelas missões jesuíticas, e cerca de quatro

milhões de índios vivendo no que seria o território atual do Brasil, alheios ao projeto colonial predominantemente litorâneo, que se concentrava, inicialmente, no Nordeste (RIBEIRO, 2002, p. 151).

Esta comunidade linguística do século XVI comunicava-se em português e espanhol nas cidades e vilas litorâneas, nas feitorias e nas fortalezas, nos engenhos, utilizando o português para a escrita e administração. Estabelece-se o uso de uma língua de contato com os povos indígenas, após a chegada dos jesuítas, a língua-geral do século XVI, o Tupi da costa, normatizado pelos missionários através da gramática do Latim e utilizado nas missões, predominando o Tupi também entre a população mameluca, que seria utilizado na expansão ao interior e aos sertões, ao sul do Brasil, como em São Vicente (CÂMARA JÚNIOR, 1979, p. 101-102). Neste contexto, o Latim em uso serviria também ao contexto litúrgico, para a prática religiosa.

Com a fundação dos engenhos², pelo transplante de povos africanos ao Brasil, na condição de escravos, surgem também os primeiros núcleos de resistência afro-brasileira, havendo o registro dos primeiros quilombos em 1573 (MOURA, 2004, p. 335). O grupamento linguístico africano predominante no Brasil do século XVI vinculava-se ao chamado ciclo da Guiné e às diversas etnias da Gâmbia ao Reino do Congo³:

Num primeiro momento, do fim do século XV até por volta de 1560, o Reino do Congo desempenhou o papel essencial. A partir de 1529, os documentos de origem portuguesa indicam ter sido a região do *Pool Malebo* um dos principais fornecedores de escravos, graças às rotas ligando-a a *Mbanza Congo* (São Salvador) e a *Mpinda*. Em meados do século XVI, os *anziques* (*tio, teke do Pool*) formavam importantes contingentes da população servil do Peru, da Colômbia e do Brasil. (OGOT, 2010, p. 635-636).

Neste contexto original da colônia, constituída para exploração pela metrópole, uma sociedade multicultural estava formando-se sob uma base pluriétnica, predominantemente de matriz lusa e tupi, com a ocupação dos espaços litorâneos do território, cujo principal desejo seria, posteriormente, o avanço ao sertão. Dessa forma, o Brasil do século XVI apresentava sua origem como colônia ultramarina, com a ocupação do território dividido em dois projetos coloniais europeus distintos, de um lado, a produção de açúcar, em engenhos, com mão-de-obra escrava da África, e do outro, o projeto missionário de expansão do cristianismo entre a população indígena.

A ação missionária, como projeto colonial, foi intermediadora entre os povos indígenas e o colonizador europeu, pelo fato de que representava não só os interesses

2. RIBEIRO, 2002, p. 150: "Celso Furtado (1959) calcula que funcionariam, então, 120 engenhos de açúcar, e que o rebanho bovino atingiria, já, 680 mil cabeças. A produção anual de açúcar teria alcançado 2 milhões de arrobas, cujo valor seria de 2,5 milhões de libras esterlinas daquele tempo. Como ele assinala, uma renda tão extraordinariamente alta fazia do empreendimento colonial português a empresa mais próspera da época. E, por isso mesmo, a mais cobiçada por holandeses e franceses, que passariam desde então, a disputar sua posse".

3. OLIVEIRA, 1997, p. 39: "No início, para os portugueses, a Guiné teria se restringido ao litoral da costa ocidental africana, que tinha como centro comercial a feitoria de Cachéu, subordinada às ilhas de Cabo Verde. Esta era a área descrita nos contratos de arrendamento do século XV. Entretanto, à medida em que a expansão do comércio português avançou para o sul, o termo passou a ser também utilizado para designar as partes do litoral então conhecidas como Costa da Pimenta, Costa do Marfim, Costa do Ouro e Costa dos Escravos. Assim, toda a África Ocidental ao norte do Equador, do Rio Senegal ao Gabão, era conhecida então como a Guiné".

do papado na expansão da cristandade, mas também um vínculo à tradição universitária portuguesa quinhentista, integrante de um contexto cultural mais amplo, o Humanismo renascentista. Esta tradição iniciada pela reforma da Universidade de Coimbra por D. João III influenciaria profundamente a fundação de Colégios pelos missionários jesuítas no Brasil do século XVI, que funcionariam como centros irradiadores da filosofia cristã e da cultura clássica nas Américas portuguesa e espanhola. Assim, a administração e a intelectualidade europeia da época colonial no Brasil do século XVI estavam vinculadas a uma tradição erudita renascentista, relacionada também ao uso acadêmico e literário do Latim, de que um dos vultos foi José de Anchieta.

2 | O PROJETO MISSIONÁRIO E A COLONIZAÇÃO LINGUÍSTICA

O Brasil Colônia surge como um projeto civilizatório no século XVI, sob o signo de uma sociedade multicultural, advinda do processo de navegações transatlânticas e de “Descobrimientos” de rotas marítimas pelo oceano Atlântico, unindo a Europa às Américas, pela dominação territorial, e posteriormente as Américas à África, pela escravidão. Dessa forma, cumpre salientar que esse processo transatlântico intercultural se remetia à criação de uma colônia, que se configurava como a periferia de uma metrópole, situada no mercado do continente europeu, sob a égide da monarquia absolutista portuguesa e do papado, no caso do Brasil quinhentista. Por isso, este processo de globalização pelas navegações é caracterizado sobretudo por uma relação entre metrópole e colônia, na fundação da América portuguesa, assim como ocorria com a América espanhola.

Desde o ano de 1500, a chegada da esquadra de Cabral, em cujas velas se destacava o símbolo da Ordem de Cristo⁴, descendente da tradição templária de Portugal, refletiria uma nova expansão da cristandade europeia, marcada pela primeira missa na Terra de Santa Cruz, por Frei Henrique de Coimbra, franciscano, membro da *Ordo Fratrum Minorum* (FERREIRA, 2009, p.873). Muitos dos europeus que migraram para o Brasil eram cristãos-novos, rechaçados por setores mais conservadores da Igreja Romana, que se fortaleciam com a criação de tribunais da Inquisição e do Santo Ofício em Portugal e Espanha.

Essa expansão globalizada, na América do século XVI, está patente em uma perspectiva de expansão de domínios dos reinos absolutistas europeus, tanto temporalmente, quanto espacialmente. O processo de globalização está tanto evidenciado na confecção do *Mapa Mundi* de Mercator em 1578, que viraria referência até as sociedades atuais, quanto pela adoção do Calendário Gregoriano em 1582, que serviria para datar desde então as sociedades integradas neste processo de globalização.

Sobre Mercator, cuja representação renascentista demonstra o eurocentrismo na projeção cilíndrica do globo:

4. LEITE, 2016: “Os portugueses, assim, com as naus de Cabral carregando em suas velas o símbolo da Ordem de Cristo (que financiara a viagem), chegam no ano de 1500 às terras brasilis, delas tomando posse em nome de seu Rei, por direito de conquista, a que se arrogavam”.

Na Cartografia do Renascimento Científico dois nomes foram da maior importância: o belga Abraão Ortelius (1527-1598), autor de *Theatrum Orbis Terrarum* (Aspectos das Terras do Globo), de 1570, em que reuniu tudo quanto haviam escrito os seus contemporâneos sobre a Terra, representando um conjunto de cartas geográficas (projeção em forma de coração), consideradas o primeiro Atlas publicado; e Gerardus Mercator (1512-1594), também de Flandres, criador da projeção cilíndrica, autor de vários mapas (inclusive um mapa-múndi, em 1569, da França, Alemanha e Países Baixos em 1585; da Itália, Balcãs e Grécia, em 1589); e da obra póstuma *Atlas sive Cosmographiae Meditationes de Fabrica Mundi et Fabricati Figura* (Atlas ou Meditações Cosmográficas sobre a Formação do Mundo e Seu Aspecto depois de Formado), de 1595, cuja palavra inicial, daí por diante, serviu para designar os conjuntos de mapas. Mercator publicou, em 1578, com correções e comentários, 27 mapas preparados por Ptolomeu (ROSA, 2012, p. 451).

Quanto ao calendário gregoriano, cuja concepção remete o início da era cristã romana, foi adotado também na colonização do Brasil:

(...) pelo decreto de março de 1582, Gregório XIII determinou que o dia que se seguiria à festa de São Francisco (quarta-feira, 4 de outubro de 1582) seria a quinta-feira, 15 de outubro.

O Calendário Gregoriano foi adotado, na data fixada por Roma, pela Itália, Polônia, Portugal e Espanha; a França o adotaria em dezembro do mesmo ano, e a Alemanha católica, em 1583. Os Estados protestantes da Alemanha se opuseram ao Calendário papista, só vindo a adotá-lo em 1700. A Inglaterra o adotou legalmente em 1752, quando o 14 de setembro se seguiu ao dia 2 de setembro; a Inglaterra aproveitou esta modificação para estabelecer o início do ano em 1 de janeiro, em vez de 25 de março. A Igreja ortodoxa recusou-se a aceitar o Calendário Gregoriano, vindo a Rússia a adotá-lo somente em 1923 (ROSA, 2012, p. 435).

Das matrizes étnicas iniciais, que formariam os *regna Brasillia*, ou a América Portuguesa, os povos indígenas constituíam maioria, em uma miríade de etnias, das quais se destacam quatro grupamentos linguísticos principais: os Tupi, os Jê, os Aruaque e os Caribe (CÂMARA JÚNIOR, 1979, p. 147). No século XVI, o contato dos portugueses com o grupo Tupi da costa constitui o grupamento inicial do processo de colonização do Brasil. Já em relação à população negra da África, trazida cativa à América portuguesa, é oriunda, no século XVI, do chamado ciclo da Guiné da costa, como supracitado.

A escravidão e a servidão eram instituições já adotadas na Europa e na África havia muitos séculos, sendo a base de sociedades antigas como o Império Romano, instituídas na Idade Média tanto por cristãos, quanto por mouros. Nas Américas, a instituição da escravidão ganhou contornos étnicos racistas, primeiro na escravidão indígena, tanto na forma compulsória, pelas “guerras justas”, quanto pela voluntária, e depois na escravidão africana, configurando-se como traço do desenvolvimento da sociedade colonial. Por outro lado, a miscigenação acarretou uma transfiguração étnica desde princípios da colonização, fator este que tornaria uma mera colônia de exploração ultramarina em um novo povo, sendo elemento amalgamador de ruptura com o eurocentrismo inicial.

Neste contexto multicultural, orbitando por suas três matrizes étnicas, que se confrontavam em estratos sociais antagônicos e complementares, o Brasil Colônia do século XVI apresentaria além do contexto multicultural também um contexto pluriétnico, com grande diversidade linguística. Deve-se, pois, considerar que o processo de colonização do

quanto as *Humanae Litterae* (Letras Clássicas), eram estudadas, sendo apenas o ensino de grego substituído pelo de Tupi. As atividades pedagógicas dos jesuítas desenvolveram-se sobretudo a partir do governo-geral de Mem de Sá, o terceiro a ocupar o cargo.

A fim de analisar e de exemplificar o uso do Latim no Humanismo renascentista, em Portugal e no Brasil do século XVI, segue uma leitura mais adiante de excerto da obra *De Gestis Mendi de Saa* de José de Anchieta, escrita no Brasil, mas editada em 1563 na tipografia de Coimbra. O contexto desta obra de Anchieta deriva de um movimento intercultural originado em Portugal, o Humanismo renascentista português, que influenciou o estabelecimento da América portuguesa. Analisar esse movimento é fundamental, enquanto conhecimento de mundo, para a tradução e a interpretação da obra novilatina de Anchieta e para se evidenciar a tradição do ensino de Latim no contexto do século XVI.

4 | O REAL COLÉGIO DAS ARTES DE COIMBRA

Inspirado pelo Colégio Santa Bárbara em Paris, dirigido pelo humanista português Diogo de Gouveia, por cerca de vinte anos, D. João III fundou em Portugal o Real Colégio das Artes e Humanidades de Coimbra em 1542, que iniciou, formalmente, suas atividades no ano de 1548. Fundado no contexto da educação renascentista e no ensino de Humanidades Clássicas, o Real Colégio tinha como missão preparar jovens em Portugal para o acesso à Universidade de Coimbra, o que se constituiria como parte da política cultural do reinado de D. João III. José de Anchieta ainda adolescente fora aluno do Real Colégio das Artes de Coimbra.

A reforma da Universidade e a fundação do Real Colégio, em Coimbra, foram resultantes da política intercultural de *bolseiros* dos reis D. João II e D. Manuel, que fomentaram relações com outras universidades, como a de Louvain, a de Toulouse e a de Paris, no momento em que Portugal estabelecia suas colônias ultramarinas e firmava sua identidade como ator geopolítico no continente. Dessa forma, pela fundação e a reforma das instituições de ensino em Portugal, a partir de intercâmbios com outros reinos europeus, sobretudo a França, D. João III conseguiu desenvolver, posteriormente, o Humanismo renascentista como uma política cultural, naquele momento histórico⁵.

Esse contexto de Portugal no século XVI teria como resultante um fluxo de humanistas

5. Após a reforma da Universidade de Coimbra e da fundação do Real Colégio das Artes, por intermédio de Diogo de Gouveia, os jesuítas chegariam a Portugal, cf. NASCIMENTO, 2000, p. 46-47: “É neste ambiente de suspeição científica, didática e religiosa, de falta de confiança institucional derivada ou concomitante com algum laxismo pedagógico, que os Jesuítas são acolhidos em Portugal. Haviam sido recomendados a D. João III em 1538 por Diogo de Gouveia, que dirigia o Colégio de Santa Bárbara em Paris. A primeira intenção do rei era captá-los para a evangelização das novas terras e para tanto fizera diligências através do embaixador português em Roma, em 1539, sob pretexto de os enviar à Índia. Uma vez chegados a Lisboa, em 1540, o soberano pretende que eles fiquem em Portugal, mas tem de enfrentar a oposição de Francisco Xavier que apela para Inácio de Loyola. Este permite que Francisco Rodrigues aceda ao convite do rei, com a condição de lhe ser disponibilizado um Colégio em Coimbra, junto da Universidade, com o intuito de recrutar novos membros para a Companhia de Jesus. Num primeiro tempo, no entanto, o rei conserva-os em Lisboa, onde entrega à Companhia um edifício em que é instalada a Casa de Santo Antão”.

que passariam a lecionar nas instituições fundadas e reformadas por D. João III. Personalidades, oriundas do Colégio de Santa Bárbara em Paris e do Colégio de Guiena, como André de Gouveia, Elias Vinet, Nicolau Grouchy, Guilherme de Guérente, Antônio Mendes de Carvalho, João da Costa, Jorge e Patrick Buchanan, e Diogo de Teive, entre outros, seguiram a Portugal para constituir o corpo docente do Real Colégio, cabendo a direção a André de Gouveia, e este falecido, a João da Costa. Os humanistas Marcial de Gouveia, Mestre Eusébio e Arnaldo Fabrício também participaram desse primeiro momento da história da instituição⁶.

A educação no Real Colégio das Artes de Coimbra, no século XVI era embasada no ensino do Latim, sobretudo. Através dos discursos conhecidos como *Orações de Sapiência*, proferidos no Real Colégio de 1548 a 1555, são descritos os ideais do Humanismo renascentista como padrão educacional. O discurso de inauguração do Real Colégio proferido por Arnaldo Fabrício, aos dias 21 de fevereiro de 1548, intitulado *De liberalium artium studio* é uma profunda defesa da educação humanística clássica, fundamentada nas artes liberais, no trívio e no quadrívio, e no estudo da *res litteraria*. Logo o ensino de Latim, apreendido a partir da leitura dos autores clássicos, seria o viés para o processo de ensino-aprendizagem posterior do Grego, do Hebraico, da Aritmética, da Música, da Geometria, da Astronomia, da Gramática, da Dialética e da Retórica, crescendo-se, por fim, a Jurisprudência, a Medicina e a História. Nesse padrão de ensino, foi educado José de Anchieta, tendo chegado aos quatorze anos de idade a Coimbra, no ano de inauguração do Real Colégio em 1548⁷.

D. João III alinhava-se incondicionalmente com Roma, o que gerava uma tensão no equilíbrio de poder com outros reinos, sobretudo França, refletindo-se na colonização da América portuguesa. Em seguida, nesse contexto, José de Anchieta, ainda jovem, seria enviado ao Brasil em 1553, para atuar como missionário jesuíta no projeto de catequese do *Nouus Mundus*, a política de Conversão do Gentio⁸.

6. A tradição de ensino das três línguas clássicas renascentistas, o grego, o latim e o hebraico, em Portugal, à época da fundação do Real Colégio das Artes, em 1548, estava de certa maneira vinculada à tradição francesa da época. Se, por um lado, as obras de Nicoulau Clenardo influenciaram o estudo de hebraico e grego, como a *Tabula in Grammaticam Hebraeam* e *Institutiones in Linguam Graecam*, o ensino de Latim será voltado ao uso da obra *Commentarii Gramatici* de Johannes de Spauter, conhecido também como *Despauterius*, NAVARRO, 2000, p. 396 e *passim*: “Adotou-se a gramática de Despautério em Portugal, desde o início, nos colégios da Companhia de Jesus, e ainda continuava em uso quando Manuel Álvares publicou sua célebre gramática, isso em 1572.”

7. MARTINS, 2000, p. 527-528: “O Colégio das Artes foi fundado pelo Rei D. João III, com a finalidade de dotar a Universidade de ‘Escolas Menores’, onde os estudantes adquirissem, sobretudo, os conhecimentos de Latim e Filosofia com que se habilitassem a cursar, com proveito, qualquer das Faculdades Maiores de Teologia, Cânones, Leis ou Medicina. Segundo o Primeiro Regimento, de 16 de Novembro de 1547, devia ter aulas de Latim, Grego e Hebraico, Artes e Matemáticas, num total de 19 professores.” Em seguida, Diogo de Teive, ao dia 1 de Outubro de 1556 entregaria, oficialmente, o Real Colégio das Artes de Coimbra ao Provincial da Companhia de Jesus, MARTINS, 2000, p. 528-529: “Conservando o título de ‘Colégio Real’, os Jesuítas aceitaram-no, isento da jurisdição da Universidade (embora dela fizesse parte, como membro) e com as aulas seguintes: 4 de Filosofia, 1 de Grego, 1 de Hebraico, 10 de Latim e 1 de Ler e Escrever que, mais tarde, seria substituída por outra de Latim”.

8. VIOTTI, 1980, p. 33: “A 8 de Maio de 1553, embarcava em Lisboa rumo ao Brasil, na frota do Governador Duarte da Costa, o jovem escolástico da Companhia de Jesus, natural das Canárias, José de Anchieta”.

5 | OS ALDEAMENTOS NA BAHIA E O DE GESTIS MENDI DE SAA

Inicia-se a fundação de vilas e aldeias na Bahia, oficialmente, durante o governo-geral do jurista Mem de Sá, cuja formação se vinculava à Universidade de Salamanca. O terceiro governador-geral tentaria estabelecer uma legislação comum a portugueses e aos povos indígenas, criando, grosso modo, o Estado monista na América portuguesa como execução da política de colonização⁹. Essa tentativa de resolução de conflitos inicial entre portugueses e indígenas no projeto colonial foi registrada por Anchieta no poema *De Gestis Mendi de Saa* de 1563. O poema de Anchieta narra os eventos que ocorreram antes da fundação das vilas até a fundação das primeiras missões jesuíticas na Bahia.

De um lado, predominaria a perspectiva assimilacionista e escravista dos colonizadores face aos povos indígenas, do outro, os povos indígenas veem como invasores os colonos, enquanto lutam por resistir ao processo de assimilação¹⁰. Os conflitos interculturais são patentes no discurso que Anchieta reproduz, e que teria sido dirigido a Mem de Sá por colonos sobre os indígenas, vistos hiperbolicamente de forma negativa, sendo o costume da antropofagia argumento central utilizado por colonizadores para a imposição sobre os povos indígenas. Um fato marcante, em relação à antropofagia, teria sido a execução do Bispo Dom Pero Fernandes Sardinha em 1556, primeiro bispo do Brasil, devorado por indígenas Caetés. O bispado da Bahia havia sido fundado em 1551, tornando-se independente do bispado de Funchal, na Madeira.

Além da ação missionária da *Societas Iesu* no Brasil do século XVI, cuja ordem pontífice fora fundada no ano de 1534, com finalidade de levar o cristianismo aos confins do globo, outras ordens participaram do projeto de colonização da América Portuguesa, como os Franciscanos. Estes empreenderam uma missão no litoral de Santa Catarina, na localidade de Laguna, conhecida por *Mbiaça*, entre 1538 e 1548, com povoados carijós (COSTA, 2011, p. 1-2), a *Ordo Fratrum Minorum* ergueu conventos em Recife e Olinda em 1585, em Igarauçu em 1588, na Paraíba em 1589, e em Vitória em 1591. Já os Beneditinos

9. O Governo-geral, iniciado em 1548 com Tomé de Souza, sucedido por Duarte da Costa e por Mem de Sá dá a primeira unidade ao Estado do Brasil. Com a implantação de uma Ouvidoria, de uma Provedoria, dos serviços espirituais, com o início da criação de gado, a imigração de degredados, lavradores e artesãos, a colonização litorânea se estabelece, alterando a dispersão administrativa das capitanias hereditárias. HOLANDA, 2007, p.123-155.

10. Ainda que a *Bula Veritas Ipsa* de 1537 proibisse a escravidão indígena, os colonos, que habitavam apenas o litoral, da Bahia a São Vicente no século XVI, não aceitavam a integração com os povos autóctones. Pelo dispositivo jurídico da Guerra Justa (*Mars iustus*), equivalente à legítima defesa, puderam empreender contínuas guerras contra as aldeias indígenas. CAVALIERE, 2000, p. 1165: “Com efeito, ao longo do litoral brasileiro, havia grande diversidade étnica caracterizada por influência indígena, branca (majoritariamente portuguesa, mas em certas regiões também holandesa e francesa) e mesmo negra, conforme adverte Frederico Edelweiss, com base em informação de Fernão Cardim: “(...) por 1585, já eram poucos os índios sobreviventes em volta de Pernambuco, enquanto para 2.000 vizinhos havia perto de 2.000 escravos africanos”. Verifica-se, pois, que o foco de atuação dos missionários na disseminação da doutrina católica, que impunha o uso e ensino da língua da terra, eram os aldeamentos em que o contato inicial já se consolidara, não as tribos retiradas para o interior. Ratificam a hipótese vários documentos do século XVII que fazem menção ao labor catequista apenas em comunidades litorâneas no século anterior, quando o contato populacional ainda não havia desfigurado o quadro de etnias inicial. O Padre Luiz Vicêncio Mamiani, nesse sentido, assevera que a preocupação dos jesuítas em levar a doutrina para o interior só se manifesta com maior interesse e ao que tudo indica sem eficácia após a progressiva diminuição das populações indígenas no extenso litoral entre o Maranhão e a Bahia em face da mortalidade expressiva ou da definitiva incorporação à cultura imposta pelo branco”.

ergueram mosteiros em Salvador em 1582, no Rio de Janeiro em 1590, tendo chegado a São Paulo em 1598. Os Carmelitas, por sua vez, ergueram conventos em Olinda em 1583, em Salvador em 1586, em Santos em 1589, no Rio de Janeiro em 1590, em Angra dos Reis em 1593, em São Paulo em 1594, o que marcava outro aspecto multicultural do projeto missionário.

Vejamus um excerto do poema *De Gestis Mendi de Saa* de Anchieta, sobre a fundação de vilas na Bahia:

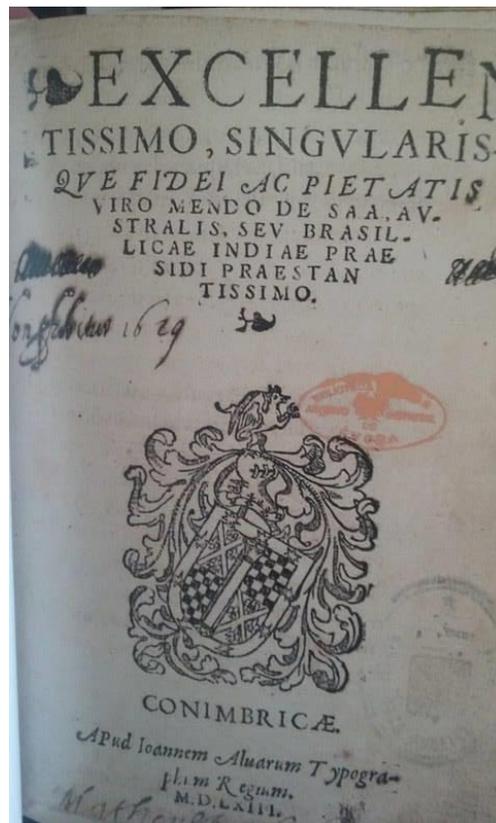
*Iamque pius Dominum caeli, terraeque, marisque*¹¹
Mendus adorari cupiens, sanctumque per oras
Australes Christi uenerari nomen Iesu,
Brasilles saeuo degentes more ferarum
Legibus impositis statuit frenare, cruentos 165
Compescens morsus hominum, ingluuiemque uoracem
Non patiens ultra satiari sanguine, sanctum
Ne ius Naturae, superi lexque alma Parentis
Frangatur, crebro cum ignobile murmure uulgus
Colluuiis hominum, quos uel malesuada cupido 170
Vel metus urgebat, iactabat talia passim:
“Quis nouos hic nobis praeses? Quo pristina scindit
Iura modo? Moresque nouos inducere tentat
Gentibus indomitis, uiuendi et tradere normam?
Hiccine amicitiae concordis foedera saeuis 175
Suadebit populis? Humanis desinat uti
Carnibus in pastum Brasillica natio, saeuas
Extirpans animis iras, diuturnaue bella?”

Tradução

E então, o piedoso Mem de Sá, desejoso de que o senhor do céu
Da terra e do mar fosse adorado, e o santo nome
De Jesus Cristo fosse venerado nos territórios do Sul,
Estabeleceu frear os habitantes do Brasil,
Que passavam a vida no feroz costume das feras, com a instituição de leis,
A deter as mordidas sangrentas dos homens e seu estômago voraz,
Não permitindo mais se saciarem com sangue humano, para que
Não se rompesse o direito natural, e a mansa lei do Pai
Celeste, quando, com um grande murmúrio, o ignorante povoado de colonos,
Confusão entre os homens, aos quaisurgia ora uma ambição mal-intencionada,
Ora o medo, lançava tais palavras por todos os lados:

11. Texto estabelecido pelo fac-símile da Edição 1563, cf. ANCHIETA, 1997.

“Que novo Governador temos? De que modo rescinde as antigas Leis? E tenta introduzir novos costumes aos povos Indômitos, até transmitir-lhes uma norma para viver? Por acaso, ele exortará tratados de aliança em boa harmonia Aos povos ferozes? Para que as nações brasílicas abandonem A carne humana para repasto, extirpando a ira selvagem Em seu espírito, e cessando as guerras antigas?”



2. Frontispício da obra De Gestis Mendi de Saa de 1663, atribuída a José de Anchieta.

6 | OS COLÉGIOS DOS JESUÍTAS NO BRASIL

Em 1549, o *Collegio* do Salvador da Bahia fora fundado pelo Pe. Manuel da Nóbrega, SJ (1517-1570), tendo como modelo institucional o Real Colégio das Artes e Humanidades de Coimbra. Faz-se notar, entretanto, uma diferença entre ambas instituições, se em Coimbra a fundação do Colégio fora desenvolvida para servir ao reino, na Bahia, e nas demais capitanias e regiões da América portuguesa, a criação dos Colégios é classificada como missão, tendo por objetivo a formação de padres para a catequese.

Dessa forma, ainda que o estudo de filosofia e de literatura clássica sejam semelhantes em seus aspectos fundamentais, as motivações e o contexto cultural da educação humanística diferem na relação entre metrópole e colônia. Em Coimbra, o Real Colégio formava quadros para o ingresso na Universidade de Coimbra e para a administração do reino, já na Bahia, o *Collegio* do Salvador preparava padres para atuarem como missionários

na colônia, a fim de expandir a posse de terras.

Por influência do Humanismo renascentista, no *Collegio* do Salvador da Bahia era ensinado o Latim e os *elementa*, a ler e a escrever. Além disso, o colégio passaria a ter subsídio real para o sustento dos padres, o que lhe daria o título de Real Colégio, proporcionando ensino público e instrução gratuita¹². De certa maneira, o insucesso da catequese, a partir das relações interculturais baseadas no ensino e na educação humanística, abriria espaço para o uso da violência, na medida em que os missionários cediam lugar a soldados e colonos interessados na posse da terra e de escravos, o que redundaria em conflitos contínuos, antes do estabelecimento das primeiras vilas¹³.

Entre o material didático utilizado na época, encontravam-se textos de humanistas e de autores clássicos, seguindo, dentro de suas limitações, o padrão educacional adotado em Coimbra. A estes se acrescentariam os *Cursus Collegi Conimbricensis*, editados a partir de 1591, sobre a filosofia aristotélica, que compunha o ensino de Artes, por exemplo.

Já o ensino de Humanidades inicial era composto pelo estudo das *Humaniores Litterae*, da Literatura Latina, tendo primazia o estudo de Vergílio, Cícero e Ovídio, como em Coimbra. A respeito da metodologia de ensino do Latim empregada na época do Renascimento, pode-se afirmar que uma disputa pedagógica entre *ratio* e *usus* era tópico central no ensino de Latim. José de Anchieta teria sido, por um breve período, estudante do Real Colégio da Bahia, dando continuidade à sua formação no Real Colégio das Artes

12. FRANZEN, 2000, p. 222-224: “Os Colégios eram centro de cultura e de piedade, de doutrina e de assistência: na Praça, nos Hospitais, na Botica do Colégio, na Cadeia e na Igreja, com suas Congregações, Sacramentos, Jubileus e Festas. Estes eram os ministérios diários. Todos eram utilizados com os mesmos objetivos: a catequização do gentio, a moralização dos colonos e a assistência material e espiritual aos necessitados de ajuda. Os colégios eram criados a partir de ordem expressa do Rei com dotação real – eram os Reais Colégios - ou com autorização real, mas com doações de particulares, que recebiam o título de “fundador”. No Brasil, eram três os colégios que recebiam dotação real e possuíam o título de Real Colégio: o da Bahia, o do Rio de Janeiro e o de Pernambuco. (...) Em 1556, o Colégio dos Meninos de Jesus foi elevado a colégio canônico, com o nome de Colégio de Jesus. A escola de ler e escrever progredira bastante. A alguns alunos era ensinada a “gramática”, isto é, o latim. O colégio passara de elementar para secundário. A instituição cresceu; em 1568, já havia uma sala de aula grande para os cursos de Casos e Latinidade. O Padre Inácio Tolosa, quando Provincial (1572-1577), deu início às obras do novo prédio, que somente foi inaugurado em 1591. Mas, já em 1585, escrevia Fernão Cardim que o colégio possuía uma boa capela, livreria e “alguns trinta cubículos; os mais deles têm as janelas para o mar”. No Brasil, segundo Serafim Leite, nos colégios devia haver aulas de ensino secundário, pelo menos Gramática ou Humanidades. O estudo do latim era considerado fundamental na época. No Colégio da Bahia, os exercícios escolares eram escritos em latim, nas aulas falava-se latim. O português só era permitido durante o recreio e nos dias feriados. A língua indígena cedo foi a grande preocupação dos padres que procuravam dominá-la, a fim de melhor se comunicarem com os nativos. Desde o momento em que chegou em São Vicente, José de Anchieta preocupou-se em estudar a língua dos índios, escrevendo sua primeira gramática: *Arte da gramática da língua mais usada na costa do Brasil*. Desde 1555, em forma de manuscritos, o livro era utilizado em Piratininga. E, em 1560, o Padre Luis da Grã ordenou que fosse utilizado no Colégio da Bahia, onde a língua dos índios passou a ser ensinada. No curso de Letras Humanas estudavam-se todos os clássicos, especialmente Virgílio e Cícero, recomendados pela Ratio Studiorum. Os estudos de Lógica, Física, Metafísica, Ética e Matemática faziam parte do Curso de Artes ou Ciências Naturais. Em 1572, iniciava-se o curso de Dialética e Teologia, o qual se subdividia em: Moral e Especulativa.”

13. A fundação do Governo-geral, como política de unificação da América portuguesa, com sede na Bahia, por D. João III, permitiu uma política de ocupação territorial, em uma época em que Portugal perdia para os mouros suas possessões na África. Coube a Tomé de Souza, em 1549, homem de armas, combatente que lutara em Arzila e Safim, a função de Governador-Geral, inicialmente, cargo de mandato trienal, tendo sido sucedido por Duarte da Costa e este pelo jurista Mem de Sá. FAUSTO, 2006, p. 20: “A instituição do governo-geral iria representar um passo importante na reorganização administrativa da colônia. Tomé de Souza – um fidalgo com experiência na África e na Índia – chegou à Bahia acompanhado de mais de mil pessoas.”

de Coimbra, sendo ordenado padre no ano de 1566¹⁴.

José de Anchieta, como noviço, esteve presente na fundação do Colégio de São Paulo de Piratininga, aos dias 25 de janeiro de 1554. Considera-se a fundação do Colégio de São Paulo de Piratininga como a fundação da atual cidade de São Paulo, tendo em vista esta ter sido a sua primeira construção, ao mesmo tempo em que marca o início da missão jesuítica que se estabelecia na região sul do Brasil, na antiga Capitania de São Vicente¹⁵.

Há um resquício da educação humanística, no padrão do Humanismo renascentista português, mesmo sob a égide da catequese missionária e da política colonial portuguesa, no Brasil quinhentista. Esse padrão educacional firmar-se-ia a partir de 1599, com a *Ratio Studiorum*, que oficializa práticas educacionais que já estavam vigentes desde a reforma do Real Colégio das Artes de Coimbra, em 1548, por D. João III, e passaria a ser adotada nas instituições jesuíticas, às quais inspirou¹⁶.

Em 1567, é fundado no Rio de Janeiro o Colégio dos Jesuítas no Morro do Castelo. Na cidade, que havia sido fundada em 1565, no contexto da expulsão dos franceses da Baía de Guanabara, iniciou-se o curso de Humanidades como nos outros estabelecimentos da América portuguesa, constituindo-se de aulas de Latim, Gramática, Retórica e leitura de autores clássicos.

O ensino e o uso do Latim no Brasil quinhentista são participantes do processo de colonização linguística, iniciada com a criação das primeiras instituições administrativas da colônia pela metrópole. Com o estabelecimento do projeto colonial, toda a comunidade linguística multicultural dos *regna Brasillia* do século XVI seria considerada súdita da monarquia absolutista de Portugal e, por vias desta, subordinados à Roma e ao papado, cujos agentes principais neste momento histórico foram os jesuítas. O Tratado de Tordesilhas limitaria até 1580 os limites do Brasil Colônia na costa litorânea.

14. SILVA, 2000, p. 1000-1001: “Como se sabe, a vida do Padre José de Anchieta compreende três etapas sucessivas: a dos 14 anos iniciais - 1534/1548 - passados em sua terra natal, em Tenerife (Ilhas Canárias); a dos cinco anos seguintes - 1548 / 1553 - na cidade de Coimbra; e por fim os 44 anos vividos no Brasil - 1553 / 1597, em permanente desempenho da ação missionária a que se devotou incansavelmente, sem nunca ter regressado à Europa. Essas circunstâncias fizeram dele um patrimônio dos três países em que viveu e a que está ligado por fortes vínculos. Foi no Brasil que exerceu o notável papel de aglutinador dos elementos da cultura espanhola, da cultura portuguesa, da cultura brasileira e das culturas indígenas, dos quais adquirira fundados conhecimentos, deles se utilizando na composição da sua obra literária”.

15. *A Arte de Gramática da Língua mais usada na Costa do Brasil*, obra gramatical de José de Anchieta, publicada em Portugal em 1595, que descreve o Tupi antigo, é uma das resultantes da política colonial de conversão. BECHARA, 2000, p. 512: “Para cumprir uma das regras da Companhia de Jesus, que é a de que todos os seus integrantes devem aprender a língua da terra onde residem, se não virem que é mais útil a materna ou o latim, desde cedo, nos dois principais campos de ação dos jesuítas - a Capitania de S. Vicente e a da Bahia - iniciou-se a pregação na língua indígena, especialmente em S. Vicente, porque aí moravam muitos portugueses que já falavam a língua da costa e, ao se agregarem à Companhia, foram muito úteis nessa atividade religiosa”.

16. O conjunto de normas educacionais intitulado *Ratio atque Institutio Studiorum*, publicado em 1599, pelos jesuítas, é um documento que foi construído pela experiência docente e discente na época da Renascença, referente, sobretudo às experiências vividas em Portugal, durante meados do século XVI. Esse documento sintetiza o Humanismo cristão como padrão pedagógico a ser utilizado nas missões ultramarinas. LEITE, 1938, p.72: “Depois do estudo elementar, que também houve sempre nos Colégios do Brasil, o primeiro curso segundo S. Inácio, abrangia as Letras Humanas, o latim, o grego e o hebreu. Entendia ele por Letras Humanas, além da Gramática, a Retórica, a Poesia e a História”.

REFERÊNCIAS

ANCHIETA, José de. *De Gestis Mendi de Saa, poema epicum*. Original acompanhado de introdução, tradução e notas pelo Pe. Armando Cardoso, S.I. São Paulo: Loyola, 1970.

_____. *De Gestis Mendi de Saa*. Edição fac-similar. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1997.

AZEVEDO FILHO, Leodegário A. de. Anchieta e a Literatura Barroca em Latim. *Letras*. Número 35, 1986. Curitiba: UFPR, p. 37-47.

BECHARA, Evanildo. Sobre influências das ideias linguísticas na Arte de Gramática de Anchieta. *Actas do Congresso Internacional Anchieta em Coimbra – Colégio das Artes da Universidade (1548-1998)*. Coimbra: Fundação Eng. António de Almeida, 2000, p. 511-524. V. 2.

BICALHO, Maria F. B. A França Antártica, o curso, a conquista e a “peçonha luterana”. *História*, São Paulo, 27 (1): 2008 29 – 50.

BORTOLANZA, João. Mitologia Pagã em De Gestis Mendi de Saa. *Actas do Congresso Internacional Anchieta em Coimbra – Colégio das Artes da Universidade (1548-1998)*. Coimbra: Fundação Eng. António de Almeida, 2000, p. 629-638. V. 2.

CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. *Introdução às línguas indígenas brasileiras*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.

CAVALIERE, Ricardo. A língua descrita por Anchieta na “Arte de Gramática da Língua mais Usada na Costa do Brasil”. *Actas do Congresso Internacional Anchieta em Coimbra – Colégio das Artes da Universidade (1548-1998)*. Coimbra: Fundação Eng. António de Almeida, 2000, p. 1161-1168. V. 3.

COSTA, Carlos Alberto Santos. A Sé primacial do Brasil: uma perspectiva histórico-arqueológica. *Revista de História da Arte e Arqueologia*, 15: 51-82, Campinas, 2011.

COSTA, Sandro Roberto da. O protagonismo dos franciscanos na evangelização no Brasil antes dos jesuítas: a experiência de Laguna. *Revista de Investigación en Ciencias Sociales y Humanidades*, 13: 1-14, Hidalgo, 2011.

DIAS, José S. da S. *A política cultural da época de D. João III*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1969.

FAUSTO, Bóris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: EdUsp, 2006.

FERREIRA, Paula Ruas & al. Principais fatos da história franciscana e as ações dos capuchinhos no Brasil e na Bahia. *Anais do VIII Colóquio do Museu Pedagógico*, Vitória da Conquista, 2009, p. 867-887.

FRANZEN, Beatriz V. Anchieta e a ação missionária dos colégios jesuíticos no Brasil - século XVI. *Actas do Congresso Internacional Anchieta em Coimbra – Colégio das Artes da Universidade (1548-1998)*. Coimbra: Fundação Eng. António de Almeida, 2000, p. 221-232. V. 1.

HOLANDA, Sérgio B. de. *A época colonial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. V. 1.

KALTNER, Leonardo F. *Brasil e Renascença: a cultura clássica na origem do Brasil*. Curitiba: Appris, 2011.

KOCH, Ingedore G. V. *Introdução à Linguística Textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

LEITE, José Luís Marasco. A apropriação das terras brasileiras. Anotações preliminares, <http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/9772-9771-1-PB.pdf>, 12/04/2016.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938. V.1.

- MANACORDA, Mário Alighiero. *História da Educação*. Tradução de Gaetano Lo Monaco. São Paulo: Cortez, 2006.
- MARIANI, Bethânia. Políticas de colonização linguística. *Letras: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria*, 27: 73-82, Santa Maria, 2003.
- MARTINS, Fausto S. Vicissitudes da construção do Colégio das Artes. *Actas do Congresso Internacional Anchieta em Coimbra – Colégio das Artes da Universidade (1548-1998)*. Coimbra: Fundação Eng. António de Almeida, 2000, p. 525-538. V. 2.
- MOURA, Clóvis. *Dicionário da escravidão Negra no Brasil*. São Paulo: EdUsp, 2004.
- NASCIMENTO, Aires A. Laudes Studiorum: o humanismo jesuítico dos primórdios (no cenário de Anchieta e da Ratio Studiorum). *Actas do Congresso Internacional Anchieta em Coimbra – Colégio das Artes da Universidade (1548-1998)*. Coimbra: Fundação Eng. António de Almeida, 2000, p. 39-64. V. 1.
- NAVARRO, Eduardo de A. O ensino da gramática latina, grega e hebraica no Colégio das Artes de Coimbra no tempo de Anchieta. *Actas do Congresso Internacional Anchieta em Coimbra – Colégio das Artes da Universidade (1548-1998)*. Coimbra: Fundação Eng. António de Almeida, 2000, p. 385-406. V. 1.
- NÓBREGA, Manuel da. *Cartas do Brasil e mais escritos (Opera Omnia)*. Introdução, notas históricas e críticas de Serafim Leite. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.
- PINHO, Sebastião Tavares de. *Humanismo em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2006. 2 v.
- OGOT, Bethwell Allan (org.). *História geral da África, V: África do século XVI ao XVIII*. Brasília: UNESCO, 2010.
- OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. Quem eram os “negros da Guiné? A origem dos africanos na Bahia. *Afroasia*, 19-20: 37-73, Salvador, 1997.
- RAMALHO, Américo da Costa. Os Versos Latinos de Francisco de Sá e a autoria do poema *De Gestis Mendi de Saa. Humanitas*. Volume LI, 1999. Coimbra: Universidade de Coimbra, p. 241-250.
- REES, Fran. *Johannes Gutenberg*. Minneapolis: Compass Book Points, 2005.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- ROSA, Carlos Augusto de Proença. *História da ciência: da antiguidade ao renascimento científico*. Brasília: FUNAG, 2012.
- SILVA, Maximiano de Carvalho. José de Anchieta: uno e múltiplo. O missionário e os vários desdobramentos das suas atividades evangelizadoras em terras do Brasil (1553 a 1597). *Actas do Congresso Internacional Anchieta em Coimbra – Colégio das Artes da Universidade (1548-1998)*. Coimbra: Fundação Eng. António de Almeida, 2000, p. 999-1016. V. 3.
- TANNUS, Carlos A. K. Um olhar sobre a literatura novilatina em Portugal. *Calíope, Presença Clássica*, 16, 2007, Rio de Janeiro, 2007, p.13-31.
- VIOTTI, Hélio A. *Anchieta, o Apóstolo do Brasil*. São Paulo: Loyola, 1980.

ANOTAÇÕES SOBRE A BIOGRAFIA DO NATURALISTA CARL FRIEDRICH PHILIPP VON MARTIUS¹

1. Publicado inicialmente em KALTNER, Leonardo F. Anotações sobre a biografia do naturalista Carl Friedrich Philipp von Martius. *Revista Brasil-Europa: Correspondência Euro-Brasileira* 139/18 (2012:5). Disponível em: <http://www.revista.brasil-europa.eu/139/Kaltner-Carl-Friedrich-Philipp-von-Martius.html>. Acesso em 27.04.2020.

RESUMO: Consiste o presente artigo em um debate sobre a biografia do naturalista alemão Carl Friedrich Philipp von Martius (1794 – 1868), que participou de uma expedição científica ao Brasil na época da Independência, entre os anos de 1817 e 1820: a Missão Científica Austro-Alemã, que acompanhava e compunha o séquito de D. Leopoldina de Habsburgo, futura esposa de D. Pedro I. Desta forma, encetamos uma análise cultural deste contexto histórico, a partir de análise da biografia de Carl F. P. von Martius.

1 | INTRODUÇÃO

Dentro do âmbito de estudos sobre as Culturas da Antiguidade Clássica, e mais especificamente, no campo de estudos de Língua Latina, em contextos diversos da Literatura Latina escrita em Roma no período Clássico, de fins da República e início do Império, temos, por escopo, em nossa atual pesquisa, um interessante objeto de estudos, constituído como *corpus* de trabalho, que

são as obras escritas em Latim Científico por Carl Friedrich Philipp von Martius (1794 – 1868). Nossa atual pesquisa se pauta pela Análise Linguística e Cultural do uso do Latim Científico nas obras de naturalistas do século XIX que desenvolveram em seus trabalhos a descrição da Natureza do Brasil. Em um primeiro momento, esta análise abordará preliminarmente as duas principais obras de Carl F. P. von Martius, que são a *Flora Brasiliensis* e a *Historia Naturalis Palmarum*. Todavia, para se desenvolver uma análise linguística destes escritos, cumpre salientarmos a necessidade premente de contextualizar as obras e seu autor, de descrever itinerários e confrontar visões contemporâneas às obras, a fim de empreendermos uma análise da criação destas obras como um processo cultural que não envolvia apenas a escrita em Latim e a descrição de espécimes vivos como vegetais e animais.

Desta forma, a análise das obras dos naturalistas do século XIX pressupõe que se analise a origem de suas obras não só a partir dos textos, mas que não seja excluída da análise a perspectiva do processo cultural que levou à criação destas obras científicas. E, sem sombra de dúvidas, o centro deste processo são as viagens empreendidas em diferentes contextos no século XIX. A partir da

análise destas expedições, viagens, intercâmbios, entre o Brasil e a Europa no século XIX, podemos analisar e descrever as obras, elaborar critérios e metodologias para empreender uma tradução que abarque as concepções de mundo e as perspectivas inerentes aos cientistas do século XIX que se expressavam em Latim, assim confrontando com a realidade contemporânea.

Nossa pesquisa se desenvolve na área de Língua e Literatura Latina, no Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense, em Niterói. Desenvolve-se, atualmente, no Grupo de Pesquisas: “O texto latino: abordagens linguísticas, históricas e literárias”, credenciado pelo CNPQ, que congrega na Universidade pesquisadores da área de Língua e Literatura Latina. Temos, por principal escopo, a análise da presença da Cultura Clássica no Brasil, a partir de uma investigação sobre obras escritas em Latim tendo o Brasil por tema principal.

Assim, nos últimos anos, guiamos nossa atenção a autores que além de se expressarem, modernamente, na antiga Língua do Lácio também possuíram algum vínculo com o Brasil na composição de suas obras. Neste contexto, trabalhamos em nossa pesquisa de Mestrado e Doutorado, na Ufrj, a poesia épica do Pe. José de Anchieta, SJ, que viveu no Brasil Colônia do século XVI, tendo por principal objeto de estudos o poema épico *De Gestis Mendi de Saa* (Sobre os Feitos de Mem de Sá), publicado pela primeira vez no ano de 1563 na cidade de Coimbra.

Atualmente, encetamos, como supracitado, uma pesquisa relativa ao Latim Científico, presente nas obras do naturalista alemão Carl Friedrich Philipp von Martius, que viveu entre 1794 e 1868, tendo vasta produção em Latim Científico publicada no século XIX. Destacam-se as muitas obras de botânica de Carl Friedrich Philipp von Martius por terem sido escritas em Latim e por descreverem em grande parte a Natureza do Brasil.

Então, faremos uma análise da biografia deste autor, Carl Friedrich Philipp von Martius, e da importância de suas obras nas primeiras relações Brasil – Alemanha do século XIX a época da Independência do Brasil. Como fontes biográficas, seguimos, em parte, a sua biografia escrita em Latim na *Flora Brasiliensis* e publicada em 1906.

2 | CARL F. P. VON MARTIUS

O naturalista alemão Carl Friedrich Philipp von Martius nasceu na cidade de Erlangen¹, uma pitoresca Cidade-Estado na região da Baviera, na Alemanha, no ano de 1794, era filho de Ernst Wilhelm Martius, farmacêutico e professor honorário da Universidade de Erlangen, a Friedrich Alexander Universität, fundada em 1743. Desta forma, o jovem Carl F. P. von Martius recebera nítida influência de seu pai, desde a mais tenra infância, ele que também se interessava pelo campo de pesquisas da área de Botânica.

1. Sobre a cidade de Erlangen: “The German city of Erlangen is located in the Middle Franconian region of (northern) Bavaria, approximately 20 kilometers north of Nuremberg. The city today numbers slightly over 100,000 inhabitants. Its earliest origins are dated back to the year 1002; accordingly Erlangen celebrated its millenium in 2002” (FOUSE, 2005, p. 1).

Durante a juventude, Carl F. P. von Martius já manifestava sua inclinação aos estudos clássicos, tanto em casa, quanto nas instituições de educação básica da cidade de Erlangen, pelas quais passou. Segundo seus biógrafos², Carl F. P. von Martius lia e estudava profundamente os textos das Culturas da Antiguidade Clássica, tendo aprendido e praticado o grego e o latim, enquanto se interessava, sobretudo, por História Natural.

Com dezesseis anos de idade, em 1810, Carl F. P. von Martius fora aprovado como estudante de Medicina na Universidade de Erlangen, em que seu pai antes atuara como professor honorário. Já na Universidade, Carl F. P. von Martius teve contato com disciplinas do campo de botânica através de J. C. D. Schreber, botânico que havia sido aluno de Linnaeus³, Lineu, o cientista que organizou o sistema moderno de taxionomia da botânica, valendo-se do Latim Científico como língua de expressão para a Ciência, na Idade Contemporânea.

No ano de 1814, Carl F. P. von Martius graduou-se na Friedrich Alexander Universität, recebendo o título de *Doctor Medicinae*, de médico. Em seguida, passou a atuar como pesquisador assistente na Academia Real de Ciências de Munique, ainda na Baviera, na Alemanha, estando sob a supervisão de Schrank, responsável pelo Jardim Botânico da Real Academia de Ciências de Munique. A partir deste momento, inicia uma série de pesquisas que lhe rende as primeiras publicações acadêmicas sobre o tema da botânica.

Todavia, no ano de 1817, com o financiamento e sob a tutela do rei da Baviera, Maximiliano I, Carl Friedrich Philipp von Martius reuniu-se com o zoólogo J. B. Spix em uma expedição científica que foi enviada ao Brasil. Esta expedição científica, conhecida também como Missão Austro-alemã, acompanharia o séquito real de uma princesa da família dos Habsburgos de Áustria que viria ao Brasil, D. Leopoldina, que viria a casar-se com D. Pedro I.

A expedição científica, saída da cidade de Trieste, percorreu o Brasil dos anos de 1817 ao ano de 1820. Durante este tempo, Carl F. P. von Martius recolheu espécimes vegetais e descreveu a flora brasileira, apresentando à Ciência Moderna uma parcela da natureza desconhecida até então. Além de coletar e descrever as espécies, Carl F. P. von Martius aprendeu e descreveu as línguas indígenas do Brasil, buscando investigar a partir do conhecimento dos povos da floresta o valor medicinal de plantas até então desconhecidas da Ciência⁴. O escopo de nossa pesquisa reside em analisar o Latim Científico empregado por Carl F. P. von Martius em suas obras, analisando, sobretudo as obras *Historia Naturalis Palmarum* e a *Flora brasiliensis*.

Vejamos, como exemplo do Latim Científico, que esteve em uso no século XIX, uma breve descrição, contida na obra *Flora Brasiliensis*, sobre a biografia de Carl F. P.

2. Utilizamos no presente artigo a Biografia de Carl F. P. von Martius presente na *Flora Brasiliensis*, há outras fontes biográficas, todavia, como aquela escrita por Charles Rau (RAU, 1871, p. 169 – 178).

3. Para uma biografia de Lineu: STOEVEK, 1794, p. 1 e seguintes.

4. Dentre as obras de Carl F. P. von Martius sobre este assunto podemos citar a *Specimen materiae medicae Brasiliensis :exhibens plantas medicinales quas in itinere per Brasiliam annis 1817-1820 jussu et auspiciis Maximiliani Josephi I, Bavariae regis augustissimi, suscepto observavit Dr. C.F.P. de Martius*, publicada em 1824.

von Martius e a expedição científica que ficou conhecida como Missão Austro-Alemã, que ocorreu entre 1817 e 1820 no Brasil, às vésperas da Independência. O texto que apresentamos a seguir, ainda que esteja em obra editada por Carl F. P. von Martius, foi escrito por Ignatius Urban, também pesquisador que atuava com Martius. O texto é do primeiro volume da edição de 1906 da *Flora Brasiliensis*, referente ao Fascículo número cento e trinta, que descreve a vida de todos os naturalistas que ajudaram a compor esta importante obra. Vejamos o texto.

3 | BIOGRAFIA DE CARL FRIEDRICH PHILIPP VON MARTIUS (EXCERTO)

Natus d. 17 m. Aprilis 1794 in urbe Erlangen dicta (Bavaria, Germania), patre Ernesto Guilielmo Martius apothecario aulico et professore universitatis honorario, matre Regina e gente Weinl. Postquam a matra carissima et ornatissima primis litterarum elementis imbutus gymnasium urbis patriae vix sedecim annorum optime absolvit, 1810 – 1814 studio medicinae se tradidit, sed etiam scientiam rerum naturalium, praesertim botanicen duce ill. prof. J. C. D. Schreber una cum fratribus Nees ab Esenbeck summo ardore tractavit. D. 30 m. Martii 1814 ad gradum Dr. Med. promotus Monachium venit, ubi alumnus academiae regiae scientiarum, 1816 ejus adjunctus nominatus est et plantas in horto botanico secundum scientiam curare ac determinare debuit.

Quum imperator Austriae Franciscus II expeditionem ad res naturales pro institutis caesareis Vindobonensibus colligendas in Brasiliam mitteret (cf. Pohl), jussu regis Bavariae Maximiliani Josephi I, Ph. Martius botanicus et J. B. Spix zoologus associati sunt. Tergeste d. 2 m. Aprilis 1817 relicto in urbem Rio de Janeiro d. 15 m. Julii advenerunt et circiter tres annos majorem Brasiliae partem diligentissime exploraverunt, cl. Martio non solum plantas numerosas colligente et observante et loco natali accurate describente sed etiam studium ad mores linguasque aboriginum advertente; d. 10. m. Decembris 1820 Monachium redierunt.

4 | TRADUÇÃO DA BIOGRAFIA DE CARL FRIEDRICH PHILIPP VON MARTIUS

“Carl Friedrich Philipp von Martius nasceu no dia 17 de abril de 1794 na cidade de Erlangen (Bavária, Alemanha), tendo por pai Ernst Wilhelm Martius, farmacêutico real e professor honorário da Universidade de Erlangen, e tendo por mãe Regina, da nobre família Weinl. Depois que Carl F. P. von Martius fora instruído por sua estimadíssima e tão cuidadosa mãe nos primeiros elementos das letras, concluiu com excelência o Ginásio de sua cidade natal, com apenas dezesseis anos.

Entre 1810 e 1814 dedicou-se ao estudo de Medicina, mas também travou conhecimento, com sumo ardor, das Ciências Naturais, sobretudo Botânica, tendo por principal influência o ilustríssimo professor J. C. D. Schreber junto com os irmãos Nees Ab

Esenbeck. No dia 30 de março de 1814 foi promovido ao grau de Doutor em Medicina e foi para Munique, onde se tornou pesquisador assistente da Academia Régia de Ciências. Em 1816, foi nomeado pesquisador adjunto da Academia e tinha o dever de cuidar e descrever as plantas no Jardim Botânico de Munique, segundo seu conhecimento científico.

Conforme o Imperador Francisco II da Áustria enviasse uma expedição ao Brasil para coletar espécies naturais em favor dos Institutos Reais de Viena (cf. Pohl), por ordem do Rei Maximiliano I da Bavária, o botânico Carl F. P. von Martius e o zoólogo J. B. Spix formaram uma equipe de trabalho. Saindo de Trieste no dia 2 de abril de 1817, chegaram à cidade do Rio de Janeiro no dia 15 de julho, e, por cerca de três anos, exploraram a maior parte do Brasil diligentemente, de forma que Martius não só coletava numerosas plantas, tanto as observava quanto as descrevia em seu ambiente natural acuradamente, mas também pesquisava os costumes e as línguas indígenas. No dia 10 de dezembro de 1820 retornaram à Munique”.

5 | CONCLUSÃO

A principal abordagem, em relação ao *corpus* de trabalho formado pelas obras de botânica e sobre línguas indígenas escritas em Latim por Carl F. P. Von Martius, é certamente a interdisciplinar, tendo em vista a multiplicidade de intersecções disciplinares que há na sua obra. Desta forma, a análise do movimento transcultural que originou a Missão Austro-alemã, no século XIX, aproxima-nos ao campo interdisciplinar dos *Cultural Studies* e dos *Science Studies* contemporaneamente. Temos, portanto, a necessidade de buscar desenvolver uma teoria crítica transdisciplinar que aborde as especificidades características deste objeto de estudos, a fim de poder apreciar e evidenciar os principais aspectos que compõem as suas singularidades.

Se, por um lado, as obras de Carl F. P. von Martius refletem um edifício de concepções antropológicas que caracterizariam o naturalista alemão do século XIX⁵, por outro, o próprio tema principal deste autor, a natureza do Brasil, obriga-nos a situar sua obra em um contexto mais amplo e intercultural, ao relacionar a Europa à esfera das Américas, particularmente do Brasil, às vésperas da Independência.

As obras de Carl F. P. von Martius apresentam antes de tudo um percurso do olhar estrangeiro sobre o Brasil, no início da Idade Contemporânea. Suas obras estão ainda no contexto da transferência da Corte portuguesa em 1808 ao Brasil, o que se constituiu como um processo singular nas Américas, ao por a identidade do Brasil Colônia em deslocamento, em um processo que culminaria com a formação do Brasil contemporâneo, enquanto nação secular.

Desta forma, a descrição da paisagem brasileira marca, em suas obras, a construção

5. Sobre a aplicação deste conceito: Bispo, A.A. (Ed.). “Taiti e Brasil na história das concepções antropológicas: a questão do ‘Noble savage’ e suas expressões atuais na representação cultural”. Revista Brasil-Europa 125/2 (2010:3). www.revista.brasil-europa.eu/125/Noble_sauvage.html

de uma nova identidade, só possível de ser abarcada em sua totalidade pelo racionalismo científico contemporâneo ao século XIX, acrescido, todavia, pela subjetividade ficcional da narrativa de uma viagem e de uma expedição rumo a um mundo ainda desconhecido. Assim, Carl F. P. von Martius transforma seu discurso científico, escrito em Latim, também em Literatura de Viagens, em uma viagem rumo ao Brasil contemporâneo, uma nova nação das Américas.

BIBLIOGRAFIA

BISPO, A.A. (Ed.). "Taiti e Brasil na história das concepções antropológicas: a questão do 'Noble savage' e suas expressões atuais na representação cultural". *Revista Brasil-Europa* 125/2 (2010:3). www.revista.brasil-europa.eu/125/Noble_sauvage.html

FOUSE, Gary C. *Erlangen. An America's History of a German Town*. Oxford: University Press of America, 2005.

MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Flora brasiliensis*. Stuttgartiae et Tubingiae: Sumptibus J. G. Cottae, 1829-1833, 2v.

_____. *Flora brasiliensis*. Fasciculus CXXX. Monachii: Apud R. Oldenbug, 1906.

_____. *Historiae Naturalis Palmarum*. Lipsiae: apud Frid. Fleischer, 1823-1850, 3v.

RAU, Charles. *Memoir of C. F. P. Von Martius*. Washington: Government Printing Office, 1871.

STOEVER, D. H. *The life of sir Charles Linnaeus*. London: Printed by E. Robson, 1794.

TOPÔNIMOS LATINIZADOS NA FLORA BRASILIENSIS: O RELATO DE 1818 DA MISSÃO AUSTROALEMÃ¹

1. Publicado inicialmente em: KALTNER, L. F. Topônimos latinizados na Flora Brasiliensis: o relato de 1818 da Missão Austroalemã. MATRAGA, v. 24, p. 115-134, 2017.

RESUMO: Consiste o presente artigo em estudo na área da Historiografia da Linguística no Brasil, cujo corpus de trabalho é o relato de topônimos brasileiros em Latim científico na obra *Flora Brasiliensis*, que registram o caminho percorrido pela Missão Austro-Alemã no ano de 1818 no Brasil, pelos naturalistas Carl F. P. von Martius e Johann S. B. von Spix. Além do estabelecimento de texto e da tradução do relato em Latim científico, escrito por Ignaz Urban e publicado em 1906, o texto apresenta a contextualização das obras científicas dos naturalistas, o uso do Latim científico no século XIX e o contexto dos estudos toponímicos na Historiografia da Linguística atual. O trajeto percorrido no Brasil por Spix e Martius em 1818, registrado na obra, entre os atuais estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Bahia, faz parte dos antigos caminhos da Estrada Real.

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia da Linguística, Latim científico, Carl F. P. von Martius

NEO-LATIN TOPONYMS IN *FLORA*

BRASILIENSIS: REPORT OF THE AUSTRO-GERMAN MISSION IN BRAZIL IN 1818

ABSTRACT: The present article consists of a study in the field of History of Linguistics in Brazil, that has as *corpus* of work the register of toponyms in scientific Neo-Latin in *Flora Brasiliensis*, a book which recorded the path of the Austro-German Mission in the year 1818 in Brazil, the expedition of the german naturalists Carl F. P. von Martius and Johann S. B. von Spix. In addition to the establishment of text and translation of the scientific Latin account, written by Ignaz Urban and published in 1906, the article presented the contextualization of the scientific works of these naturalists, the use of scientific Latin in the nineteenth century and the context of toponymic studies in the History of Linguistics, currently in Brazil. The route traveled in Brazil by Spix and Martius in 1818, recorded in the work, between the present states of São Paulo, Minas Gerais, Goiás and Bahia, is part of the old roads of the Estrada Real.

KEYWORDS: History of Linguistics, Scientific Latin, Carl F. P. von Martius

1 | A MISSÃO AUSTROALEMÃ (1817-1820) E A FLORA BRASILIENSIS

No ano de 2017, serão celebrados os duzentos anos da Missão Austro-Alemã, que percorreu o território do Brasil, tendo esta missão inicialmente acompanhado o séquito real de D. Leopoldina de Habsburgo-Lorena, Arquiduquesa de Áustria, que viria ao Brasil se casar com D. Pedro d'Alcântara, príncipe de Portugal, Algarve e Brasil, futuro imperador. Dos naturalistas austríacos e alemães que compuseram a missão, destacam-se as obras dos acadêmicos da Baviera, Dr. Carl F. P. von Martius (1794-1868) e Dr. Johann B. von Spix (1781-1826), cuja expedição, financiada por Maximiliano José I, rei da Baviera, atravessara o território brasileiro entre os anos de 1817 e 1820 (BARRETO, 2003, p.143-145). A missão científica e artística, composta por acadêmicos naturalistas de formação iluminista, oriundos da Áustria e da Alemanha, teve ativa participação no contexto da Independência no Brasil e do surgimento posterior do Império, após a transferência da Corte em 1808 (FAUSTO, 2006, p. 69).

No âmbito desta comemoração, há a necessidade de uma reavaliação atual, através de análise linguística e histórica, das publicações e documentos sobre o Brasil resultantes da Missão Austro-Alemã. Estas obras, que compõem também um dos capítulos da Historiografia da Linguística no Brasil, ao confrontar-se o pensamento linguístico da época com a descrição das línguas indígenas, registram fenômenos linguísticos que podem auxiliar a traçar a história linguística no Brasil oitocentista. Entre as mais singulares destas obras estão, por exemplo, os *Glossaria Linguarum Brasiliensium* (Glossários das Línguas Brasileiras) de 1863, de Carl F. P. von Martius. O naturalista bávaro legou registros à posteridade em diversos campos do saber no alvorecer do cientificismo europeu, sobre o Brasil:

Os seus monumentais trabalhos no campo da botânica se transformaram rapidamente em obras de referência e, ainda hoje, são consultadas com proveito por cientistas de todo o mundo. O estudo que dedicou às palmeiras, a *Historia naturalis palmarum* (1823-1850), que inclui espécies dos quatro cantos do planeta, mereceu um exultante comentário de Alexander von Humboldt (1769-1859), o decano dos viajantes europeus no continente americano (apud Eichler 1869:13). E o poeta Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832) escreveu uma resenha imediatamente depois de aparecer os dois primeiros fascículos dessa obra, qualificando-a de a mais bela publicação botânica de todos os tempos (Goethe 1989 (12):384). A *Flora brasiliensis*, por sua vez, o maior projeto editorial empreendido por Martius, é uma obra de fôlego que teve início em 1840 e foi concluída, postumamente, em 1906, vale dizer, 38 anos depois da sua morte (DIENER, 2014, p. 354).

Este artigo é resultado de pesquisa no campo da Historiografia da Linguística no Brasil, pela análise de relatos referentes à Missão Austro-Alemã. Assim, traduzimos e analisamos linguisticamente a descrição dos topônimos da viagem dos naturalistas bávaros ao Brasil, descritos na rota da expedição em 1818. O relato que apresentamos foi publicado em Latim Científico no primeiro volume da obra *Flora Brasiliensis*, tendo sido Ignatz Urban responsável por sua autoria (URBAN, 1906, p. 58-59). Nossa análise está desenvolvida no

estabelecimento de texto do original latino, sua tradução e uma análise geral dos topônimos brasileiros, registrados em Latim, para descrever a passagem dos naturalistas pelo Brasil no ano de 1818, em que os naturalistas bávaros saem de São Paulo, em direção a Minas Gerais, passando por Goiás, por fim chegando à Bahia:

Spix and Martius collected in Brazil between 1817 and 1820. Detailed information about their itineraries and the places visited can be found in Spix and Martius (1823, 1828, 1831a, 1831b, 1968), Urban (1906), Papavero (1971), and in Tiefenbacher (1983). The journey itself began on the 8th of December 1817, with São Paulo as the first destination, reaching it by the end of the year (31st of December). In 1818, they left São Paulo for southern Bahia, gathering large collections especially in Minas Gerais and Bahia, where they arrived in November 1818 (MORAES & FACADE, 2015, p.167).

O uso do Latim Científico como meio de expressão no século XIX é fenômeno de estudos e de observação da Historiografia da Linguística, sobretudo em relação às obras de naturalistas, que descreveram a natureza no Brasil, em perspectiva internacional, através do discurso científico da época. O uso do latim era propositado, sobretudo para proporcionar uma visão internacionalizante e cooperativa das ciências naturais no continente europeu:

(...) utilizar o latim e as vozes gregas latinizadas (raramente em estado puro); isto se tornou praticamente exequível desde 1753, quando o genial Carlos de Lineu introduziu a nomenclatura binária por meio de sua famosíssima obra *Species Plantarum*. Em 1867 o Congresso Internacional de Botânica – reunido em Paris – ratificou o emprego do latim (RIZZINI, 1955, p.11-12).

A obra *Flora Brasiliensis* (Flora Brasileira), em que o relato foi publicado, é um monumento da História da Ciência, sua edição foi financiada, inicialmente pelo imperador da Áustria Ferdinando I, também por Ludovico I, rei da Baviera, e, por fim, pelo imperador D. Pedro II, tendo sido publicada ao longo de décadas, entre 1840 e 1906 (ROYAL SOCIETY, 1869-1870, p.7). O trabalho enciclopédico de Botânica consta de 15 volumes, divididos em 40 partes e diversos fascículos, com textos em Latim Científico e imagens, sendo um dos mais completos trabalhos de Botânica já realizados:

A *Flora brasiliensis* foi produzida entre 1840 e 1906 pelos editores Carl Friedrich Philipp von Martius, August Wilhelm Eichler e Ignatz Urban, com a participação de 65 especialistas de vários países. Contém tratamentos taxonômicos de 22.767 espécies, a maioria de angiospermas brasileiras, reunidos em 15 volumes, divididos em 40 partes, com um total de 10.367 páginas (CRIFA, 2016).

Inicialmente, seu organizador foi o naturalista Carl F. P. von Martius, tendo este sido sucedido por August Wilhelm Eichler e, em seguida, por Ignatz Urban. No primeiro volume da *Flora Brasiliensis* foram editadas, posteriormente, as *Vitae Itineraque Collectorum Botanicorum* (Vidas e itinerários dos botânicos coletores), em sua última edição, contendo um resumo biográfico, bibliográfico e de itinerário percorrido por diversos botânicos de variadas nacionalidades que colaboraram para a criação da obra. Este relato, editado no primeiro volume, foi escrito por Ignatz Urban e será o texto estabelecido e analisado mais adiante, com o registro dos topônimos da expedição de Carl F. P. von Martius em 1818.

Faz-se necessária uma nova análise e releitura de textos e discursos de cientistas

naturalistas que percorreram o país, no contexto da Historiografia da Linguística no Brasil e dos Estudos Culturais, campos de investigação que podem favorecer a uma interpretação de documentos e textos relativos ao processo de descolonização do Brasil, estando inseridos em contextos e processos de interação e de contato intercultural e linguístico (FARACO, 2016, p. 148-155). Podemos, através destes relatos, entrever também a recepção de ideias linguísticas no contexto da Independência no Brasil e a sua relação com a construção social e política de uma identidade cultural que serviria para o processo de padronização e, até mesmo, da gestão da diversidade linguística no Império, com a constituição de uma sociedade multicultural, a partir da Independência do Estado no Brasil:

Nos oitocentos, a partir da vinda da família real ao Brasil se deu início à instauração de estabelecimentos culturais (por exemplo, imprensa, biblioteca, museu real, jardim botânico), instituições acadêmicas (escolas de Direito em São Paulo e em Recife) e instituições de pesquisa (Instituto Histórico e Geográfico, Instituto Manguinhos). Tem-se, com isso, a formação de um grupo intelectualizado que passou a integrar movimentos sociais. Muitos desses, embalados pelas ideologias do iluminismo, do darwinismo e do positivismo, defendiam as causas abolicionistas, republicanas e nacionalistas, além da separação da igreja do Estado. Tratava-se, para esses intelectuais, de “legitimar ou respaldar cientificamente suas posições nas instituições de saber de que participavam e por meio delas” (Schwarcz, 2008, p. 26). Logicamente, o cientificismo não funcionou alheio às práticas de governo, mas as fundamentou e as legitimou. D. Pedro II pode ser tomado como o símbolo político da fusão entre a ciência e o governo: Como Luís XIV, o imperador afirmava reiteradamente “a sciencia sou eu” (Schwarcz, 2008) (SEVERO, 2013 p.112).

As representações linguísticas e discursivas sobre o Brasil à época da Independência são registros do início do processo de descolonização que se inicia com a transferência da Corte Portuguesa em 1808, e que se remetem, direta ou indiretamente, à criação de uma identidade linguística e cultural no Brasil. Este processo, que culminaria com a Independência em 1822, passa por um questionamento posterior sobre Língua, Estado e nação, com a busca por uma interpretação da formação e da origem do Brasil. Dessa forma, cumpre salientar que a História da Linguística neste recorte histórico no Brasil se encontra com o questionamento cientificista do século XIX:

Esse cientificismo, na forma do naturalismo e do darwinismo, também embalava os registros feitos por um amplo e diversificado grupo de viajantes e exploradores no Brasil do século XIX. Tais viajantes produziram relatos e ilustrações de tudo que observavam, experimentavam e ouviam. Tratava-se da produção de saberes segundo certas regras, cujo funcionamento geral se baseava em lançar “um olhar minucioso sobre as coisas e transcrever, em seguida, o que ele recolhe em palavras lisas, neutralizadas e fiéis” (Foucault, 1990, p. 179), sendo que “todo capítulo concernente a um animal qualquer deve[ria] ter os seguintes passos: nome, teoria, gênero, espécie, atributos” (Idem, p. 178). Esse olhar naturalista que destrincha, dissecar, observa e registra possibilitou a produção de uma série de saberes sobre o Brasil por diferentes grupos de exploradores: Entre os naturalistas que registraram detalhadamente espécies botânicas e animais, estavam Saint-Hilaire, Carl Phillipp Von-Martius, Edward Pohl e Johann von Spix. Entre os militares, destacavam-se Leithold e Raugo. Dentre os especialistas da Coroa, estava o mineralogista Eschwege. Havia também viajantes das burguesias francesa e inglesa, entre eles John Luccock, Koster e Tollenare (Kury, 2001; Lahuerta, 2006) (SEVERO, 2013 p.112).

Das publicações de Carl F. P. von Martius neste aspecto, além das publicações na área de Botânica, temos reflexões iniciadas na obra *Reise in Brasilien* (Viagem ao Brasil), obra do gênero de Literatura de Viagens, que descreve a Missão de 1817 a 1820, e faz reflexões sobre as políticas que poderiam ser desenvolvidas ao longo do período imperial posterior, questões estas que foram posteriormente desenvolvidas na monografia endereçada ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB): *Como se deve escrever a história do Brasil*, publicado na revista do instituto em 1844 (MARTIUS, 1845, p. 381-403), sobre a historiografia no Brasil (GUIMARÃES, 2000, p.389-390), assim como seu único romance literário *Frey Apollonyo, ein Roman aus Brasilien* (Frei Apolônio, um romance do Brasil) de 1831, que veio a lume à posteridade graças ao empenho do especialista Erwin Theodor Rosenthal, que o traduziu e reeditou em 1992, a partir da comparação de manuscritos (ROSENTHAL, 1992, p. 5 e seguintes).

Para a Historiografia da Linguística nos interessam também as ideias científicas de Carl F. P. von Martius e de seus pares, desde os relatos sobre línguas indígenas, o contato linguístico até políticas linguísticas que se possam perceber nas descrições da sociedade no Brasil. É patente a influência do pensamento filológico e da linguística comparativa no século XIX, como resultado do empirismo e da visão cosmopolita que os naturalistas austríacos e alemães dessa época apresentam, por influência de Wilhelm e Alexander von Humboldt, ainda que elementos anacrônicos, para a ciência atual se desenvolvam em paralelo na ciência oitocentista, como o eurocentrismo hegeliano e o etnocentrismo, por influência darwinista, e estejam registrados em obras e no pensamento acadêmico europeu da época sobre as Américas também (BARBOSA, 2013, p.93).



Imagem. A fragata que trouxe os naturalistas ao Brasil (Th. Ender).

2 | REISE IN BRASILIEN: A VIAGEM AO BRASIL, DE 1817 A 1820

Apresentamos excerto da obra *Reise in Brasilien* (Viagem ao Brasil), obra conjunta de Martius e Spix, que relata os objetivos imediatos da Missão Austroalemã de 1817 a 1820, a seguir, apresentamos tradução deste fragmento. Cumpre salientar que a obra *Reise in Brasilien* foi publicada em três volumes, originalmente, em 1823, 1828 e 1831, em alemão, tendo por financiamento a Casa Real da Baviera, como consta no frontispício de sua *editio princeps*. O fragmento selecionado apresenta o plano original de pesquisas da Missão Austro-Alemã no Brasil, dentro das concepções científicas do início do século XIX. A tradução integral em Língua portuguesa desta obra foi encomendada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e realizada por Lúcia Furquim Lahmeyer, publicada, inicialmente, em 1938 pela Imprensa Nacional (SPIX & MARTIUS, 1981, p. 9-12).

Reise in Brasilien (SPIX & MARTIUS, 1823, p. 5-6):

Diesen Aufträgen zufolge wurde die Bereicherung der beiden Fächer, der Zoologie nämlich und der Botanik, den Reisenden zur Haupt-Pflicht gemacht, zugleich aber mittelbar die Berücksichtigung der übrigen Zweige der Wissenschaft, soweit es Zeit und Umstände zuliessen, anempfohlen. Dr. SPIX, als Zoolog, verpflichtete sich, das gesammte Thierreich zum Gegenstande seiner Beobachtungen und Beschäftigungen zu machen. In dieser Beziehung hatte er Alles, was den Menschen, den Ureinwohner sowohl als den Eingewanderten, seine klimatischen Verschiedenheiten, seinen körperlichen und geistigen Zustand u. s. w. betrifft; den aussern und innern Bau der daselbst lebenden Thiere aller Klassen, von den höchsten bis zu den niedrigsten, ihre Gewohnheiten und Instincte, ihre geographische Verbreitung und Wanderung, so wie endlich die unterirdischen Reste von Thieren, diese sichersten Documente der Vergangenheit und der allmählichen Entwicklung der Schöpfung, zu beachten.

— *Dr. MARTIUS, als Botaniker, übernahm die Bestimmung, die tropische Pflanzenwelt in ihrer ganzen Ausdehnung zu erforschen. Neben dem Studium der dort vorzugsweise einheimischen Familien lag ihm die Untersuchung derjenigen Formen besonders ob, welche durch ihre Verwandtschaft oder Identität mit denen anderer Länder Schlüsse über das ursprüngliche Vaterland und die allmähliche Verbreitung derselben auf der Erde gestatten. Diese Forschung wollte er mit der Berücksichtigung der klimatischen und geognostischen Verhältnisse in Verbindung bringen, und deshalb auch auf die niedrigsten Bürger des Pflanzenreiches, wie die Moose, Flechten und Pilze ausdehnen. Die Veränderungen, welche sowohl die einheimischen, als die eingeführten Pflanzen unter gewissen äusseren Einflüssen erleiden, die Geschichte des Bodens und der dort gebräuchlichen Cultur sollten eben so sehr seine Aufmerksamkeit in Anspruch nehmen. Von der Untersuchung des inneren Baues und der Entwicklung der tropischen Gewächse liessen sich interessante Aufschlüsse über die Gesetze des Pflanzenlebens überhaupt, so wie von der Beobachtung etwa vorkommender Spuren einer früheren, nun untergegangenen, Vegetation Materialien für die Begründung geognostischer Ansichten erwarten. Endlich glaubte er durch eine genaue Erforschung der brasilianischen Arzneikörper aus dem Pflanzenreiche, so wie aller übrigen vegetabilischen Stoffe, deren Benützung für Künste und Gewerbe dienlich werden könnte, und durch sorgfältige Aufzeichnung der Art und Weise, wie solche in ihrem Vaterlande angewendet werden, dem Zwecke seiner Sendung zu entsprechen. Hauptsächlich aber machte man es uns, nebst den Beobachtungen und wissenschaftlichen Forschungen im Gebiete unserer speciellen Fächer, bey welchen wechselseitige Hülfe und Unterstützung vorausgesetzt wurde, zur Obliegenheit, die akademischen Sammlungen durch Uebersendung aller Naturproducte aus sammtlichen Reichen, als der besten Belege für die gemachten Beobachtungen, möglichst zu vervollständigen.*

3 | TRADUÇÃO

Conforme esta ordem, foi recomendada a fortuna crítica de duas disciplinas, a saber a Zoologia e a Botânica, tornando-se para os viajantes a principal exigência. Simultaneamente, porém, de forma indireta, foi recomendada a consideração dos restantes ramos da ciência, enquanto o permitissem tempo e circunstâncias. Dr. Spix, como zoólogo, se comprometeu com todo o mundo animal, como objeto de estudo de suas observações e tarefas a realizar. Nesta relação, ele se ocupou de observar tudo o que é relativo aos homens, aos indígenas assim como aos imigrantes, sua diversidade quanto ao clima, sua condição corporal e espiritual entre outras; ocupou-se de observar tudo o que é relativo à estrutura anatômica externa e interna dos animais lá viventes, de todas as classes, dos maiores até os menores, seus hábitos e instintos, sua distribuição geográfica e imigração, assim como, por fim, os resíduos fósseis dos animais, estes os mais seguros documentos do passado e da evolução gradual da Criação.

Dr. Martius, como botânico, aceitou a determinação de pesquisar o mundo das plantas tropicais em sua extensão total. Ao lado do estudo das famílias das plantas, de preferência as nativas de lá, cabia a ele a observação dessas formas nativas, particularmente, caso permitissem algumas conclusões, através de seu parentesco ou comparação com aquelas de outros países, além da pátria original, e sua sucessiva propagação própria sobre a Terra. Desejava ele produzir esta pesquisa com a consideração das relações climáticas e geognósticas em associação e, por isso, desejava ele ampliá-las também aos menores reinos das plantas, como os musgos, líquens e fungos. As transformações que padecem não só as plantas nativas, mas também as introduzidas, sob conhecidas influências externas, a história dos solos e a cultura lá usual deviam igualmente exigir muito de sua atenção. A partir da investigação da estrutura interna e do desenvolvimento das plantas tropicais, podia-se prever interessantes esclarecimentos da vida das plantas em geral, assim como a partir da observação de alguns vestígios fósseis, que sucedem de antiga vegetação, agora soterrada, como material para a justificativa da projeção geognóstica. Por fim, acreditava ele que, através de uma precisa investigação dos produtos medicinais brasileiros, pelos reinos das plantas, assim como de todo o restante da matéria vegetal, cujo uso para as artes e a indústria pudessem se tornar oportunas, e, através de cuidadosa descrição da espécie e do aspecto, como semelhantes plantas são aplicadas em sua terra natal, corresponderia à intenção de sua missão. Fazia-se principalmente necessário para nós, porém, junto às observações e às pesquisas científicas no campo de nossas disciplinas específicas, pelas quais uma ajuda mútua e apoio eram presumidos, como obrigação, completar o mais rápido o possível a coleção acadêmica, pelo envio de todos os produtos naturais, oriundos de todos os reinos, como as melhores provas para as observações realizadas.



Imagem. General Charte von Südamerika de Martius e Spix (2016)

4 | O ITINERÁRIO DE 1818: TOPÔNIMOS EM LATIM CIENTÍFICO

O texto a seguir, estabelecido a partir da obra *Flora Brasiliensis*, apresenta o registro dos topônimos, com as datas precisas, visitados pela Missão Austroalemã no ano de 1818, tema central do artigo. Este trecho compõe o chamado Caminho Velho na antiga Estrada Real. Carl F. P. von Martius e Johann B. P. von Spix percorreram um itinerário que vai de São Paulo a Minas Gerais, de lá até Goiás, e, por fim, até a Bahia, com uma tropa de mulas:

1818. S. Paulo (31. XII. 17—9.I. 18), mons Jaragua, Jacarehy, Cutia, S. Roque, Villa de Sorocaba, Ypanema (per 14 dies), iter ad Villa do Porto feliz, Sorocaba, Ytú, Jacaré, Jundiahy, Campo largo, Morro de Catetuva, J. Joao de Atibaya, Boa-vista, Morro de Lopo, civit. Minas Geraes: Morro grande, Arr. de Camanducaya, Rosetta, Campiuh, Estiva, Rio Mandú, Rio Servo, S. Vincente, S. Anna de Sapucahy, S. Barbara, Rio Sapucahy, Serra de S. Gonzalo, Serra de Paciencia, S. Gonzalo, Villa de Campanha (Villa da Princesa da Beira, 13. II.), Arr. do Rio Verde, Rio do Peixe, Campo Bello, Faz. do Corrego dos Pinheiros, Capella de S. Antonio, Faz. de Parapitinga, Serra Branca, Rio Ingahy, Serra Capivary, Rio Grande, Ponte nova, Serra de Viruna, Faz. da Vittoria, Rio das Mortes, Morro de Bom-fim, Morro Lenheiro, Villa de S. Joao d'El Rey, Serra de S. José, S. José, Faz. Canduahy, Lagoa doirada, Capella de S. Eustachio, Faz. de Camaboao, Rio Paraopeba, Serra de Congonhas, Rio Congonhas, Morro da Solidade, Chapada (Ita-beba), Faz. da Chapada, Faz. José Correa, Rodeio, Serra de Oiro Branco, Morro de Gravier, Faz. Capao, Faz. Lana, Trepuí, pedes Itacolumi, Villa Rica (Ouro Preto, usque 31. III.), Tacoaral, Passagem, Rib. do Carmo, Mariana, Ourives, Rio Mainarde, Faz. dos Cristaës, Oiro fino, Rib. do Bacalhao, S. Anna dos Ferros (Barra do Bacalbao), Rio Piranga, Rio Turvo, Venda das duas Irmaos, Capella de S. Rita, Serra de S. Geraldo, Presidio de S. Joao Baptista (usque 10. IV.), Aldea do Morro Grande, Faz. Guidowald, Serra da Onca, Rio Xipotó, retro ultra S. Joao Baptista, Arr. de S. Jose Barboza, Sitio, S. Rita, Oiro fino, Mariana ad Ouro Preto (21. IV.), adscensus montis Itacolumi, Capao, Faz. Laranjal, Faz. Pires,

Prata, Chapada, Serra de Deos te livre (da Solidade), Morro de Gravier, Ouro Preto, Morro de Villa Rica, Corrego d'Andrada, Rio das Velhas, Antonio Pereira, Arr. do Bento Rodrigues, Inficionado, Serra de Caraça, Hospicio da Mai dos Homens, Inficionado, Cata Preta, Arr. do Bento Rodrigues, Ouro Preto (28. IV. ad initium V). Dein Serra da Caxoeira, Bandeirinha, Arr. de S. Antonio da Casa branca, Rio das Pedras, Faz. Coxe d'agoa, S. Antonio de cima, S. Rita, Sabará, Morro de Valerio, Caeté (Rainha), Serra de Piedade, S. Joao do Morro grande, Cocaës, Faz. Cabo d'Agosta, Faz. Tangué, Rio das Onças, Serra da Itambé, Arr. do Rio do Peixe, Morro do Gaspar Soares, Corrego das Lages, Soumidoro, Arr. da S. Conceição, Rio de S. Antonio, Serra Coati, Onça, Bom sucesso, Taparoca, Arr. Taponhoacanga, Faz. Donna Roza, Faz. Rio do Peixe, Villa do Principe, Rancho das tres Barras, Arr. Milho Verde, Vao, Faz. Palmital, Rio Jequetinhonha, Tejuco (Diamantina), Lavra das Picas, Bandeirinha, Currallinho, Rib. do inferno, Serviço Matta Matta, Serviço dos Calderoës, adscensus montis Itambé da Villa (5. VI.). Dein a Tejuco ad Serra de Mentanha, Arr. do Rio Manzo, Cangicas, Capao Grosso, Lavras da Pindaiba, Burity, Faz. Pe do Morro, Rib. de S. Domingos, Columbi, Arr. de Barreiras, Rib. Currallinho, Rio Arassuahy, Rio Itamarandiba, Piedade, Villa Bom Sucesso (Fanado), Bem Posto, Quartel do Alto dos Boys, 13. VI. ad Arr. da Chapada, Agoa-Suja, Arr. Sucuriuh d'acima, Agoada Nova, Morro de Agoada Nova, Gupiara (Calhao), Corr. de S. Anna, S. Domingos, 4. VII. iter ultra Faz. de S. Joaquim, trans Rio Jequetinho, Porto dos Angicos in Sertao ad Morro Retondo, Munbucas, Bananal, Serra do Grao Mogol, Itacambirussu, Faz. Congonhas do Campo, Faz. Joaquim Pereira, Arr. de Formigas (12.—17. VII.), Serra de Vicente (Cabeceira do Rio dos Boys), Rib. Riachao, Contendas (per tres hebdomades), Campos Geraës de S. Felipe, Faz. Tamandua (12. VIII.), Tapera, Rio S. Francisco, Faz. Capao, Faz. Mangahi, Pedras da Cruz (de baixo), Porto de Salgado, trans Rio S. Francisco ad Brejo de Salgado (usque 1. IX.), Serra de Salgado, mons Itabirasava, Faz. Sumidouro, Rio das Pedras, Serra das Araras, Sete Lagoas, Agoa Doce, Rib. Patos, Rib. dos Boys, Yhá, Rio Caranhonha, Vao do Paranán, Faz. do Rio Fermoço, Rib. Paratinga, Contagem de S. Maria, civit. Goyaz Faz. de S. Roque, Serra do Meio, civit. Minas Geraës Contagem de S. Maria, Faz. do Rio Fermoço, Rib. Juquery, Rio Fermoço, ultra Caranhonha prov. Bahia (olim ad Pernambuco pertin.) Arr. Caranhonha (usque 24. IX.) trans Rio S. Francisco ad Malhada, Faz. Currallinho, Faz. Pe da Serra, Serra dos Montes Altos, Faz. Carnaibas, Paxaú, Serra da Gamelleira, Serra de Cayteté, Hospicio, Caytete (Villa nova do Principe), Faz. Joazeiro, Faz. da Lagoa d'Aguda, Serra de Joazeiro, Faz. Tapera, Villa Velha, Rio Brumado, Serra do Rio de Contas, Villa do Rio de Contas (usque 17. X.), Serra da Villa Velha, Morro Retondo, Rib. Brumadinho, Caza de Telha, Faz. Secca, Serra das Lages, Rib. Peruaguaçuzinho, Sincorâ, Serra de Sincorâ, Faz. Carabatos, Olho d'Agua, Rib. Jacaré, Arr. de Maracês, Faz. Rio Secco, Tapera, Villa da Pedra Branca, Currallinho, Genipapo, Salgado, Catingas, Torto, Rio Paraguassú, Porto de S. Feliz, Villa de Cachoeira, Engenho da Ponte (7. XI), Itaparica, Bahia (10. XI—11. XII.), navi ad Ilheos, Rio Fundao, Rio Itahype, Almada, Lagoa de Aimada, Villa de S. Pedro de Alcantara (As Ferradas) (MARTIUS, 1840, p. 58-59).

5 | TRADUÇÃO

No ano de 1818, em São Paulo (de 31.12.1817 a 9.01.1818): monte Jaraguá, Jacaré, Cutia, São Roque, Vila de Sorocaba, Ipanema (por 14 dias), caminho para a Vila do Porto Feliz, Sorocaba, Itu, Jacaré, Jundiaí, Campo Largo, Morro de Catetuva, São João de Atibaia, Boa Vista, Morro do Lopo. Na capitania de Minas Gerais: Morro Grande, Arraial de Camanducaia, Roseta, Campinho, Estiva, Rio Mandu, Rio Servo, São Vicente, Santana do Sapucaí, Santa Bárbara, Rio Sapucaí, Serra de São Gonçalo, Serra de Paciência, São Gonçalo, Vila de Campanha (Vila da Princesa da Beira, 13.02.1818), Arraial do Rio Verde, Rio do Peixe, Campo Belo, Fazenda do Córrego dos Pinheiros, Capela de Santo Antônio, Fazenda de Parapitinga, Serra Branca, Rio Ingaí, Serra Capivari, Rio Grande, Ponte Nova,

Serra de Viruna, Fazenda da Vitória, Rio das Mortes, Morro de Bonfim, Morro Lenheiro, Vila de São João del Rei, Serra de São José, São José, Fazenda de Canduaí, Lagoa Dourada, Capela de São Eustáquio, Fazenda de Camaboão, Rio Paraopeba, Serra de Congonhas, Rio Congonhas, Morro da Solidade, Chapada (Ita-beba), Fazenda da Chapada, Fazenda José Correa, Rodeio, Serra de Ouro Branco, Morro de Gravier, Fazenda Capão, Fazenda Lana, Trepuí, o sopé de Itacolumi, Vila Rica (Ouro Preto, até 31.03.1818), Tacoaral, Passagem, Ribeirão do Carmo, Mariana, Ourives, Rio Mainarde, Fazenda dos Cristais, Ouro Fino, Ribeirão do Bacalhau, Santana dos Ferros (Barra do Bacalhau), Rio Piranga, Rio Turvo, Venda das duas Irmãs, Capela de Santa Rita, Serra de São Geraldo, Presídio de São João Batista (até 10.04.1818), Aldeia do Morro Grande, Fazenda Guidowald, Serra da Onça, Rio Xopotó, de volta para além de São João Batista, Arraial de São José Barbosa, Sítio, Santa Rita, Ouro Fino, Mariana até Ouro Preto (21.04.1818), subida do monte Itacolumi, Capão, Fazenda Laranjal, Fazenda Pires, Prata, Chapada, Serra do Deus-te-livre (da Solidade), Morro de Gravier, Ouro Preto, Morro de Vila Rica, Córrego de Andrada, Rio das Velhas, Antônio Pereira, Arraial do Bento Rodrigues, Inficionado, Serra de Caraça, Hospício de Nossa Senhora Mãe dos Homens, Inficionado, Cata Preta, Arraial de Bento Rodrigues, Ouro Preto (de 28.04.1818 até o início de maio). A partir daí, Serra da Cachoeira, Bandeirinha, Arraial de Santo Antônio da Casa Branca, Rio das Pedras, Fazenda Cocho d'Água, Santo Antônio de Cima, Santa Rita, Sabará, Morro de Valério, Caeté (Rainha), Serra de Piedade, São João do Morro Grande, Cocais, Fazenda Cabo de Agosto, Fazenda do Tanguê, Rio das Onças, Serra de Itambé, Arraial do Rio do Peixe, Morro do Gaspar Soares, Córrego das Lages, Sumidouro, Arraial de Santa Conceição, Rio de Santo Antônio, Serra Coati, Onça, Bonsucesso, Taparoca, Arraial Tapanhoacanga, Fazenda Dona Rosa, Fazenda Rio do Peixe, Vila do Príncipe, Rancho das Três Barras, Arraial Milho Verde, Vão, Fazenda Palmital, Rio Jequetinhonha, Tejuco (Diamantina), Lavra das Picas, Bandeirinha, Curralinho, Ribeirão do Inferno, Serviço Mata-Mata, Serviço dos Calderões, subida do monte Itambé da Vila (05.06.1818). Então, do Tejuco à Serra do Mendanha, Arraial do Rio Manso, Canjicas, Capão Grosso, Lavras da Pindaíba, Buriti, Fazenda Pé do Morro, Ribeirão de São Domingos, Columbi, Arraial de Barreiras, Ribeirão Curralinho, Rio Araçuaí, Rio Itamarandiba, Piedade, Vila Bonsucesso (Fanado), Bem-Posto, Quartel do Alto dos Bois, 13.06.1818 até Arraial da Chapada, Água-Suja, Arraial de Sucruiú de Acima, Aguada Nova, Morro de Aguada Nova, Gupiara (Calhau), Córrego de Santana, São Domingos, 4.07.1818 caminho além da Fazenda de São Joaquim, através do Rio Jequetinho, Porto dos Angicos no sertão até o Morro Redondo, Mumbucas, Bananal, Serra do Grão-Mogol, Itacambiruçú, Fazenda Congonhas do Campo, Fazenda Joaquim Pereira, Arraial de Formigas (de 12.07.1818 até 17.07.1818), Serra de Vicente (Cabeceira do Rio dos Bois), Ribeirão Riachão, Contendas (por três semanas), Campos Gerais de São Felipe, Fazenda Tamanduá (12.08.1818), Tapera, Rio São Francisco, Fazenda Capão, Fazenda Mangai, Pedras da Cruz (de baixo), Porto de Salgado, através do Rio São Francisco até o Brejo de Salgado (até 01.09.1818), Serra de Salgado, Monte Itabiraçava, Fazenda Sumidouro, Rio das Pedras, Serra das Araras, Sete Lagoas, Água Doce, Ribeirão dos

Patos, Ribeirão dos Bois, Iá, Rio Carinhanha, Vão do Paranã, Fazenda do Rio Formoso, Ribeirão Paratinga, Contagem de Santa Maria, na capitania de Goiás: Fazenda de São Roque, Serra do Meio, na capitania de Minas Gerais: Contagem de Santa Maria, Fazenda do Rio Formoso, Ribeirão Jequeri, Rio Formoso, além de Carinhanha na província da Bahia (outrora pertencente a Pernambuco), Arraial Carinhanha (até 24.09.1818), através do Rio São Francisco até Malhada, Fazenda Curralinho, Fazenda Pé da Serra, Serra dos Montes Altos, Fazenda Carnaíbas, Paxaú, Serra da Gameleira, Serra de Caiteté, Hospício, Caiteté (Vila nova do Príncipe), Fazenda Juazeiro, Fazenda da Lagoa d'Aguda, Serra de Juazeiro, Fazenda Tapera, Vila Velha, Rio Brumado, Serra do Rio de Contas, Vila do Rio de Contas (até 17.10.1818), Serra da Vila Velha, Morro Redondo, Ribeirão Brumadinho, Casa de Telha, Fazenda Seca, Serra das Lages, Ribeirão Peruaguaçuquinho, Sincorá, Serra de Sincorá, Fazenda Carabatos, Olho d'Água, Ribeirão Jacaré, Arraial de Maracás, Fazenda Rio Seco, Tapera, Vila da Pedra Branca, Curralinho, Jenipapo, Salgado, Catingas, Torto, Rio Paraguaçu, Porto de São Félix, Vila de Cachoeira, Engenho da Ponte (7.11.1818), Itaparica, Bahia (10.11.1818—11.12.1818), de navio a Ilhéus, Rio Fundão, Rio Itaípe, Almada, Lagoa de Aimada, Vila de São Pedro de Alcântara (As Ferradas).

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A toponímia é parte da onomástica, ramo da lexicografia que estuda os nomes próprios relativos a lugares, acidentes geográficos, paisagens e regiões naturais, sendo estas habitadas ou não, cuja denominação serve à divisão institucional de territórios, sendo estabelecidas e atribuídas por comunidades linguísticas. Desta forma, para a demarcação de fronteiras políticas, por exemplo, a toponímia é ciência fundamental, ao mesmo tempo em que pode se remeter a fatores sociais, históricos, geográficos e até mesmo arqueológicos, no campo extralinguístico. As fronteiras internacionais brasileiras foram demarcadas ao longo do século XIX, na época do Império graças aos esforços do Visconde e do Barão do Rio Branco.

Segundo o linguista francês Dubois: “L’onomastique est une branche de la lexicologie étudiant l’origine des noms propres. On divise parfois cette étude en anthroponymie (concernant les noms propres de personnes) et toponymie (concernant les noms de lieux). (DUBOIS, 2002, p.334) ”.

Quanto à toponímia:

La toponymie est l’étude de l’origine des noms de lieux, de leurs rapports avec la langue du pays, les langues d’autres pays ou des langues disparues. La matière est généralement divisée selon la géographie (il existe des spécialistes des noms de fleuves [hydronymie], des noms de montagnes [oronymie], des spécialistes aussi pour telle ou telle région déterminée). (DUBOIS, 2002, p.485).

Topônimos, portanto, são substantivos que têm como referência espaços em que é registrada a atividade humana, por vezes apenas a atividade linguística, social e política

de nomear e classificar. Morfologicamente os topônimos são substantivos próprios, sendo o seu estudo referente à Onomástica, campo de estudos que se subdivide, por vez, na Toponímia, que tem por objeto de estudos a origem dos topônimos e as mudanças que sofrem ao longo dos tempos, por vicissitudes históricas e sociais, como supracitado. Desta forma, a toponímia se relaciona com a Historiografia da Linguística, com a Geografia e até mesmo com a Arqueologia.

Os topônimos citados na *Flora Brasiliensis* sobre os caminhos percorridos por Carl F. P. von Martius, em 1818, compõem, em parte, as rotas da antiga Estrada Real, conhecidas como Caminho Velho, Caminho Novo, Caminho dos Diamantes e Sabarabuçu, sendo alguns dos topônimos citados ainda existentes (CARVALHO, 2012, p. 173 e 456). Há a descrição de rios, acidentes geográficos, nome de fazendas e plantações, que vão de São Paulo a Minas Gerais. Atualmente, o Instituto Estrada Real cuida da preservação da memória dos caminhos que se converteram em projeto de desenvolvimento turístico nestas regiões.

No Brasil, atualmente, o IBGE é representante nacional perante à ONU nos congressos internacionais quinquenais sobre nomes geográficos, os topônimos:

O IBGE representa o Brasil em conferências quinquenais promovidas pela ONU, e participa de projetos relacionados a nomes geográficos em parceria com o Instituto Panamericano de Geografia e História (IPGH), havendo inserido o Brasil na Rede de Nomes Geográficos das Américas. O Instituto está procurando recuperar o valor sociocultural e histórico da toponímia brasileira, reativando o interesse pela preservação e o resgate de uma Cartografia atualizada, completa e certificada por meio do Projeto Nomes Geográficos do Brasil (...)” (GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, 2008, p. 18).

Na Universidade de São Paulo, foi desenvolvido o projeto Atlas Toponímico do Brasil e, em alguns Estados, projetos semelhantes tratam da pesquisa linguística e histórica dos topônimos brasileiros, buscando relatar as origens, as variações de topônimos a fim de fornecer informações históricas acerca do processo de ocupação do território. Este trabalho de toponímia, por fim, se desenvolve em perspectiva interdisciplinar, com a análise cartográfica, linguística e histórica, contribuindo para um melhor conhecimento acerca da ocupação territorial de nosso país, estados e municípios.

O relato de topônimos da obra *Flora Brasiliensis*, que apresentamos, foi escrito por Iganx Urban para a edição de 1906, como supracitado, tendo sido traduzido do alemão para o Latim Científico, nesta edição, porém, recolhido em português, em 1818, por Martius e Spix, e publicados em alemão em 1823, no primeiro volume da obra *Reise in Brasilien* (Viagem ao Brasil). Logo, sofreu este relato passou por um longo percurso, intercultural e plurilinguístico, até sua publicação na edição das *Vitae Itineraque Collectorum Botanicorum* (Vidas e itinerários dos botânicos coletores).

Grande parte dos topônimos descritos na viagem da Missão Austro-Alemã de 1818 são referentes aos caminhos e entradas da Estrada Real, abertos em época colonial, entre São Paulo, Minas Gerais, Goiás, chegando os naturalistas neste ano até à Bahia. Os naturalistas

de então atravessavam estas distâncias com tropas de animais de carga, sobretudo mulas. Após a expedição de Martius e Spix, diversos outros naturalistas realizaram semelhantes trajetos, assim, como o fez Langsdorff em sua expedição em 1824.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Susana. Hegel y Darwin: historia, evolución, y el lugar de América. **Enfoques**, v. XXV, n. 2, p. 93-109, primavera de 2013.

BARRETO, Célia de Barros et al. **O Brasil monárquico, tomo II: o processo de emancipação**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CARVALHO, Francisco de Assis. **Entre a palavra e o chão: memória toponímica da Estrada Real**. 2012. 535f. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Linguística. Universidade de São Paulo, São Paulo. 2012.

CRIA, Flora Brasiliensis. São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://florabrasiliensis.cria.org.br/>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

DIENER, Pablo. Martius e as línguas indígenas do Brasil. **Revista Brasileira de Linguística Antropológica**, v. 6, n. 2, p. 353-376, dez. 2014.

DUBOIS, Jean et al. **Dictionnaire de linguistique**. Paris: Larousse, 2002.

FARACO, Carlos Alberto. **História sociopolítica da língua portuguesa**. São Paulo: Parábola, 2016.

FORCELLINI, E. **Totius latinitatis lexicon**. Lipsiae: Sumptibus Ch. E. Hahniani, 1835.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ Projeto nomes geográficos do Estado do Paraná “Toponímia passo a passo”. Curitiba, 2008. Disponível em: <http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/Produtos_DGEO/PNGPR/PNGPR_DocumentoReferencial.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2016.

GUIMARÃES, M. L. S. História e natureza em von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, vol. VII, n.2, 389-410, jul./out. 2000.

MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. **Flora brasiliensis – volumen I, pars I**. Monachii: 1840-1846.

_____. Como se deve escrever a história do Brasil. **Revista Trimensal de História e Geographia do IGHB**, vol. 6, n 24, p.381-403, jan. 1845.

GENERAL CHARTE von Südamerika of Martius and Spix. Disponível em: <<http://www.oldmapsonline.org/map/cuni/1031399>>. Acesso em 20 de dez. 2016.

MORAES, L. R. de & FALCADE, A. The lauraceous collections of Carl Friedrich Philipp von Martius in the Flora Brasiliensis. **Harvard Papers in Botany**, v. 20, n. 2, p. 167-197, dez. 2015.

RIZZINI, Carlos Toledo. **Latim para botânicos. Ensaio sobre o uso do Latim na Botânica**. Bahia: Fundação Gonçalo Muniz, 1955.

ROYAL SOCIETY. Obituary Notices of Fellows Deceased Source. **Proceedings of the Royal Society of London**, v. 18, p. 1-40, 1869 – 1870.

ROSENTHAL, Erwin Theodor. Apresentação. In: MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. **Frei Apolônio**: um romance do Brasil. Trad. Erwin Theodor Rosenthal. São Paulo: Brasiliense, 1992. Apres., p. 5-33.

SARAIVA, F. R. dos Santos. **Novíssimo dicionário latino-português**. Rio de Janeiro: Garnier, 2000.

SEVERO, C. G. A diversidade linguística como questão de governo. **Calidoscópico**, v. 11, n. 2, p. 107-115, mai/ago 2013.

SPIX & MARTIUS. **Viagem ao Brasil**. Trad, Lúcia Furquim Lahmeyer. São Paulo: Edusp, 1981.

URBAN, I. 1906. Vitae itineraque collectorum botanicorum, Notae collaboratorum biographicae. In: MARTIUS, C.F.P von et al. **Flora Brasiliensis ratio edendi chronologica, Systema, Index Familiarum**. München e Leipzig: R. Oldenbourg, 1906, p. 1-268.

TOPÔNIMOS LATINIZADOS NA FLORA BRASILIENSIS: O ANO DE 1819 DA MISSÃO AUSTROALEMÃ NO BRASIL¹

1. KALTNER, L. F. Topônimos latinizados na Flora Brasiliensis: o ano de 1819 da missão austro-alemã ao Brasil. *CADERNOS DO CNLF (CIFEFIL)*, v. XXII, p. 843-854, 2018.

RESUMO: Uma das abordagens possíveis na análise filológica, e na descrição linguística, do uso do latim científico, nas obras dos naturalistas do século XIX, que percorreram o território do Brasil, ocorre pela observação do registro de topônimos brasileiros descritos em latim. Será analisada a obra *Flora Brasiliensis*, que registra os topônimos dos locais visitados pelos naturalistas Carl F. P. von Martius e Johann Baptist von Spix, durante sua estadia no Brasil no ano de 1819. O texto original, escrito em latim científico, será traduzido e analisado quanto à adaptação dos nomes ao latim científico. Ademais, para a descrição linguística serão debatidas questões relativas à ecolinguística, da interação entre língua, povo e território, e como os estudos de toponímia se contextualizam nesta perspectiva linguística.

PALAVRAS-CHAVE: Latim científico. Brasil oitocentista. línguas indígenas. História das ideias linguísticas.

1 | INTRODUÇÃO

As obras escritas por Carl F. P. von Martius (1794-1868) constituem um capítulo das histórias das ideias linguísticas no Brasil oitocentista, sendo sua principal publicação nesta área o dicionário de línguas indígenas da época do Império no Brasil intitulado: *Glossaria linguarum brasiliensium* (Glossários das línguas brasileiras), publicado em 1863. A fim de se compreender o contexto de produção desta obra, convém analisarmos os relatos da missão austro-alemã, da qual Carl F. P. von Martius tomou parte, entre os anos de 1817 e 1820, percorrendo o território brasileiro, em momento diretamente anterior à Independência.

Da viagem do naturalista bávaro ao Brasil, restaram diversos relatos e obras publicadas ao longo de sua carreira, desenvolvida, sobretudo, na Universidade de Munique, em que atuou como docente na área de Botânica. Sua contribuição às ideias linguísticas referencia-se principalmente à Etnolinguística, ao estudo de línguas indígenas brasileiras e à descrição do Brasil oitocentista.

Suas obras, como cientista do século XIX, foram publicadas em alemão, latim científico e português. Analisamos no presente artigo aspectos relacionados ao contexto de sua pesquisa científica no Brasil oitocentista,

desde um breve relato em alemão da *Reise in Brasilien* sobre o preparo para a viagem ao Brasil, em seguida a descrição dos topônimos dos lugares visitados pelo naturalista em 1819, e, por fim, um excerto de sua biografia, publicado na *Flora Brasiliensis*.

Nosso objetivo, com o texto, é contribuir para uma descrição do contexto da produção científica de Carl F. P. von Martius e buscar analisar o desenvolvimento de sua pesquisa, para assim, podermos compreender e analisar melhor o processo histórico e cultural em que foi produzida sua obra sobre línguas indígenas. Por fim, apresentamos breves considerações sobre a questão dos estudos históricos e filológicos de toponímia no Brasil oitocentista.

2 | AS IDEIAS LINGUÍSTICAS NO SÉCULO XIX

O século XIX foi um período de desenvolvimento de ideias linguísticas no campo da filologia e do método histórico-comparativo, estimulado, sobretudo, pelo estudo do sânscrito, com Franz Bopp. Ao mesmo tempo, os estudos de Jakob Grimm e Wilhelm von Humboldt com línguas germânicas e Friedrich Diez com línguas românicas (BASSETTO, 2013, p. 31 a 33), abriam novas possibilidades para a descrição de línguas, e as obras de etnolinguística de Carl Friedrich Philipp von Martius podem ser analisadas sob esse prisma de desenvolvimento científico e histórico. Além de se analisar as redes de conhecimento em que o naturalista bávaro estava envolvido em sua formação e as obras publicadas sobre o Brasil oitocentista, podemos também analisar a recepção de suas obras na época, com o desenvolvimento de uma intelectualidade no Segundo Reinado, durante a era de D. Pedro II, em que se desenvolveram pesquisas no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1838.

Enquanto naturalista, as observações e a viagem de Carl F. P. von Martius ao Brasil estiveram vinculadas e tiveram como modelo a viagem de Alexander von Humboldt às Américas, que o antecedeu, e da obra *Kosmos*, síntese do pensamento científico da época. O interesse de D. Pedro II pelas ciências e artes foi notadamente influenciado por este contexto científico, estando, de certa forma, as obras de Carl F. P. von Martius como referência para a intelectualidade que se constituía no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, principal instituição de fomento ao conhecimento científico no Brasil oitocentista.

No texto a seguir, Carl F. P. von Martius narra em seu diário de viagem ao Brasil, a obra *Reise in Brasilien*, parte dos preparativos que antecederam a viagem de fragata de Trieste ao Rio de Janeiro em 1817. O naturalista bávaro descreve uma observação feita ainda em solo do Império Austríaco e a ida ao porto, em que as fragatas estariam ancoradas, sendo este excerto um exemplo de como se daria a expedição ao Brasil e as técnicas de descrição e observação científicas da época.

A missão científica e artística austro-alemã acompanharia o séquito de D. Leopoldina de Habsburgo, arquiduquesa da Áustria, que viria ao Brasil casar-se com o príncipe-regente

D. Pedro de Alcântara, futuro imperador D. Pedro I, que declararia a independência do Brasil em 1822. A viagem de Carl F. P. von Martius ocorre em 1817, ainda no contexto dos reflexos do Congresso de Viena em 1815, após a derrota das forças napoleônicas. A guerra contra Napoleão forçara a transferência da corte portuguesa ao Brasil em 1808.

O texto ilustra como era o procedimento de observação da natureza pelos cientistas da época, que se guiavam de forma empírica, e como suas observações eram descritas de forma interdisciplinar, entre as ciências naturais e as ciências sociais, com uma visão holística dos fenômenos naturais e das experiências vividas. Esse modelo de observação da natureza e da sociedade de forma integrada será aplicado pelos cientistas em sua viagem ao Brasil, que no excerto apresentado ainda está se iniciando, com sua chegada ao porto de que partiriam.

3 | TEXTO REISE IN BRASILIEN (1823, P. 9-10): PREPARATIVOS PARA A VIAGEM AO BRASIL E CHEGADA ATÉ AS FRAGATAS

Von Laibach, dem Wohnorte des ehrwürdigen, noch immer von Liebe für das Naturstudium beseelten Greises, Freih. v. ZOYS, der eine treffliche Sammlung vaterländischer Mineralien besitzt, schlugen wir daher den Weg nach Idria, zwei Posten seitwärts von der Strasse zu legen, ein. Der Weg führt nach vielen Windungen in den ausserordentlich tiefen Thalgrund hinab, worin das Städtchen liegt. Wir brachten hier einige Tage mit der Untersuchung jener lehrreichen Formation des quecksilberhaltigen Schieferthons, welcher ein mächtiges Lager im dichten Kalkstein bildet, der reichen Lebererze, besonders des Corallenerzes, welches versteinerten Bivalven ähnliche, concentrisch-schalenartige, rundliche Parthien darstellt, und endlich der ausgedehnten Hüttenwerke zu, welche während vieler Decennien jährlich dreitausend Centner Quecksilber geliefert haben. Von hier in die Strasse zurücklenkend, besichtigten wir bei Adelsberg die im Höhlenkalk bestehenden Grotte, in welchen nicht nur lose Schädel und andere Knochen von Menschen nebst Rosenkränzen, sondern auch mit dem Kalkstein verwachsene Reste von Tapirartigen Thieren gefunden wurden. Gerne hätten wir auch den benachbarten, durch sein Zu- und Abnehmen berühmten Zircknitzer See besucht; der Zweck unserer Reise forderte aber Eile, und wir brachen sogleich auf, nach dem wir durch einen glücklichen Zufall achtzehn Exemplare des hier vorkommenden Proteus anguinus lebendig erhalten hatten. Da es immer noch nicht ganz ausgemacht ist, ob dieses, seine Structur nach zwischen Eidechsen und Fischen in der Mitte stehende, Thier eine Larve oder ein schon vollkommen entwickeltes Geschöpf sey, so wurde die Hälfte der erhaltenen Stücke lebendig in die heisse Zone mit genommen, um wo möglich durch die grössere Wärme ihre Metamorphose zu begünstigen; die andere Hälfte schickten wir an die k. Akademie nach München ab, um damit die gehörigen Untersuchungen machen zu können. Die Strasse führte uns über die Abdachung der julischen Kalkalpen,

auf welcher viele, Muschelversteinerung enenthaltende Felsenblöcke zerstreut liegen, nach der schönen Hafenstadt Triest hinab, wo wir am 10. März anlangten. Von der Höhe des Karstes bei Obczina breitete sich der adriatische Golf, zwischen der italienischen und istrischen Küste, majestätisch vor uns aus, und wir erblickten die beiden österreichischen Fregatten, aus den übrigen Masten hervorragend, zur Abreise bereit, vor Anker liegen.

4 | TRADUÇÃO

De Ljubljana (*Laibach*), o local de residência do venerável Freih. v. ZOYS, um ancião, ainda inspirado pelo amor aos estudos da natureza, que possui uma excelente coleção de minerais nativos, nós, em seguida, seguimos o caminho para Ídria, dois postos ao lado da estrada. O caminho guia-nos, depois de muitas descidas, para o extraordinariamente profundo *Thalgrund*, lugar em que a cidade está localizada. Aqui nós gastamos alguns dias examinando a formação instrutiva do xisto contendo mercúrio, que apresenta uma camada poderosa no calcário denso, o rico minério cinabarita *Lebererz*, especialmente o minério em forma de coral (*Corallenerz*), similar a moluscos bivalves fossilizados, concentrado e lamelar, com partes arredondadas; e observamos finalmente os extensivos trabalhos metalúrgicos que têm fornecido, durante décadas, anualmente 3.000 quintais de mercúrio. Daqui, de volta à estrada, nós visitamos, em Adelsberg, a gruta existente na caverna calcária, na qual foram encontrados não só crânios soltos e outros ossos de humanos com rosários, mas também restos de animais similares à anta (*Tapiroidea*) cobertos com calcário. Nós gostaríamos também de ter visitado o lago vizinho, o conhecido *Zircknitzer See*, por causa de seu fluxo e refluxo de maré, mas o objetivo de nossa viagem exigiu-nos pressa, e nós saímos imediatamente após, depois, por uma coincidência de sorte, capturamos dezoito espécimes de *Proteu sanguinus*, encontrados aqui vivos. Como ainda não está totalmente elucidado se este animal, cuja estrutura está no meio, entre lagartos e peixes, é uma larva ou já uma criatura completamente desenvolvida, metade das peças preservadas foram levadas à zona quente vivas, para onde, quando possível, por um grande calor, desenvolva-se a sua metamorfose, a outra metade nós enviamos para a Academia Real em Munique, a fim de que se realizem as investigações apropriadas. A estrada levou-nos abaixo da encosta dos Alpes Julianos calcários, na qual se espalham muitos blocos de rochas contendo fósseis de conchas, até a bela cidade portuária de Trieste, onde chegamos em 10 de março de 1817. Do alto do Karst em Obczina, o golfo do Adriático, situa-se majestosamente diante de nós, entre as costas italianas e da Ístria, e ali avistamos as duas fragatas austríacas, destacando-se eminentemente entre outros mastros, prontas para partir ancoradas.

5 | A DESCRIÇÃO DE TOPÔNIMOS BRASILEIROS EM 1819

No século XIX, os estudos de Geografia Linguística se desenvolvem, no intuito de se evidenciar e analisar a existência de fronteiras e limites culturais para o desenvolvimento e expansão das comunidades linguísticas e de suas línguas. Neste aspecto, cumpre salientar que os estudos de toponímia, de mudanças e transformações de nomes de lugares, como parte da Onomástica, e da Onomasiologia (*Wörterund Sachen*) foram importantes para determinar os vetores de identidade das comunidades linguísticas em relação ao território, ao povo e às línguas que usavam. O tripé língua, povo e território é a base de análise ecolinguística do ecossistema linguístico que constitui uma determinada comunidade linguística (COUTO, 2007, p. 89 e seguintes).

Uma das possibilidades de descrição de comunidades linguísticas seria o registro de topônimos utilizados em caminhos e lugares relativos àquela comunidade. Carl F. P. von Martius registrou os topônimos de sua expedição científica pelo Brasil, entre os anos de 1817 e 1820. Apresentamos o relato dos topônimos de 1819, registrados em latim na obra *Flora Brasiliensis*, este relato foi escrito por Ignaz Urban, terceiro editor da obra. Em estudos anteriores, já analisamos o registro de topônimos brasileiros nos anos de 1817 e 1818. No ano de 1819, Carl F. P. von Martius segue um itinerário que passa pelas regiões Nordeste e Norte do Brasil e registra seu itinerário, que na região Sul e Sudeste ainda hoje é conhecido como Estrada Real.

6 | TEXTO *FLORA BRASILIENSIS* (1906, P. 60) TOPÔNIMOS EITINERÁRIO DE 1819

1819. *S. Pedro de Alcantara (usque 6.1.), Faz. Memoam, Ponta do Ramos, Serra Grande, Faz. Tejuipe, Villa do Rio de Contas, Marahú, Barcellos, Villa de Camamú, Rio Acarahy, navi ultra Ilha das Flores (do Chiqueiro), Rio Jaguaripe ad Bahia (usque 18. II.), Villa de Cachoeira (usque 27. II.), Morro de Capoeiraçú, Feira da Conceição, Arr. da Feira de S. Anna, Arr. de S. José, Faz. Formigas, S. Barbara, Gravatá, Faz. Umbauva, Genipapo, Faz. Patos, Coité (4. III.), Imbuzeiro, Faz. do Rio do Peixe, Serro do Rio do Peixe, S. Antonio das Queimadas, Faz. Rodeador, Bebedor, Faz. Olho d’Agoa, Serra de Tiuba, Faz. Tapera, Faz. Boa Vista, Villa Nova da Rainha (Jacobina Nova), Faz. Joá, Pouzo, Faz. Coche d’Agoa, Serra de Tiuba, Faz. Morro, Pindova, Pilar, Caraiba, Siloira, Mundo Novo, Pedra Vermelha, Faz. de S. Gonzalo, Caldeiroës, Arr. do Monte Santo, Riacho Bemdego, Faz. Anastasio, Faz. Mocó, Faz. Pedra Branca, retro ad Rainha (25. III.), Serra do Gado Bravo, Riachincho, Serra da Incruziada, Carnaibas, Joazeiro (plures hebdomades), Ilha do Fogo, Rio do Salitre, Faz. Aldea, Salinas de Suruá, civit. Pernambuco Melanzias, Campos Mimosos, Terra Nova, Faz. do Bom Jardim, Faz. Amargosa, Cruz de Valerio, Marí, Anjical, Faz. de S. Antonio, Alegre, Anjico, Faz. Capoculo, Faz. das Barreiras, Boqueirão, Serra dos dois Irmaos, civit. Piauhy Faz. da Serra Branca, Faz. Cachoeira, Campos de S. Isabella,*

Faz. Poçoês de Cima, Faz. do Bom Jardim, Rio Canindé, Faz. Poçoês de baixo, Faz. Campo Grande, Serra Imperiatal, Faz. Castello, Faz. Brejo, Faz. Ilha, Oeiras (3.–10. V.), Olho d’Agoa, Inhuma, Faz. Gamelleira, Mocambo, Serra de S. Gonçalo (15. V.), S. Gonçalo d’Amarante, Coité, Faz. Burití, Faz. S. Pedro, Faz. Todos os Santos, Faz. Sobradinho, trans Rio Parnahyba in civit. Maranhão, Faz. Sucuriuh, Cachias (usque 3. VI.), dein in navi in Rio Itapucurú ad S. Luiz do Maranhão, Villa de Alcantara, Porto de Tupupahy. Inde 20. VII. navi in civit. Pará abiit, 25. VII. in urbem Pará (Santa Maria de Belem do Grão Para) advenit et domicilium in praedio Rossinhapropé Pará elegit, itinera in Ilha das Onças, Engenho do Faria, Rio Guamá, S. Domingos. Abiit e Pará 21. VIII. navi in fluvio Amazonas ad Engenho de Jacuarary, Rio Mojú, Rio Jacary, Igarapé-mirim, Ilha Pautinga, Engenho do Padre Prestana, Furo do Japim (do Cruzá), Breves in isla Marajó (usque 3. IX.), Rio dos Macacos, Rio Jaburú, S. Antonio de Gurupá, Porto de Móz, Isla Aquiqui, Rio Uruará, 16. IX. in Rio Amazonas, Santarem (Tapajóz 18.–23. IX.), Faz. Cavalcante, Obidos, Maracau-açu Tapera, civit. Alto Amazonas (S. José do Rio Negro), Parentim, Villa nova da Rainha (Topinambarana), Cararau-açú, Serpa (12. X.), Furo de Arauató, Manãos (Barra do Rio Negro, 22. X.), itinera ad Coari, ad Praya do Catalão, Caldeirão, Manaçary (Manacarú). E Manãos navi in Rio Amazonas (Solimões) ad Manacapurú, Praya de Pratarý, Praya de Gojaratuva, Lago Anury, Praya das Onças, Praya do Juruparí, Lago de Coari (16. XI), Alvellos (Coari), Praya dos Sorubims, Uaratapera, Rib. Catuá, Rio Teffé, Ega (Teffé, 25. XI), iter ad Nogueira (Paranari). Ab Ega 12. XII. navi in Rio Japura ad S. Antonio de Maripy, Lagoa Marahá, S. João do Principe.

7 | TRADUÇÃO

1819. S. Pedro de Alcantara (até 6.1), Faz. Memoam, Ponta do Ramos, Serra Grande, Faz. Tejuipe, Villa do Rio de Contas, Marahú, Barcellos, Villa de Camamú, Rio Acarahy, mais adiante de navio, Ilha das Flores (do Chiqueiro), Rio Jaguaripe até a Bahia (até 18.02), Villa de Cachoeira (até 27.02), Morro de Capoeiraçú, Feira da Conceição, Arr. da Feira de S. Anna, Arr. de S. José, Faz. Formigas, S. Barbara, Gravatá, Faz. Umbauva, Genipapo, Faz. Patos, Coité (04.03), Imbuzeiro, Faz. do Rio do Peixe, Serro do Rio do Peixe, S. Antonio das Queimadas, Faz. Rodeador, Bebedor, Faz. Olho d’Água, Serra de Tiuba, Faz. Tapera, Faz. Boa Vista, Villa Nova da Rainha (Jacobina Nova), Faz. Joá, Pouzo, Faz. Coche d’Água, Serra de Tiuba, Faz. Morro, Pindova, Pilar, Caraiba, Siloira, Mundo Novo, Pedra Vermelha, Faz. de S. Gonzalo, Caldeirões, Arr. do Monte Santo, Riacho Bemdego, Faz. Anastasio, Faz. Mocó, Faz. Pedra Branca, de volta até Rainha (25.03), Serra do Gado Bravo, Riachincho, Serra da Incruziada, Carnaibas, Joazeiro (por algumas semanas), Ilha do Fogo, Rio do Salitre, Faz. Aldea, Salinas de Suruá, na província de Pernambuco Melanzias, Campos Mimosos, Terra Nova, Faz. do Bom Jardim, Faz. Amargosa, Cruz de Valerio, Marí, Anjical, Faz. de S. Antonio, Alegre, Anjico, Faz. Capoculo, Faz. das Barreiras,

Boqueirão, Serra dos dois Irmãos, na província do Piauí Faz. da Serra Branca, Faz. Cachoeira, Campos de S. Isabella, Faz. Poções de Cima, Faz. do Bom Jardim, Rio Canindé, Faz. Poções de baixo, Faz. Campo Grande, Serra Imperial, Faz. Castello, Faz. Brejo, Faz. Ilha, Oeiras (3 a 10.05), Olho d'Água, Inhuma, Faz. Gamelleira, Mocambo, Serra de S. Gonçalo (15.05), S. Gonçalo d'Amarante, Coité, Faz. Burití, Faz. S. Pedro, Faz. Todos os Santos, Faz. Sobradinho, através do Rio Parnaíba na província do Maranhão, Faz. Sucuriuh, Cachias (até 03.06), a partir daí de navio no Rio Itapucurú até S. Luiz do Maranhão, Villa de Alcantara, Porto de Tupupahy. Daí, Carl F. P. von Martius partiu, no dia 20.07 de navio, para a província do Pará, em 25.07 chegou à na província do Pará (Santa Maria de Belém do Grão-Pará) e se estabeleceu em uma típica residência, chamada Rocinha, próxima ao Pará; caminhos para Ilha das Onças, Engenho do Faria, Rio Guamá, S. Domingos. Saiu do Pará em 21.08 de navio no rio Amazonas em direção ao Engenho de Jacuarary, Rio Mojú, Rio Jacary, Igarapé-mirim, Ilha Pautinga, Engenho do Padre Prestana, Furo do Japim (do Cruzá), Breves na ilha de Marajó (até 03.09), Rio dos Macacos, Rio Jaburú, S. Antonio de Gurupá, Porto de Móz, Ilha de Aquiqui, Rio Uruará, 16.09, no Rio Amazonas, Santarém (Tapajóz de 18 a 23.09), Faz. Cavalcante, Óbidos, Maracau-açu Tapera, na província do Alto Amazonas (S. José do Rio Negro), Parentim, Villa nova da Rainha (Topinambarana), Cararau-açu, Serpa (12.10), Furo de Arauató, Manaus (Barra do Rio Negro, 22.10), caminhos em direção a Coari, a Praia do Catalão, Caldeirão, Manaçary (Manacarú). De Manaus de navio para o Rio Amazonas (Solimões) até Manacapurú, Praia de Prataray, Praia de Gojataruva, Lago Anury, Praia das Onças, Praia do Juruparí, Lago de Coari (16.11), Alvellos (Coarí), Praia dos Sorubims, Uaratapera, Rib. Catuá, Rio Teffé, Ega (Teffé, 25.11), caminho em direção a Nogueira (Paranarí). De Ega 12.12, de navio, em direção ao Rio Japura até S. Antonio de Maripy, Lagoa Marahá, S. João do Príncipe.

No ano de 1819, em que Carl F. P. von Martius caminhou pela região Norte do Brasil, descreveu o contato com povos indígenas e teve a possibilidade de registrar e analisar as comunidades linguísticas, a que teve acesso, e as línguas indígenas da época, sobretudo a partir de registros lexicais. Inicia-se, então sua pesquisa etnolinguística sobre as línguas indígenas brasileiras que redundaria na edição dos *Glossaria linguarum brasiliensium* de 1863, um registro sintético do estado das línguas indígenas no Brasil, no Segundo Reinado.

Vejamos, por fim, um excerto da biografia de Carl F. P. von Martius, editado na obra *Flora Brasiliensis*, este relato foi escrito por Ignaz Urban que destaca as suas publicações acadêmicas, e acentua o interesse e as pesquisas do naturalista bávaro sobre as línguas indígenas do Brasil.

8 | TEXTO BIOGRAFIA DE MARTIUS FLORA BRASILIENSIS, 1906, P. 56-57

Studia primaria ad hortum (1814) et floram (1817) Erlangensem spectant. Itinere Brasiliensi absoluto praesertim collectionibus inde reportatis elaborandis se tradidit et Nova genera et species plantarum, quas in itinere per Brasiliam collegit et descripsit 3 vol. 1824–32, Specimen materiae medicae brasiliensis 1824, Icones plantarum cryptogamicarum 1828–34, Flora brasiliensis 1829–33, Die Eriocaulen 1833, Herbarium Florae brasiliensis 1837–40 (cf. Flora Ratisb. vol. XX pars II. 1837. Beibl. p. 1–128, pro parte in linguam Anglicam translata in Hook. Journ. of Bot. IV. 1842, p. 1–37), Beiträge zur Kenntnis der Gattung Erythroxyton 1840, Systema materiae medicae vegetabilis brasiliensis 1843, Versuch eines Commentars über die Pflanzen in den Werken von MARCGRAV und Piso über Brasilien 1853 et opuscula numerosa minora publici juris fecit; praeterea de nominibus plantarum (1858) et animalium (1860) linguae Tupicae disseruit et Glossaria linguarum brasiliensium 1863 edidit. Valde aestimata sunt opera splendida: Historia naturalis Palmarum 1823–50 et Palmetum Orbignyianum 1847. Ingenii universalis testimonium dant ideoque optimo jure laudantur orationes de speculatoribus naturae mortuis in academia Monacensi habitae. Nil dicam de opere botanico omnium gentium atque temporum maximo, de Flora brasiliensi, quam cl. MARTIUS cum STEPHANO ENDLICHER 1840 sub auspiciis FERDINANDI I. Austriae imperatoris et LUDOVICI I. Bavariae Regis condidit, postea benevole a PETRO II. Brasiliae imperatore faustus atque populi Brasiliensis liberalitate quam maxime sublevatus solus edidit et usque ad fasciculum XLVI. produxit.

9 | TRADUÇÃO

Observam-se estudos primários de Carl F. P. von Martius junto ao horto (1814) e à flora (1817) de Erlangen. Concluído o itinerário no Brasil, sobretudo, Martius entregou-se a organizar as coleções trazidas de lá e as obras *Nova genera et specie splantarum, quas in itinere per Brasiliam collegit et descripsit* (Novos gêneros e espécies de plantar, que Carl F. P. von Martius coligiu e descreveu em seu itinerário através do Brasil), em três volumes, publicados entre 1824 e 1832, a obra *Specimen materiae medicae brasiliensis* (Espécime de matéria médica brasileira) de 1824, a obra *Icones plantarum cryptogamicarum* (Ícones de plantas criptogâmicas) entre 1828 e 1834, *Flora brasiliensis* (Flora brasileira) de 1829 a 1833, a obra *Die Eriocaulen* (Os eriocaulos) 1833, a obra *Herbarium Florae brasiliensis* (Herbário da flora brasileira) entre 1837 e 40 (cf. *Flora Ratisb.* vol. XX pars II. 1837. Beibl. p. 1-128, traduzida em parte para a língua inglesa em Hook. *Journ. of Bot.* IV. 1842, p. 1-37), a obra *Beiträge zur Kenntnis der Gattung Erythroxyton* (Contribuições ao conhecimento do gênero *Erythroxyton*) em 1840, *Systema materiae medicae vegetabilis brasiliensis* (Sistema de matéria médica vegetal brasileira) em 1843, *Versucheines Commentars über die Pflanzen in den Werken von MARCGRAV und Piso über Brasilien* (Tentativa de

comentários sobre as plantas nos trabalhos de MARCGRAV e Piso sobre Brasil) em 1853, e escreveu numerosos opúsculos menores de direito público, além disso dissertou sobre os nomes das plantas (1858) e de animais (1860) na língua Tupi e editou em 1863 a obra *Glossaria linguarum brasiliensium* (Glossários de línguas brasileiras). Muito estimadas são as obras esplêndidas: *Historia naturalis Palmarum* (História natural das palmeiras), de 1823 a 50 e *Palmetum Orbignyanaum*, de 1847. Dão testemunho de seu engenho universal, e por isso são louvados, com toda a justiça, seus discursos proferidos na Academia de Munique sobre os investigadores da natureza já falecidos. Nada mais direi sobre a maior obra botânica de todos os povos e tempos, a *Flora brasiliensis*, sobre a flora brasileira, a qual o ilustríssimo Carl von Martius com Estevão Endlicher em 1840 redigiu sob os auspícios de Fernando I, imperador da Áustria, e Ludovico I, rei da Baviera, e em seguida, benevolmente favorecido por D. Pedro II, imperador do Brasil e pela liberalidade do povo brasileiro, editou sozinho, auxiliado da melhor maneira, e produziu até o fascículo 46.

Note-se que as pesquisas de Carl F. P. von Martius sobre línguas indígenas estavam relacionadas ao estudo da flora e da fauna, sobretudo em relação à onomástica tradicional indígena. Esse trabalho multidisciplinar do naturalista bávaro no Brasil oitocentista o coloca como um dos acadêmicos que participaram da história das ideias linguísticas no Brasil, principalmente como fomentador e fonte dos estudos do proto-tupi da época. Sua obra *Glossaria linguarum brasiliensium* é um dos capítulos da historiografia da linguística brasileira, sendo uma obra relevante para a questão da identidade multicultural do Brasil na época do Segundo Reinado.

Além de Carl F. P. von Martius diversos outros naturalistas circularam pelo Brasil, após a abertura dos portos às nações amigas em 1808. Ainda que nem todos os naturalistas tenham se ocupado diretamente da etnolinguística, é interessante buscar analisar suas obras sob o viés da história das ideias linguísticas, a fim de que se evidencie como a questão das línguas indígenas brasileiras eram abordadas por instituições europeias da época.

No Brasil oitocentista, as ideias linguísticas circulavam em instituições e círculos intelectuais não só em busca de formação do idioma nacional, mas também em relação ao estudo e análise das línguas indígenas como patrimônio social comum à brasilidade. Com o nome de línguas brasileiras, as línguas indígenas no Brasil do século XIX foram ressignificadas como um componente cultural que registra a origem multicultural e multiétnica da sociedade, incipiente que surgia no período posterior à Independência em 1822.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Susana. Hegel y Darwin: historia, evolución, y el lugar de América. *Enfoques*, v. XXV, n. 2, p. 93-109, primavera de 2013.
- BARRETO, Célia de Barros et al. *O Brasil monárquico, tomo II: o processo de emancipação*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- BASSETTO, Bruno Fregni. *Elementos de Filologia Românica v. 1*. São Paulo: Edusp, 2013.
- COUTO, Hildo Honório. *Ecolinguística. Estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Thesaurus, 2007.
- CRIA, *Flora Brasiliensis*. São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://florabrasiliensis.cria.org.br/>>. Acesso em: 20 dez. 2016.
- DIENER, Pablo. Martius e as línguas indígenas do Brasil. In: *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*, v. 6, n. 2, p. 353-376, dez. 2014.
- DUBOIS, Jean et al. *Dictionnaire de linguistique*. Paris: Larousse, 2002.
- FARACO, Carlos Alberto. *História sociopolítica da língua portuguesa*. São Paulo: Parábola, 2016.
- FORCELLINI, E. *Totius latinitatis lexicon*. Lipsiae: Sumptibus Ch. E. Hahniani, 1835.
- GUIMARÃES, M. L. S. História e natureza em von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação. In: *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, vol. VII, n.2, 389-410, jul./out. 2000.
- MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Flora brasiliensis – volumen I, pars I*. Monachii: 1840-1846.
- _____. Como se deve escrever a história do Brasil. In: *Revista Trimensal de História e Geographia do IGHB*, vol. 6, n 24, p.381-403, jan. 1845.
- RIZZINI, Carlos Toledo. *Latim para botânicos. Ensaio sobre o uso do Latim na Botânica*. Bahia: Fundação Gonçalo Muniz, 1955.
- ROSENTHAL, Erwin Theodor. Apresentação. In: MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Frei Apolônio: um romance do Brasil*. Trad. Erwin Theodor Rosenthal. São Paulo: Brasiliense, 1992. Apres., p. 5-33.
- SARAIVA, F. R. dos Santos. *Novíssimo dicionário latino-português*. Rio de Janeiro: Garnier, 2000.
- SPIX & MARTIUS. *Viagem ao Brasil*. Trad, Lúcia Furquim Lahmeyer. São Paulo: Edusp, 1981.
- URBAN, I. 1906. Vitae itineraque collectorum botanicorum, Notae collaboratorum biographicae. In: MARTIUS, C.F.P von et al. *Flora Brasiliensis ratio edendi chronologica, Systema, Index Familiarum*. München e Leipzig: R. Oldenbourg, 1906, p. 1-268.

O PENSAMENTO LINGUÍSTICO DE CARL FR. PH. VON MARTIUS (1794-1868) E O IDIOMA NACIONAL NO BRASIL OITOCENTISTA¹

1. Publicado inicialmente em: KALTNER, L. F. O pensamento linguístico de Carl Fr. Ph. von Martius (1794-1868) e o idioma nacional no Brasil oitocentista. REVISTA PHILOLOGUS, v. 75, p. 2256-2266, 2020

RESUMO: Carl Fr. Ph. von Martius (1794-1868) registrou, como filólogo, em suas diversas obras, a diversidade linguística no Brasil oitocentista, sobretudo em relação às línguas indígenas em contato com o idioma nacional, destacando-se os *Glossaria Linguarum Brasiliensium* (1863), obra plurilíngue, publicada em português, alemão, latim sobre línguas indígenas no Brasil. Em relato biográfico, escrito por Ignaz Urban em latim científico, há o registro dos topônimos brasileiros referentes aos pontos de visita e de estadia de Carl Fr. Ph. von Martius no Brasil. Analisaremos, em nossa apresentação, o relato do ano de 1820 de sua expedição que percorreu o Brasil, quando visitou a região Norte do Brasil, evidenciando os topônimos de língua portuguesa que foram latinizados pelo naturalista alemão, na obra *Flora Brasiliensis* (1904). Por fim, debateremos o pensamento linguístico de Carl Fr. Ph. von Martius, à luz da Historiografia Linguística, a partir do princípio teórico de contextualização, como modelo proposto por Konrad Koerner, buscando evidenciar as influências de Martius nos círculos acadêmicos oitocentistas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838.

PALAVRAS-CHAVE: Filologia, Estudos Culturais, Historiografia Linguística, Carl Fr. Ph. von Martius.

ABSTRACT: Carl Fr. Ph. von Martius (1794-1868) recorded as a philologist in his works the linguistic diversity in nineteenth-century Brazil, especially in relation to indigenous languages in contact with the national language. He wrote the *Glossaria Linguarum Brasiliensium* (1863), a plurilingual work, published in Portuguese, German, Latin on indigenous languages in Brazil. In a biographical account, written by Ignaz Urban in scientific Latin, there is a record of Brazilian toponyms referring to Carl Fr. Ph. Von Martius' points of visit and stay in Brazil. I will analyze, in my paper, the 1820 account of his expedition that toured Brazil, when he visited the northern region of Brazil, the Amazon, highlighting the Portuguese-speaking toponyms that were Latinized by the German naturalist in *Flora Brasiliensis* (1904). Finally, I will discuss the linguistic thought of Carl Fr. Ph. Von Martius, in the light of Linguistic Historiography, based on the theoretical principle of contextualization, as proposed by Konrad Koerner (1996), seeking to highlight the influences of Martius in the nineteenth century academic circles of the Historical and Geographic Institute of Brazil (IHGB), founded in 1838.

KEYWORDS: Philology, Cultural Studies, Linguistic Historiography, Carl Fr. Ph. Von Martius.

1 | INTRODUÇÃO: OS PRINCÍPIOS TEÓRICOS DE KONRAD KOERNER PARA A HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA

Os principais modelos teóricos para a Historiografia Linguística (HL) são as obras de Pierre Swiggers e de Konrad Koerner, enquanto o campo teórico da História das Ideias Linguísticas (HIL) tem seu apoio no pensamento linguístico de Sylvain Auroux. No presente artigo, nos valem do modelo teórico proposto por Konrad Koerner para a descrição e análise do pensamento linguístico de Carl Friedrich Phillip von Martius (1794-1868), que legou à posteridade obras filológicas sobre as línguas indígenas no Brasil, sendo a mais representativa o conjunto intitulado *Glossaria Linguarum Brasiliensium* (Glossários das línguas brasileiras) de 1863. Analisamos a contextualização do pensamento linguístico de Carl von Martius.

Konrad Koerner apresenta os princípios de contextualização, imanência e adequação teórica como modelo de descrição e análise do pensamento linguístico. Os três princípios têm a função de organizar a análise de um determinado texto com reflexões metalinguísticas, o que pode se desenvolver na descrição de metatermos empregados pelo autor analisado. As obras de Carl von Martius sobre o Brasil oitocentista possuem reflexões metalinguísticas, sobre diversos aspectos, das línguas indígenas ao idioma nacional, à formação de linguistas no Brasil oitocentista, dada a formação filológica do autor e sua visão de mundo iluminista, desenvolvida em círculos acadêmicos germânicos oitocentistas, o que é tema central na contextualização de sua obra.

Em artigo publicado em 1996, o filólogo alemão Konrad Koerner elenca três princípios para a análise historiográfica: contextualização, imanência e adequação teórica. Articulados entre si, esses três princípios podem nortear a pesquisa na HL, que objetiva o desenvolvimento de uma narrativa meta-historiográfica para a descrição e análise do pensamento linguístico. Por serem princípios norteadores, não se desenvolvem como conceitos delimitados e servem como orientação para a narrativa meta-historiográfica (KOERNER, 1996; DINIZ & DINIZ, 2017).

O ‘princípio de contextualização’ está relacionado ao conceito de ‘clima intelectual’ (*climate of opinion*), isto é, ao próprio contexto em que determinado texto foi produzido e circulou. O contexto histórico é um dado descrito em perspectiva interdisciplinar, em que elementos como a análise cultural e social se fazem importantes para situar o documento analisado. Informações como o histórico da edição, o lugar e data em que um determinado texto foi transmitido, são dados importantes para contextualizar a obra, assim como se faz necessária na etapa de contextualização uma análise de seu prefácio, sumário e outros elementos de referência. O conceito de autoria é interessante no sentido de se buscar analisar o pensamento linguístico de determinada época.

Já o ‘princípio de imanência’ é a própria interpretação crítica do documento em seu contexto de produção. Dessa forma, o trabalho historiográfico busca aquilatar e evidenciar,

em uma perspectiva hermenêutica, o sentido do texto relacionando-o à sua época. O trabalho historiográfico é muito próximo ao da exegese filológica, no sentido de restaurar a imanência da obra em sua época, averiguando, por exemplo, se determinado texto teve impacto no pensamento linguístico de sua época, se foi uma obra marginal ou como influiu no desenvolvimento científico. O fenômeno a ser observado na HL é sempre o fato linguístico, e o princípio de imanência tem por finalidade a descrição e análise do pensamento linguístico em uma reflexão metalinguística.

Por fim, o princípio de 'adequação teórica' é o trabalho de reconstituição do texto a fim de o tornar compreensível ao leitor contemporâneo. Nesse aspecto, abarca a prática filológica, desde a transcrição, a tradução, a ecdótica, a crítica textual e o processo de reedição, para que o texto se reinsira nos Estudos de Linguagem, como objeto da HL. A adequação teórica também se organiza pela análise de metatermos, estabelecimento de glossários e índices para análise das obras investigadas. O processo de trazer textos históricos com reflexões metalinguísticas ao debate contemporâneo é objetivo da HL, na medida em que a disciplina permite descrever e analisar o pensamento linguístico de épocas diversas, o que nos auxilia a reflexões metalinguísticas sobre a função dos Estudos de Linguagem na época atual, dentro do desenvolvimento da ciência desde a sua origem.

O círculo acadêmico em que se desenvolveu o pensamento linguístico de Carl Friedrich Phillip von Martius é aquele relativo à produção científica do mundo de língua alemã do início a meados do século XIX, época da fundação da Universidade Humboldt de Berlim, das obras de Grimm e dos irmãos Humboldt. O círculo intelectual a que Martius pertencia estava relacionado à Academia de Ciências da Baviera. Ainda que sua formação fosse de médico, com especialidade em botânica, possuía formação filológica e produziu obras no campo das línguas indígenas do Brasil. Consta que possuía vínculos de amizade com Jakob Grimm e Goethe, além de manter contato com círculos intelectuais do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), desde 1838, ano de fundação do instituto. A principal obra com reflexões metalinguísticas de Martius é, certamente, o conjunto de glossários de línguas indígenas reunidos sob o título de *Glossaria Linguarum Brasiliensium* (1863).

2 | REISE IN BRASILIEN, A PARTIDA DE TRIESTE EM 1817: O IMPÉRIO MULTICULTURAL DOS HABSBURGOS

O relato de Carl von Martius, na obra *Reise in Brasilien* (1823), antes de sua partida da Europa para o Brasil, em 1817, é interessante do ponto de vista da contextualização de seu pensamento linguístico, pelo fato de apresentar suas observações e impressões em diversas culturas, o que poderia guiar a sua percepção e observação da sociedade brasileira oitocentista. Tendo embarcado em Trieste, porto do multicultural Império

Austríaco, administrado pelos Habsburgos, o naturalista bávaro relata suas impressões sobre uma sociedade europeia calcada pela diversidade étnica, em que gregos, itálicos, sobretudo venezianos e alemães convivem. Outro fator relevante é notar a importância dos portos para o desenvolvimento do comércio, tendo em vista que relata Trieste como uma das principais áreas de trocas comerciais com as sociedades do Levante, no também chamado oriente próximo.

Essa visão de uma sociedade multicultural, a partir de uma descrição do Império Austríaco, sob os Habsburgos no século XIX, poderia ter influenciado na visão que Martius teria sobre o Brasil, entre 1817 e 1820. Inclusive as relações interculturais estabelecidas entre Brasil, Portugal e Áustria, com o casamento entre D. Leopoldina de Habsburgo e D. Pedro de Alcântara, poderiam ter influenciado também na constituição de uma sociedade multicultural no Brasil oitocentista, o que Martius registraria em outras obras, além da *Reise in Brasilien*. Uma sociedade multicultural só poderia se estabelecer como plurilíngue, e nesse aspecto podemos compreender a motivação que levou Martius a optar pelo metatermo 'línguas brasileiras' ao se referir às línguas que atualmente são classificadas como indígenas.

O Brasil oitocentista tem como principal marco inicial a transferência da corte e a 'abertura dos portos às nações amigas' em 1808, o que insere uma sociedade antes colonial abruptamente em um processo de interações culturais e linguísticas. Além da influência portuguesa e inglesa, devido às navegações e ao cenário político europeu, a chegada de D. Leopoldina de Habsburgo ao Brasil marca o estreitamento de relações entre o Brasil e a Europa, principalmente a de língua alemã, após o Congresso de Viena de 1815. Dessa forma, não se pode falar em processo de descolonização do Brasil, na época de Carl von Martius, tendo em vista que o Brasil integrava o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, ainda absolutista, até a Independência de 1822 e a transição para uma monarquia constitucional parlamentar, com a Constituição de 1824.

Vejamos o breve relato de Martius, anteriormente à sua partida, escrito ainda em Trieste, à época território austríaco, sob administração dos Habsburgos, no relato nos interessa a visão de uma Europa multicultural:

Triest, die Hauptstadt Illyriens, ist, durch seine Lage am adriatischen Meerbusen, eine der wichtigsten italienischen Seestädte für den levantischen Handel. Die alte Stadt ist längs des Abhanges eines Berges, worauf das Castell steht, die neue am Ufer des Meeres gebaut; letztere besteht aus einigen schönen Strassen mit grossen Häusern zunächst einem Canal, auf welchem die Kaufmannsgüter bequem vom Meere bis ins Innerste der Stadt geführt werden. Die Einwohner sind von griechischer, illyrischer, italienischer, gröstentheils aber von deutscher Abkunft. Der Markt, reich an den trefflichsten Südfrüchten, so wie an den sonderbarsten Erzeugnissen des Meeres, bekrundet durch den Zusammenfluss der Producte des Südens und des Nordens die glückliche Lage dieser Stadt. Obgleich sich nahe an ihr, und zwar gegen Norden, ein hoher Berg erhebt, ist doch der Hafen nicht hinreichend vor Winden gesichert, und die Kälte bisweilen empfindlich. Der warme Sirocco, welcher manchmal von Africa herweht, ist sehr betäubend und nicht selten Ursache von Krankheiten. Zur Zeit unserer Ankunft war die Vegetation beinahe noch erstarrt, und kaum fand man auf dem kahlen Boden ausser Helleborus hyemalis, Crocus reticulatus, Primula acaulis eine Spur des herannahenden Frühlings. Das Meer bot jedoch eine reichere Ausbeute an Thieren und

Seepflanzen dar, welche, nebst den auf der bisherigen Reise gemachten Sammlungen und den hier von Kennern erhaltenen Insecten, nach München an das Naturalienkabinet abgesendet wurde. In dem Gasthofe, wo wir abgestiegen waren, ergriff uns schmerzlich die Nachricht, welche wir nach den ersten Tagen unseres Aufenthaltes vernahmen, dass das von uns bewohnte Zimmer dasselbe sey, in welchem WINKELMANN einst seinen Tod fand. Wir waren hier Nachbarn des Commandanten beider Fregatten, NICOLA DE PASQUALIGO, Nobile di Venezia, eines eben so sehr durch allgemeine Bildung und nautische Kenntnisse als durch Muth und Entschlossenheit, die er im letzten Kriege bewährt hatte, ausgezeichneten Seemannes. Er führte uns sogleich in unseren kunstigen Wohnort, die Fregatte Austria, welche nebst der Augusta im Arsenal von Venedig erbaut und ausgerüstet, nach den Befehlen des k. k. österreichischen Hofes die Bestimmung hatte, den grössten Theil der Grossbothschaft und der Gesandtschaft am brasilianischen Hofe, die Mitglieder der naturforschenden Expedition und einige Abgeordnete für den, mit Brasilien zu eröffnenden, Handelsverkehr aufzunehmen, so wie die für letzteren Zweck herbeigeschafften österreichischen Handelsartikel zu laden. Die Officiere und Mannschaft waren zum Theil Deutsche meistens aber Venezianer (SPIX & MARTIUS, 1823, p. 10-11).

3 | TRADUÇÃO

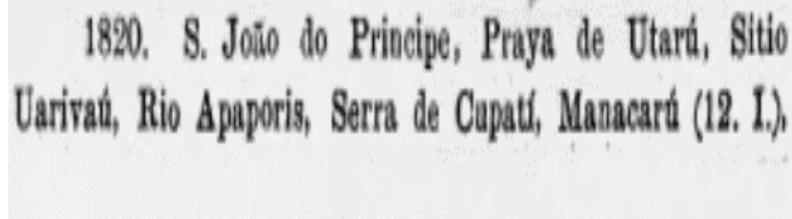
Trieste, a capital da Ilíria, devido à sua localização no mar Adriático, é uma das cidades marítimas italianas mais importantes para o comércio na região do Levante. A antiga cidade fica ao longo da encosta de uma montanha, onde fica o castelo, já a cidade nova foi construída às margens do mar. Esta última consiste em algumas ruas bonitas, com casas grandes, de onde se vê primeiro um canal, pelo qual as mercadorias dos comerciantes são convenientemente conduzidas do mar para a parte central da cidade. Seus habitantes são gregos, ilírios, italianos, mas, sobretudo, encontram-se os de origem alemã. O mercado, enriquecido pelas melhores frutas tropicais, bem como pelos mais exóticos frutos do mar, testemunha a posição privilegiada desta cidade, através da confluência dos produtos do sul e do norte. Embora uma montanha alta se erga perto dela, e em direção ao norte, o porto não é adequadamente protegido dos ventos, assim o frio às vezes é intenso. O quente vento *Sirocco*, que às vezes sopra, vindo da África, tem um efeito bem anestésico e raramente é causa de doenças. No momento da nossa chegada, a vegetação estava quase congelada e dificilmente era possível encontrar um rastro de primavera, se aproximando do solo árido, exceto pela presença de algumas plantas como *Helleborus hyemalis*, *Crocus reticulatus*, *Primula acaulis*. O mar, no entanto, oferecia uma diversidade mais rica de animais e plantas marinhas, que, além das coleções feitas na viagem anterior e dos insetos preservados aqui pelos conhecedores, foram enviadas a Munique para o Gabinete de História Natural. Na pousada, onde repousamos, fomos dolorosamente apreendidos pelas notícias, que ouvimos após os primeiros dias de nossa estadia, de que o quarto habitado por nós era o mesmo em que Winkelmann conheceu sua morte. Éramos vizinhos do comandante das duas fragatas, Nicola de Pasqualigo, *Nobile di Venezia*, distinto navegante, tanto por sua educação geral e conhecimento náutico, como por sua coragem e determinação, que ele provara na última guerra. Ele imediatamente nos

levou à nossa elegante residência, a fragata *Áustria*, que, além da *Augusta*, foi construída e equipada no arsenal de Veneza, de acordo com as ordens do governo imperial. O objetivo da corte austríaca era conduzir a maior parte de sua embaixada e legação para a corte brasileira, os membros da expedição e alguns representantes para negociar com o Brasil, bem como mercadorias austríacas foram trazidas para esse fim. Os oficiais e a tripulação eram em parte alemães, mas havia principalmente navegadores venezianos.

O relato situa também o capitão da fragata como um daqueles que lutou nas guerras napoleônicas, ao lado dos austríacos. O contexto da missão austro-alemã, de que Carl von Martius tomou parte, era aquele oriundo do reequilíbrio de poder no Congresso de Viena em 1815. A partir desse reequilíbrio de poder, a corte portuguesa, que havia se transferido para o Brasil, em 1808, passaria a ter um novo vínculo com o Império Austríaco, uma das potências da época, a partir do casamento real entre D. Leopoldina de Habsburgo e D. Pedro de Alcântara. Os eventos que culminariam com a Independência em 1822 estavam vinculados à conjuntura política da Europa continental e as relações com o Reino Unido no século XIX, período em que a corrente de pensamento do iluminismo também embasava o cientificismo dos naturalistas, que desbravam o território do Brasil.

4 | EXPEDIÇÃO NA AMAZÔNIA EM 1820: RELATOS DE TOPÔNIMOS BRASILEIROS LATINIZADOS

A visitação de Carl von Martius ao território da Amazônia foi o ápice de sua expedição, o que facultou ao naturalista e filólogo o contato linguístico com comunidades indígenas, de que registrou diversas 'línguas brasileiras'. No relato biográfico de Martius na *Flora Brasiliensis*, temos o registro dos pontos de parada de sua expedição à região norte do Brasil oitocentista. A fim de contextualizar sua expedição, que no ano de 1820 se concentra na região, faremos uma transcrição e tradução do relato, analisando em seguida os topônimos latinizados, pelos quais o naturalista passou.



1820. S. João do Príncipe, Praya de Utarú, Sítio
Uarivaú, Rio Apaporis, Serra de Cupatí, Manacará (12. I).

Porto dos Miranhas, Rio Irú, Rio Uvania, Pouço-assú, Barrancos de Oacarí, cataractae ad Arara-Coara (28. I.), Serra das Araras, retro 31. I. in Rio Japurá ultra Miranhas (usque 12. II.), Manacarú, Miriti-Paraná, Serra de Cupati, Uarivaú, S. João do Príncipe, Maripi, Ega (Teffé, 2. III.), Alvellos, Manacapurú, Manóos (Barra 11. III.), retro in Rio Amazonas, flumine adverso in Rio Madeira, dein in Rio Irariá (Urariá), Rio Canomá, Novo Monte Carmel do Canomá, Manhés, Furo de Limão, Rainha, Rio Amazonas ad Parentin, civit. Pará Obidos, Santarem, As Barreiras, Almeirim, Morro do Almeirim, Arrayoles, advenit in Pará 16. IV., abiit 14. VI. ad Europam, 23. VIII. in Lissabon advenit.

URBAN, 1906, p. 60-61.

1820. São João do Príncipe, praia de Utarú, sítio Uarivaú, rio Apoporis, serra de Cupatí, Manacarú (12.01).

Porto dos Miranhas, rio Irú, rio Uvania, poço Açú, barrancos de Oacarí, cataratas em direção a Arara-coara (28.01), Serra das Araras, de volta em 31.01 para o rio Japurá além de Miranhas (até 12.02). Manacarú, Miriti-Paraná, Serra de Cupati, Uarivaú, S. João do Príncipe, Maripi, Ega (Tefé, 02.03), Alvellos, Manacapurú, Manaus (Barra, 11.03), de volta ao rio Amazonas, rio adverso ao rio Madeira, daí em direção ao rio Irariá (Urariá), rio Canomá, Novo Monte Carmel do Canomá, Manhés, Furo de Limão, Rainha, rio Amazonas até Parintins, na província do Pará, a cidade de Óbidos, Santarém, as Barreiras, Almeirim, morro do Almeirim, Arrayoles, Martius chegou ao Pará em 16.04 e saiu aos 14.06, em direção à Europa, em 23.08.1820, chegou a Lisboa.

A sequência de topônimos, narrada em latim por Ignatius Urban, nos dá uma percepção dos pontos de parada e dos caminhos seguidos por Martius em sua expedição, no último ano de 1820, que encerra um ciclo de observações no Brasil, às vésperas da Independência. As dificuldades da viagem não impediram o naturalista e filólogo de tomar notas sobre costumes e 'línguas brasileiras', o que consta em sua bibliografia científica, publicada no retorno à Europa em diversas obras. Para analisar as 'línguas brasileiras' e travar contato com comunidades indígenas, a obra de Martius é marcada pela interdisciplinaridade entre as Ciências Naturais e a Filologia, antecipando uma perspectiva que só seria debatida, posteriormente, pela Ecolinguística, a relação entre língua e meio ambiente.

A principal obra de Martius, a *Flora Brasiliensis*, tratado de botânica sobre a flora do Brasil foi um trabalho de cooperação internacional que levou décadas para ser desenvolvido. O fascículo de número 130 da obra, o fascículo final, intitulado *Vitae itineraque collectorum botanicorum, notae collaboratorum biographicae* (Vidas e itinerários dos botânicos coletores, notas biográficas dos colaboradores), escrito por Ignaz Urban, contém uma descrição das biografias e itinerários dos botânicos e colaboradores envolvidos na edição

da obra *Flora Brasiliensis*. Os cientistas citados demonstram a rede de colaboração acadêmica da época. Há um total de 136 biografias e itinerários de pesquisadores descritos como coletores para a pesquisa, de 18 nacionalidades diferentes, em maioria europeus. São 30 pesquisadores alemães e 25 brasileiros. Em relação aos colaboradores, o total de pesquisadores envolvidos foi de 65 cientistas, sendo 37 alemães. Grande maioria dos cientistas citados são botânicos, alguns com pesquisas no campo de etnografia e linguística.

5 | O PENSAMENTO LINGUÍSTICO DE MARTIUS E AS LÍNGUAS INDÍGENAS NO BRASIL

Carl von Martius registra o que acreditava ser a tarefa dos linguistas no Brasil em monografia intitulada *Como se deve escrever a história do Brasil*, publicada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1845. Para o naturalista bávaro, os linguistas no Brasil oitocentista deveriam se concentrar no estudo das ‘línguas brasileiras’ (indígenas) e na análise dos documentos coloniais. Martius sugere que o IHGB oriente linguistas a desenvolverem gramáticas e dicionários das línguas indígenas, recomendando que, em seguida, visitem os territórios indígenas para descrever e analisar as línguas.

Da mesma forma, Martius sugere o estudo da língua geral ou Tupi, da época de colonização, como uma forma de se documentar a história linguística do Brasil, e, posteriormente descrever as demais línguas indígenas. Como modelo para esse trabalho linguístico, Martius cita o dicionário de Catarina, imperatriz da Rússia, para línguas asiáticas. A obra, em questão, editada em São Petersburgo, de 1789, continha o seguinte título latino: *Linguarum totius orbis vocabularia comparativa* (DEBOWIAK, 2014). Um trabalho de análise de intertextualidade entre os glossários de Martius e a obra russa seria interessante para demonstrar métodos e organização da descrição do naturalista bávaro sobre as ‘línguas brasileiras’, em relação ao tratamento dado à época pelo Império Russo à sua pluralidade linguística. Apresentamos abaixo excerto da monografia de 1845, sobre a tarefa do linguista no Brasil oitocentista, que serve de ilustração ao pensamento linguístico de Martius.

Como documento mais geral e mais significativo deve sêr considerada a *lingua dos Indios*. Pesquisas n'esta actualmente tão pouco cultivada esphera não podem jámais sêr sufficientemente recommendadas, e tanto mais que as linguas Americanas não cessam de achar-se continuamente em uma certa *fusão*, de sorte que algumas d'ellas em breve estarão inteiramente extinctas. Muito ha que dizer sobre este objecto; mas como devo suppôr que poucos historiographos Brasileiros se occuparão com estudos linguisticos, deixo à parte este assumpto; aproveito porém esta occasião de exprimir o meu desejo que o Instituto Historico Geographico Brasileiro designasse alguns linguistas para a redacção de dictionarios e observações grammaticaes sobre estas linguas, determinando que estes Srs. fossem têr com os mesmos Indios. N'este respeito seria muito para desejar que se investigassem especialmente *as radicaes* da lingua Tupi e dos seus dialecticos, desde o Guarany, nas margens do Rio da Prata, até o Arino e Guez sobre o Amazonas: que para tal dictionario Brasileiro servisse de modelo o vocabulario que a Imperatriz Catharina mandou esboçar para as linguas Asiaticas, e que afinal e principalmente se colligissem em primeiro logar todos os vacabulos que se referem a objectos naturaes, determinações legaes, (de direito) ou vestigios de relações sociaes.

MARTIUS, 1845, p. 386

A lingua principal fallada outr'ora pelos indios do Brazil em vastissima extensão, e entendida ainda em muitas partes, é a *lingua Geral* ou *Tupi*. E' sem duvida muito significativo que um grande complexo de raças Brasileiras entendam este idioma. Assim como no Perú com as linguas Quichua e Aymará que se extendiam sobre vastissimos territorios, aconteceu no Brazil com a lingua Tupi; e não podemos duvidar que todas as tribus, que n'ella sabem fazer-se intelligiveis, pertençam a um unico e grande Povo, que sem duvida possuia a sua historia propria, e que

MARTIUS, 1845, p. 386.

387

de um estado florescente de civilização, decahiu para o actual estado de degradação e dissolução, do mesmo modo como o observamos entre os Povos occidentaes, que fallavam a lingua dos Incas, ou o Aymará. Não deve passar inapercebidamente que os Caraibas nas Guyanas e nas Antilhas fallavam uma lingua, por uma syntaxe e vocabulario parente da lingua Tupi; facto este tanto mais singular, quanto ha muitos vestigios de serem os Caraibas um Povo de piratas, que se extendia da Florida e das Bermudas para o Sul. Assim tornaram-se as investigações sobre a lingua dos aborigenes Brasileiros um objecto de interesse geral, conduzindo a investigações ethnographicas, e comprehendendo uma grande parte do Novo Mundo.

A' lingua devem em primeiro logar ligar-se os estudos sobre

MARTIUS, 1845, p. 387.

A formação de linguistas no Brasil oitocentista teria como objetivo o estudo das línguas indígenas no pensamento linguístico de Martius. Como a obra sugerida por Martius não foi desenvolvida pelo IHGB, o naturalista bávaro organiza os *Glossaria Linguarum Brasiliensium*, publicados em 1863, um marco para o desenvolvimento do pensamento linguístico no Brasil oitocentista. As ‘línguas brasileiras’, dessa forma também integrariam o debate sobre o idioma nacional, constituindo-se como participantes da identidade plurilíngue e multicultural no Brasil, como herança do período colonial. O pensamento linguístico de Martius pode nos auxiliar a compreender a formação intelectual do Brasil oitocentista, analisando sua rede de cooperação e obras publicadas.

REFERÊNCIAS

- BESSA FREIRE, José Ribamar; ROSA, Maria Carlota (eds.). *Línguas Gerais. Política lingüística e catequese na América do Sul no período colonial*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2003.
- DEBOWIAK, Przemysław. A língua portuguesa na transcrição cirílica num dicionário do século XVIII. In: RZEPKA, Anna Rzepka & CZOPEK, Natalia. *Studia Iberystyczne*. Cracóvia: Instytut Filologii Romańskiej Uniwersytetu Jagiellońskiego, 2014, p. 343-355.
- DINIZ, João Henrique Aquiles & DINIZ, Shirley Aquiles. Uma introdução aos princípios da Historiografia Linguística. In: SILVA, José Pereira da & al. *A historiografia linguística de Ismael Coutinho: observações a partir das gramáticas de Eduardo Carlos Pereira e de Evanildo Bechara*. Niterói: Impetus, 2017, p. 27-36.
- KALTNER, Leonardo Ferreira. *Textos novilatinos do Brasil: estudos culturais sobre Carl F. P. von Martius*. Curitiba: Editora CRV, 2016.
- KOERNER, Konrad. Questões de persistem em historiografia linguística. *Revista da ANPOLL*, nº 2, p. 47-70, 1996.
- MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. Como se deve escrever a história do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t.6, n.24, p.381-403, 1845.
- RODRIGUES, Aryon. *Línguas Brasileiras. Para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola, 1994.
- SPIX, Johann Baptist von & MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Reise in Brasilien –Ester Theil*. Múnchen: M. Lindauer, 1823.
- SWIGGERS, Pierre. A historiografia da linguística: objeto, objetivos, organização. *Confluência*. Rio de Janeiro: Linceu Literário Português, n. 44/45, p. 39-59, 2013.
- URBAN, I. 1906. *Vitae itineraque collectorum botanicorum, Notae collaboratorum biographicae*. In: MARTIUS, C. F. P. von et al. *Flora Brasiliensis ratio edendi chronologica, Systema, Index Familiarum*. München e Leipzig: R. Oldenbourg, 1906, p. 1-268.

OS GLOSSARIA LINGUARUM BRASILIENSIIUM (1863) NA HISTORIOGRAFIA DA LINGUÍSTICA¹

1. Os Glossaria Linguarum Brasiliensium (1863) na Historiografia da Linguística. *CADERNOS DO CNLF (CIFEFIL)*, v. XXI, p. 1128-1133, 2017.

RESUMO: Consiste a apresentação em debate na área de historiografia da linguística sobre a obra *Glossaria Linguarum Brasiliensium* (Glossários das Línguas Brasileiras) de 1863, cujo autor foi o naturalista alemão Carl Friedrich Philipp von Martius. Esta obra foi um dos principais estudos lexicográficos das línguas indígenas na época do Império, tendo sido um dos resultados da expedição que Carl von Martius acompanhou no Brasil entre 1817 e 1820, a Missão Austroalemã. No debate, contextualizamos os *Glossaria Linguarum Brasiliensium* na historiografia da linguística e analisamos um relato da obra *Reise in Brasilien* (1823) que registra o início da pesquisa de Carl Friedrich Philipp von Martius com línguas indígenas no Brasil, a pedido da Academia de Ciências de Munique.

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia da Linguística, Latim Científico, Carl von Martius

Consiste o presente artigo em estudo na área de Historiografia da Linguística sobre a obra *Glossaria Linguarum Brasiliensium* (Glossários das Línguas Brasileiras) de 1863, cujo autor foi o naturalista alemão Carl Friedrich Philipp von Martius. Esta obra se constitui como um dos principais estudos lexicográficos das línguas indígenas na época do Império e foi um dos resultados da expedição que Carl von Martius acompanhou no Brasil entre 1817 e 1820, a Missão Austro-Alemã. No artigo contextualizamos os *Glossaria Linguarum Brasiliensium* na Historiografia da Linguística e analisamos um relato da obra *Reise in Brasilien* (1823) que registra o início da pesquisa de Carl F. P. von Martius com línguas indígenas no Brasil a pedido da Academia de Ciências de Munique.

A Historiografia da Linguística é um campo teórico que se organiza pela interdisciplinaridade entre a Linguística e a História, logo se vincula simultaneamente ao campo teórico mais extenso da História da Ciência e ao campo mais estrito dos Estudos de Linguagem atualmente. Os principais acadêmicos deste campo de estudos nos últimos anos têm sido Pierre Swiggers e Konrad Koerner, que defendem uma descrição não-linear das ideias linguísticas.

Com o desenvolvimento das Ciências

Naturais em paralelo com as Ciências Humanas, cujos expoentes na tradição de língua alemã foram Alexander von Humboldt e Wilhelm von Humboldt, na Prússia e no Império da Áustria, contextos falantes de língua alemã, em fins dos séculos XVIII e início do XIX, houve um interesse renovado pelas Américas e pelas línguas indígenas, não mais sob o viés missionário catequético, mas sim sob a ótica do desenvolvimento da ciência. Neste contexto, podemos compreender os *Glossaria Linguarum Brasiliensium* do naturalista bávaro Carl F. P. von Martius, como um estudo lexical comparativo das principais línguas indígenas da época do Império no Brasil, publicado inicialmente em 1863.

1 | A MISSÃO AUSTRO-ALEMÃ DE 1817 E OS *GLOSSARIA LINGUARUM BRASILIENSIMUM*

Os *Glossaria Linguarum Brasiliensium* de Carl F. P. von Martius foram publicados em 1863, e em segunda edição em 1867, como o segundo volume da obra *Beiträge zur Ethnographie und Sprachenkunde Amerikas zumal Brasiliens*. Constitui-se o livro de um estudo lexicográfico para o registro dos principais dialetos indígenas do Brasil na época do Império, entretanto, a pesquisa de Carl F. P. von Martius sobre o léxico das línguas indígenas foi desenvolvida anteriormente, a partir da Missão Austro-Alemã da qual tomou parte entre os anos de 1817 e 1820 no Brasil, tendo, a pedido da Academia de Ciências de Munique, iniciado a pesquisa sobre as línguas indígenas. A fim de analisarmos o contexto de produção da pesquisa de Carl F. P. von Martius no Brasil, que resultou nos *Glossaria Linguarum Brasiliensium*, estabelecemos e traduzimos mais adiante um excerto da obra *Reise in Brasilien*, publicada em 1823, que descreve esta missão.

O texto estabelecido da *Reise in Brasilien* de 1823, acerca da Missão Austro-Alemã que percorreu o Brasil entre 1817 e 1820, na qual Carl F. P. von Martius tomou parte, serve-nos para demonstrar os vínculos entre as Ciências Naturais e as Ciências da Linguagem à época, a fim de contextualizar a pesquisa que resultou nos *Glossaria Linguarum Brasiliensium*, tendo sido originado desta expedição, que percorreu o território do Brasil em período anterior à Independência. No relato em questão, são descritos os objetivos de investigação da expedição ao Brasil, sendo este um dos capítulos da História da Ciência. O excerto apresenta o momento em que Martius descreve as solicitações da Academia de Ciências de Munique para a sua expedição. Note-se a interdisciplinaridade entre as ciências elencadas e o trabalho transdisciplinar do naturalista que devia analisar tanto a questão da botânica, quanto questões relacionadas à física, geologia e estudos de linguagem.

Reise in Brasilien (SPIX & MARTIUS, 1823, p. 6-7):

Ausser diesen von uns übernommenen Verpflichtungen wurden uns auch rücksichtlich der übrigen Zweige der Naturwissenschaft besondere Wünsche von Seite

der physikalischen, und andere von Seite der übrigen Klassen der Akademie ausgedrückt. Die Mineralogie betreffend war unsere Aufgabe: genaue Berücksichtigung der Erdbildung im Allgemeinen und der geognostischen Verhältnisse der Gebirgsformationen, deren Auseinanderfolge, Mächtigkeit, Streichen und Fallen, insbesondere; ferner die Untersuchung des bis jetzt zum Theil noch problematischen Vorkommens des Goldes, der Diamanten und anderer Edelsteine, so wie aller wichtigeren Fossilien. — Aus dem Gebiete der Physik waren Gegenstände unserer Beachtung: die De - und Inclination der Magnethadel ihre tägliche Variation, die elektrischen Erscheinungen nach den verschiedenen Graden der Länge und Breite, die Durchsichtigkeit und Färbung, das Leuchten, die Temperatur und der Salzgehalt des Meeres in verschiedenen Gegenden und Tiefen, die Temperatur der Luft, die Erscheinung der Kimmung (Fata Morgana), die mittlere Temperatur und die klimatischen Unterschiede an verschiedenen Orten des Festlandes, das periodische Schwanken des Barometers, die verschiedene Erhöhung der Länder, die Spuren des allmählichen Zurück- oder Vorwärtsschreitens des Meeres an den Küstenländern, die Strömungen, die örtlichen Anomalien in Ebbe und Fluth, die Elektrizität der Fische u.s.w. — Die historische und die philosophisch-philologische Klasse der Akad. erinnerten an die Beachtung der verschiedenen Sprachen, der Volksthümlichkeiten, der mythischen und historischen Ueberlieferungen, der älteren und neueren Monumente, als Schriften, Münzen, Idole, und überhaupt Alles dessen, was über den Culturzustand und die Geschichte der Ureinwohner sowohl, als der sonstigen Bewohner Brasiliens, Licht verbreiten könnte, oder sich auf die Topographie und Geographie jenes so wenig bekannten Landes bezieht. Uin diesen Pflichten und Wünschen nach Kräften Genüge zu thun, waren die beiden Reisenden bestrebt, sich mit allen Erfordernissen zu einer so grossen Reise zu versehen und schleunigst die nöthigen Anstalten für dieselbe zu treffen. Nachdem Alles möglichst vorbereitet, und die Bücher, Instrumente, die Feldapothoke und der sonstige Reiseapparat direct nach Triest abgeschickt waren, traten wir am 6. Februar 1817 die Reise von München nach Wien an.

2 | TRADUÇÃO

Além destas obrigações a que nos comprometemos, foi-nos comunicado também a termos em consideração os restantes ramos das Ciências Naturais, como as solicitações especiais da seção da classe de Física da Academia, e outras solicitações das demais classes. A Mineralogia, em questão, era a nossa tarefa, devíamos desenvolver uma precisa consideração da formação do solo em geral e uma relação geognóstica da formação das montanhas, de sua sequência diversa, sua magnitude, suas passagens, seus precipícios, especialmente; em seguida a observação da, até agora em parte, problemática presença de ouro, de diamantes e de outras pedras preciosas, assim como de todos os importantes fósseis.

Nos domínios da Física eram objetos de nossa observação: a declinação e a inclinação da agulha magnética da bússola, sua variação diária, os relâmpagos, conforme os diferentes graus de latitude e de longitude, a translucidez e a coloração, a luz, a temperatura e a salinidade do mar em diferentes regiões e profundidades, a temperatura do vento, o fenômeno da miragem (*Fata Morgana*), a temperatura média e a variação climática em diversos locais do continente, as oscilações periódicas do barômetro, as diferentes elevações das terras, os vestígios do sucessivo recuo ou avanço do caminho do mar sobre as regiões da costa, as correntezas, as anomalias locais na vazante e na maré-alta, a eletricidade dos peixes etc.

As classes de História, de Filosofia e de Filologia da Academia lembravam-nos de observar as línguas diversas, os costumes populares, as tradições mitológicas e históricas, os monumentos antigos e novos, como inscrições, moedas, ídolos, e em geral tudo o que pudesse trazer luz sobre a formação cultural e a história, não só dos antigos habitantes dos Brasil, mas também dos outros habitantes, ou dissesse respeito à topografia ou à geografia de uma terra tão pouco conhecida.

Para cumprir estas obrigações e solicitações, tanto quanto o possível, se empenharam ambos os viajantes com todas as exigências, para uma tão grande viagem, a fim de se equiparem e o quanto antes se reunirem com as necessárias instituições para a mesma.

Após tudo estar preparado como foi possível, e terem sido despachados os livros, os instrumentos, a botica portátil e os outros apetrechos de viagem para Trieste, seguimos, no dia 06 de fevereiro de 1817, viagem de Munique para Viena.

3 | CARL VON MARTIUS

Após o retorno de Carl F. P. von Martius à Alemanha em 1820, ocupou o naturalista diversos cargos em Munique, até a publicação dos *Glossaria Linguarum Brasiliensium* em 1863, que foram republicados em 1867, um ano antes do falecimento do reconhecido cientista. No primeiro volume da obra *Flora Brasiliensis*, há um sucinto relato de sua biografia, o qual transcrevemos e traduzimos abaixo.

4 | BIOGRAFIA DE CARL F. P. VON MARTIUS APÓS A MISSÃO AUSTRO-ALEMÃ:

d. 10 m. Decembris 1820 Monachium redierunt. 1820 sodalis academiae regiae et horti botanici conservator secundus, 1826 professor botanices ordinarius in universitate Monacensi, 1832 director horti botanici, 1840 secretarius academiae scientiarum nominatus est; sed jam a. 1854 munera professoris et directoris deposuit, in studiis vitam totam consumens. A rege Bavariae nobilitatus et dignitate a consiliis regiminis intimis exornatus, a principibus externis insignibus decoratus, sodalis academiarum et societatum literariarum numerosarum vitam labore prospero ditissimam Monachii d. 13 m. Decembris 1868 finivit (MARTIUS, 1906, p. 56).

5 | TRADUÇÃO:

Aos 10 de dezembro de 1820 retornaram a Munique. Em 1820, Carl F. P. von Martius tornou-se membro da Academia Régia e Segundo Conservador do Jardim Botânico, em 1826, Professor Ordinário de Botânica na Universidade de Munique, em 1832, Diretor do Jardim Botânico, em 1840 foi nomeado Secretário da Academia de Ciências, mas já no ano de 1854 afastou-se das funções de Professor e de Diretor, tendo dedicado toda a sua vida aos estudos. Condecorado pelo rei da Baviera e homenageado com dignidades pelos conselhos superiores do regime, condecorado por insígnias príncipes estrangeiros, membro de numerosas academias e sociedades literárias, terminou sua vida, riquíssima por seu próprio trabalho, em Munique, aos 13 de dezembro de 1868.

6 | CONCLUSÃO

No ano de 2017, é comemorado o bicentenário da Missão Austro-Alemã, um capítulo da História da Ciência que rendeu frutos também para a Historiografia da Linguística no Brasil, com publicações resultantes das observações feitas sobre as línguas indígenas, sendo os *Glossaria Linguarum Brasiliensium* um estudo do século XIX sobre o léxico das línguas indígenas com valor para os Estudos de Linguagem até os dias atuais. Carl F. P. von Martius, através de sua obra, permite aos linguistas contemporâneos vislumbrar parcialmente a diversidade linguística do Brasil à época do Império, o que permite compreender como a multiculturalidade estava patente nas primeiras descrições do contexto linguístico do Brasil após a Independência.

Cumprido salientar que diversos estudiosos pesquisaram, a partir das obras de Martius e de outros naturalistas do século XIX, o desenvolvimento das línguas indígenas até os dias atuais, tornando-se este objeto de estudos parte dos Estudos de Linguagem contemporâneos, a que se acresce a questão social e política indígena. Atualmente, alguns dos dialetos indígenas descritos por Martius ainda estão em uso e as populações indígenas mostram sua resistência ao processo de assimilação, afirmando a necessidade de que as políticas culturais contemporâneas reconheçam a diversidade no Brasil, uma diversidade marcada também nas línguas indígenas brasileiras que compõem a comunidade linguística atual do país.

BIBLIOGRAFIA

- BATISTA, Ronaldo de Oliveira. *Introdução à Historiografia da Linguística*. São Paulo: Cortez Editora, 2013.
- FARACO, Carlos Alberto. *História sociopolítica da língua portuguesa*. São Paulo: Parábola, 2016.
- FORCELLINI, E. *Totius latinitatis lexicon*. Lipsiae: Sumptibus Ch. E. Hahniani, 1835.
- HAUSMANN, Franz Josef et al. *Wörterbücher: ein internationales Handbuch zur Lexikographie. Dritter Teilband*. Berlin: Walter de Gruyter, 1991.
- LANGER, J. As origens da Arqueologia Clássica. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, v. 9, p. 95-110, 1999.
- MARIANI, Bethania. Entre a evidência e o absurdo: sobre o preconceito linguístico. *Cadernos de Letras da UFF*, Niterói, n. 36, p. 27-44, jan./jun. 2008.
- MARTIUS, C.F.P von et al. *Flora Brasiliensis ratio edendi chronologica, Systema, Index Familiarum*. München e Leipzig: R. Oldenbourg, 1906.
- MORA, José Ferrater. *Dicionário de Filosofia, Tomo IV (Q-Z)*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- SPIX, J. B. von & MARTIUS, C. F. von. *Reise in Brasilien – Ester Theil*. Mühnchen: M. Lindauer, 1823.

O PENSAMENTO LINGUÍSTICO DE ANCHIETA E DE CARL VON MARTIUS: ESTUDOS HISTORIOGRÁFICOS

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

O PENSAMENTO LINGUÍSTICO DE ANCHIETA E DE CARL VON MARTIUS: ESTUDOS HISTORIOGRÁFICOS

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 


Ano 2020